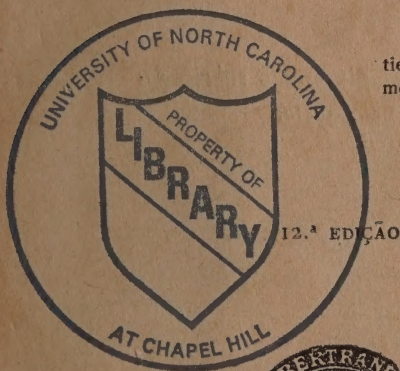
CARTAS D'EL-REI D. CARLOS I

O producto dos direitos de auctor será pelo editor entregue, em partes eguaes, á SECÇÃO OCEANOGRAPHICA D. CARLOS I, de Lisboa, e ao GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA, do Rio de Janeiro

CARTAS D'EL-REI D. CARLOS I

A JOÃO FRANCO CASTELLO-BRANCO SEU ULTIMO PRESIDENTE DO CONSELHO

«Le plus aspre et difficile métier du monde, c'est faire dignement le roy.»

MONTAIGNE — *Essais* — *De l'incommodité de la grandeur.*

12.ª EDIÇÃO

LIVRARIAS AILLAUD E BERTRAND

1924

Todos os exemplares são rubricados pelo auctor

João Franco

Composto e impresso na Typographia do Annuario Commercial
Praça dos Restauradores, 24 — Lisboa

Á CIDADE E POVO
DE GUIMARÃES

Offerece

o seu antigo Deputado

João Franco Castello-Branco.

Alheio de ha muito e de vez a toda a acção politica e como que sobrevivente a mim proprio, nenhum interêsse, nenhuma paixão dicta estas ultimas palavras do homem publico que fui.

Dedico-as aos meus antigos amigos, e em especial aos que me foram inolvidaveis companheiros nas asperas luctas do governo.

Tive o condão de reunir á volta de mim, n'um momento d'aspecto já grave, alguns dos melhores portuguezes do meu tempo, dos melhores pela alliança admiravel do valor intellectual com o moral, conduzidos á pugna exclusivamente por um sincero amor do bem publico, pelo patriotismo mais reflectido e desinteressado. Através do proprio Atlantico me chegaram de muitos milhares de portuguezes — entre elles os primeiros e authenticos thalassas — *applausos e incenti-*

vos espontaneos e calorosos, desprendidos de qualquer feição partidaria ou pessoal.

Na minha vida politica esse facto domina todos os outros, pela sua valia e recordação gratissima, embora melancolica, e como pedra de toque do caracter, que é o que importa conservar intacto em conjunctura semelhante á nossa.

O grande e querido Ramalho Ortigão escrevia a quem lhe noticiava a minha chamada ao governo: — «Receio que o nosso João Franco chegue já um pouco tarde. Mas tenhamos esperança e confiemos, certos de que, no peor caso, elle poderá repetir — Tout est perdu hormis l'honneur». *Que seja esse sempre o pensar dos que me honraram com o seu apoio, e o juizo definitivo dos que hão de vir, sobre a grande fatalidade que nos acompanhou.*

EL-REI

El-Rei

Quinze annos vão decorridos sobre a catastrophe do Terreiro do Paço, e o tempo e os acontecimentos, essas bôccas eloquentes, implacaveis de justiça e de verdade, já muito teem fallado em favor do homem que, tendo creado ao seu paiz, pelo esforço proprio e qualidades pessoaes, uma situação internacional de primeira ordem, perdeu a vida na lucta, reflectidamente decidida e firmemente sustentada, pelo resurgimento moral e material da Nação.

Os que o amaram e foram seus leaes e dedicados cooperadores n'essa empresa patriotica e de resgate, amortalhando-se e descendo politicamente á sepultura com elle, teem assistido deliberada e conscientemente silenciosos á obra da justiça immanente, que nunca falta. Nem ella precisa ter os olhos vendados, para bem equilibrar os pratos da balança em que pesa as acções e os feitos dos que, n'este mundo, tiveram o

poder e a responsabilidade suprema de decidir do destino de outros homens. Mas a vida humana, sempre contingente, é na vezinhança dos 70 annos um credito aberto a curto prazo, e, antes de partir, alguma cousa me resta fazer, que, julgando eu ser o meu direito, é indiscutivelmente uma obrigação para com a verdade historica, unica de que carece e pode acceitar a augusta e saudosa memoria de que venho occupar-me.

Montaigne escreveu que «*le plus aspre et difficile métier du monde, c'est faire dignement le roy*». E se isto apparecia como verdade em pleno seculo XVI, quando o Rei era para as almas simples e credulas o ungido do Senhor, e para todos um elemento de coordenação e affinidade social, indispensavel ao sahir do cahos da Edade Media e do inferno feudal, que dizer de um Rei constitucional da nossa epoca, — que *reina e não governa* — segundo o aphorismo consagrado, mas sobre cujas costas largas e cabeça coroada cahem afinal todas as responsabilidades e todas as consequencias dos erros d'aquelles que em seu

nome governam, e até não poucas vezes as dos *«erros que de longe veem»*?!

Essa situação crescia em melindre e difficuldade para El-Rei D. Carlos, chegado ao throno, por assim dizer, no dia do *ultimatum* inglez, que, destruindo de momento a base secular da politica internacional em que Portugal vivia, creava ao mesmo tempo na alma nacional de um paiz pobre, desarmado, e assim incapaz de lucta, mas com a lembrança e o coração sempre cheios das tradições grandiosas do seu passado maravilhoso, um estado psychologico altamente desfavoravel e perigoso para as instituições politicas que El-Rei representava. Com isso, e a dois dias da fallencia parcial, em que vinham a parar as precarias finanças publicas que egualmente lhe haviam sido deixadas, surgem as primeiras revoltas militares que foi necessario dominar e punir. Não era, porém, tão facil vencer o desgosto e o descontentamento publicos em tal descalabro originados, e que uma discussão politica cegamente orientada no partidarismo extremo, apaixonado e violento, tornava sempre em desfavôr e desprimôr do regime e seus representantes.

E além d'isto e acima de tudo, para um homem novo e inexperiente, houve a má

sorte de reinar n'um paiz que nunca teve nem quis ter educação politica e devoção civica, que abandona aos que o governam o cuidado e o arbitrio de o fazerem á sua guisa, e para o qual as eleições, o fulchro e a razão de ser mesma do systema, foram sempre cousa tão minima e indifferente, que já o divino João de Deus (divino não menos pelas suas virtudes que pelo seu genio poetico) satyricamente commentava:

Havendo tantas facções,
O governo, o ministerio
Ganha sempre as eleições
Por enorme maioria!

N'um paiz que não sabe ou não quer eleger, o systema representativo, monarchico ou republicano, é um verdadeiro paradoxo. O Rei, que no antigo regime era um *chefe*, a quem toda a responsabilidade cabia, porque egualmente todo o poder e mando eram seus, passou a ser mero representante da nação, fiel executor da vontade nacional soberana. E tanto melhor rei constitucional, quanto mais se cingir á expressão d'essa vontade, que outros orgãos politicos e sociaes são encarregados de illustrar e dirigir.

Sem poder conhecer a vontade nacional, manifestada e patenteada pela forma legal e classica da eleição, o chefe do Estado, qualquer que elle seja, fica reduzido a buscar inspiração nas suggestões da imprensa, nas manifestações da rua, em informações e conselhos nem sempre desinteressados e sinceros, forçado em fim a agir e resolver nas crises mais graves e melindrosas por um criterio pessoal, que desde logo o põe a descoberto, o arrisca individualmente a errar, e o torna alvo das facções, de quem se vê unico arbitro, sendo d'ellas ao mesmo tempo servidor. E as melhores intenções, se não forem coroadas de exito, serão levadas á culpa e a cargo de quem menos culpas teve, de quem com bem mais fundada razão poderia e deveria queixar-se do abandono e isolamento em que o deixaram os proprios pelo systema encarregados de o esclarecer, e de o coadjuvar com as suas indicações eleitoraes e outras claras manifestações da vontade popular.

Um Rei, por maior que seja, não vale uma nação inteira. A França tem mais espirito que Mr. de Voltaire; todos teem mais razão do que um só, como dizia Herculano quando da questão das *Irmãs de Caridade*. Só as nações salvam as nações, como eu

tive occasião de affirmar n'um dos discursos proferidos, em tempos da propaganda, na cidade do Porto.

El-Rei D. Carlos recebera uma educação primorosa. Com uma instrucção geral que o não deixava encontrar hospede em qualquer assumpto de conversação; conhecedor e possuidor das linguas, especialmente do francez e do inglez, por forma que d'ellas se servia como da sua propria (e já o imperador Carlos V dizia que um homem que falla três linguas vale por três homens); dado ao gosto e cultura das Bellas-Artes, em uma das quaes, a pintura, foi distinctissimo; habituado aos *sports* e, como atirador, excepcionalmente forte — reunia a tudo isso ser o homem mais bem creado do seu paiz, dotado de humor sempre egual, sem descahir nunca na vulgaridade, nem deixar perceber de si, em qualquer circumstancia, signal de contrariedade, despeito ou irritação.

A Rainha D. Maria Pia, espirito delicadamente aristocratico e o mais nobre e generoso coração que na minha vida politica encontrei — verdadeira martyr a quem ne-

nhuma das maiores dores foi poupada: o assassinio do irmão, rei Humberto, que a estremecia; os do filho e Rei, do neto e Principe Real; a perda do throno e consequente privação do fausto e grandezas, para ella uma segunda natureza, e tudo isto acceito e supportado com magnanimidade Real e conformidade christã — a Rainha D. Maria Pia, tão magestosa e soberana no throno, nas festas e ceremonias publicas e officiaes, não sabia fugir a um certo enleio, feito de timidez e acanhamento, em recepções e conversas particulares, fóra do ambito das pessoas do seu serviço ou de sua maior proximidade.

D. Carlos herdara de sua Mãe particularidade egual, que o viver exclusivamente de côrte, onde decorreu toda a sua mocidade, antes aggravou, que corrigiu. Aos primeiros contactos com estranhos, e até em actos officiaes, D. Carlos deixava, por vezes, uma impressão de fria reserva, que era o effeito d'aquella circunstancia, mas em que uns julgavam vêr seccura ou soberba, indo os que lhe eram hostis até o malsinar de falto de communicabilidade intellectual e de capacidade affectiva. Nada mais errado: Rei até á medulla dos ossos, era comtudo o menos possivel aristocrata nas suas atten-

ções e preferencias pessoaes; e a continuidade de relações ganhava-lhe dedicação e sympathias, pela affabilidade simples e natural que se lhe ia encontrando, como succedeu comigo proprio nos quinze dias que em Dezembro de 1891, sendo ministro das Obras Publicas, passei com a Familia Real, por occasião da sua visita ao Porto e outras cidades do norte do Reino.

Por falso preconceito, ou influencia remota de tradições e habitos que haviam feito o seu tempo, os nossos Principes continuavam a ser creados e educados dentro do Paço, n'um ambiente por certo elevado e distincto, mas restricto e pouco renovado, crescendo e formando-se assim áparte das classes que nas sociedades modernas, intensamente progressivas e intellectualmente agitadas, constituem o nervo e o musculo da nação. Certo é que D. Carlos, com o seu feitio tão portuguez, o amôr e gosto tão pronunciados pelas coisas, habitos e costumes da nossa terra, ficou sempre na sua estructura intima um desconhecido para o seu paiz, fóra da região alemtejana das suas propriedades, onde as estadas repetidas que elle tanto apreciava, e a convivencia com individuos de todas as classes sociaes, o tornaram familiar e estimado.

Outra circumstancia que mais larga influencia exerceu ainda politicamente em D. Carlos, foi a theoria de extremismo constitucional — *O Rei reina e não governa* — dominante ao tempo como um dogma, e com a qual foi preparado para o futuro exercicio da realeza.

Os regimes politicos são formulas transitorias e progressivas, e valem praticamente menos pela doutrina e essencia theorica, que pela adaptação feliz ou descabida ao modo de ser psychologico, tradições, grau de educação civica e de adeantamento intellectual e material de cada povo; todos egualmente bons, todos egualmente maus, conforme aquellas circumstancias e o uso que d'elles se fizer, pois uns e outros hão presidido aos destinos de povos que sobem ao seu apogeu ou descem á ruina e definhamento. Peor que um tyranno vitalicio e hereditario são trinta ou trezentos tyrannos pseudo-electivos, cuja existencia limitada, precaria e contingente fica tão cara á nação, moral e materialmente, como a sua *lista civil*, formada de multiplas parcellas, entre confessadas e desconhecidas.

Quer isto dizer que, tratando-se de dominar, condúzir e harmonizar sentimentos, interesses, ambições, vidas humanas emfim

(e outra coisa não é governar), a applicação pura e simples de normas e preceitos hirtos e formalistas, d'uma generalização abstracta, conduz por via de regra a resultado desastroso e contraproducente. Em Inglaterra sahem os governos das eleições, e assim é a nação por elles representada quem muito legitimamente governa, podendo o rei contentar-se de reinar. Em Portugal, porém, são as eleições que sahem dos governos, e como era o Rei que os formava a estes, sem outra indicação que não fôsse a do seu proprio criterio, deveria ter-se-lhe ensinado que, sendo o governo uma creação do rei, d'este viria a ser em ultima instancia tambem a principal responsabilidade da consequente acção governativa. E visto que, bem feitas as contas, da vontade do rei dependiam as successões ministeriaes, era afinal sobre elle que cahia a sanha opposicionista, em combate de monarchicos contra monarchicos, e mais intensamente quando appareceu quem, não se satisfazendo já com simples mudanças de ministerios, visou mais alto, á propria instituição politica e ao seu primeiro representante.

O rei, isolado do corpo da nação, que lhe continuava deixando abandonadas as urnas, era forçado a escolher presidente do conse-

lho conforme sabia e podia. Este organizava depois o ministerio, ao sabor das conveniencias politicas; ao sabor da mesma divindade se elegiam os deputados, se nomeavam os pares, se fazia tudo ou quasi. Depois, mudaram as formulas, mas...... *plus ça change, plus c'est la même chose.*

O rei reinava e não governava, muito dentro da doutrina orthodoxa, e o seu maior embaraço era fazer a alternação dos partidos, pois a nação, sem descahir do seu mutismo imperturbavel, continuava a nada dizer, «guardando de Conrado o prudente silencio». Com o tempo chegou-se a uma formula reduzida de rotação partidaria, governando os dois partidos simultaneamente, perdidas até as etiquetas com que se differenciavam, confundidos no desconceito publico sob o nome commum de *rotativos*.

D'estas singulares doutrinas e d'estas estranhas praticas soffreu como nenhum outro El-Rei D. Carlos. Porque a sua forte individualidade o tornava apto á resistencia, e por ser D. Carlos, como os acontecimentos vieram a demonstrar, a solida columna que sustentava por fim todo o edificio constitu-

cional, uns, n'uma cegueira ignara e como que dementada, outros, porventura, na lucida previsão de que, uma vez abatida e aniquillada essa força, tudo o mais viria a terra por si mesmo — contra D. Carlos emprehenderam uma campanha destruidora do seu prestigio pessoal e da sua auctoridade politica.

Organização rica e complexa, tendo naturalmente bom e mau, mas muito mais bom do que mau, a distancia a que já hoje o vemos serve, como a tudo o que possue grandeza, para melhor definir a linha geral do seu perfil, esbatendo e fazendo desapparecer qualquer feição mais imperfeita. E seja qual fôr o juizo que uma prevenção hostil ou uma errada e incompleta apreciação hajam formado a seu respeito, o que ninguem com fundamento e imparcialidade poderá contestar-lhe, é a posse de três qualidades — Intelligencia, Bondade e Coragem — difficeis de encontrar reunidas na mesma individualidade de soberano, cada uma das quaes seria bastante para tirar a memoria de D. Carlos da valla commum que na Historia tambem ha para os reis.

D. Carlos tinha as inclinações dum intellectual e amava as coisas do espirito, deliciando-se de preferencia nas manifestações da sua actividade. Pintor de nascença, de maneira facil e espontanea, as suas producções contam-se entre as melhores no genero que mais especialmente cultivou, e são outros tantos testemunhos que por largo tempo falarão do seu talento e dos aprazimentos delicados que por natureza e propensão gratamente buscava. As suas campanhas oceanograficas e publicações sobre o assumpto, se bem que com a collaboração d'um technico distincto, são novo atestado das suas occupações predilectas e de um merecimento scientifico sériamente procurado e adquirido.

Outra producção interessante dos labôres artisticos de D. Carlos é a collecção «As Aves de Portugal» illustrada e enriquecida com magnificas aguarellas, todas do seu punho.

Mas onde as suas notaveis qualidades d'espirito mais brilhantemente se afirmaram, vincando de forma perduravel uma acção diplomatica fertil em resultados para o paiz, foi na politica estrangeira do seu reinado e na acção pessoal, coroada d'exito, que desenvolveu, e nos creou uma situação interná-

cional como nos ultimos tempos, nem antes nem depois d'elle, Portugal jámais teve.

Atrás se disse que D. Carlos herdara com o throno o *ultimatum* inglez e a crise financeira. Quando em 1895 emprehendeu a sua primeira viagem official e politica na Europa, visita de cumprimentos aos outros chefes d'Estado, que as circumstancias do começo do seu reinado mais cedo não lhe haviam permittido fazer — viagem planeada e estudada com o então Ministro dos Estrangeiros, Carlos Lobo d'Avila (culto espirito e organização privilegiada de politico, que a morte roubou tão prematuramente ao serviço do paiz) — a situação de Portugal continuava a padecer nas relações internanionaes as consequencias d'aquelles desafortunados acontecimentos. Um deixara-nos sem norte e sem rumo na politica mundial, vogando á tona dos successos e ameaçados das cobiças que já iam levantando cabeça; o outro, sem credito nos circulos financeiros, alvo das reclamações dos governos e dos protestos irritados de tantos milhares de portadores de titulos e valores portuguezes *en souffrance*. Os arranjos sobre a questão da divida externa e o convenio referente á antiga Companhia Real dos Caminhos de Ferro, realizados com extrema difficuldade pelo

governo de 1893, a que pertenci, e como que arrancados a ferros aos interessados estrangeiros e seus governos, não nos tinham reaberto os mercados financeiros nem reconquistado o credito e confiança perdida. Por seu lado as nossas relações com a Inglaterra continuavam sem expansão e intimidade.

Era d'esta posição desfavoravel que a viagem d'El-Rei se destinava a tirar-nos, por uma acção pessoal e directa sua, juncto dos outros Chefes d'Estado e seus governos. E, sobretudo em Inglaterra, o exito de D. Carlos foi completo.

O rei Eduardo VII, então ainda Principe de Galles — e que veio a ser o maior homem d'Estado do seu tempo, pelo senso e intuição das opportunidades, profundeza e longo ambito das suas vistas, postas em execução com diplomacia e tacto admiraveis; pacificador da Africa do Sul; fundador e organizador da *Triple Entente,* e que nos ultimos annos da sua vida teve a visão penetrante e nitida de que só a creação de um poderoso exercito insular, nos moldes e bases dos das grandes potencias continentaes, poderia salvar o mundo do cataclysmo com que o ameaçava a cegueira e ambição da Allemanha — o futuro rei

Eduardo tomou desde essa epoca em grande estima e apreço o nosso Rei, e d'isso lhe foi dando pelo tempo adeante constantes e significativas provas e demonstrações. Para o rei de Portugal foi a sua primeira visita de soberano. Na sua ultima viagem a Paris D. Carlos não foi estranho ás negociações e diligencias da *Triple Entente*, tanto o rei Eduardo se fiava na sua habilidade e valor. Honrara-o por esse tempo este soberano com a nomeação de Almirante honorario da esquadra ingleza, a mais alta distincção que podia conferir-lhe, e que só um outro Chefe de Estado possuia, o Imperador Guilherme, neto da rainha Victoria, em tempo frequentador enthusiasta das regatas de Cowes.

Nas rodas politicas, como na *City* e em toda a Inglaterra, a favoravel impressão que D. Carlos deixou não foi menor. O seu discurso no *Guildhall* ganhou-lhe admiração e popularidade. El-Rei lia admiravelmente bem: a sua voz quente e communicativa, d'um timbre musical e melodioso; a sua maneira de dizer o que lia, batendo as palavras, recortando as phrases, accentuando-lhes n'uma simples inflexão de voz o alcance e o sentido, muita vez trouxeram movimento e vida à prosa mortiça e frouxa de mais de um discurso da Coroa.

A isso juntou, no *Guildhall,* a facilidad e pureza da linguagem e da pronuncia, que os inglezes tanto apreciam em bôcca estrangeira, produzindo tudo, no discurso de D. Carlos, pensado e escripto com leal franqueza e sincera emotividade, um grande e lisongeiro effeito. Após a desintelligencia e contrariedade de um momento, eram essas as primeiras palavras, sahidas da bôcca da pessoa mais categorizada para as pronunciar, e que vinham reatar a antiga tradição de fiel e secular amizade, da velha alliança entre os dois povos, preciosa para ambos elles.

A Inglaterra nunca o esqueceu; e em parte alguma foi mais sentida a barbara morte de El-Rei D. Carlos, mais clara e accentuada a noção da perigosa aventura em que Portugal fôra lançado.

Nas outras nações que D. Carlos visitou, a sua passagem não foi tambem indifferente, e desde então começou para nós uma situação nova, crescendo successivamente em importancia e consideração internacionaes a Nação e o Rei. As questões mais delicadas, como a da divida externa, foram sendo resolvidas sob os favoraveis auspicios dos proprios governos.

E viram-se surgir, como á porfia, no

amplo e magestoso estuario do Tejo, poderosas esquadras vindas em homenagem ao Rei e á Nação, como a mostrar-nos a sua força e procurando e disputando a nossa amizade.

E, antes ou a seguir, Lisboa ia assistindo lisonjeada e satisfeita, á visita dos Chefes d'Estado das principaes nações europeias — o Rei de Hespanha, o Rei e a Rainha d'Inglaterra, o Imperador da Allemanha, o Presidente da Republica Francêza — accentuando-se que Portugal voltava a ser um elemento com que contar na politica mundial.

Era o tempo em que o chefe da Nação Portugueza se via procurado para arbitro da Inglaterra e do Brasil, da velha alliada e da nação irmã, na questão da soberania da ilha da Trindade, sahindo d'essa arbitragem El-Rei D. Carlos crescido em estima e auctoridade nos dois paizes. Era o tempo em que El-Rei D. Affonso XIII escolhia o rei de Portugal D. Carlos como um dos quatro padrinhos do seu filho primogenito e futuro rei de Hespanha, sendo os restantes três dos maiores potentados da terra: o Rei d'Inglaterra e os Imperadores da Allemanha e da Austria. Que melancholia faz recordar hoje tudo isso, que é de hontem apenas!

A viagem ao Brasil em 1908 ia coroar esplendidamente esta habil e afortunada politica real. D. Carlos acceitara com viva satisfação o convite de visitar o Brasil, a grande nação sul-americana, honra e gloria da nossa raça e da nossa historia, de quem podemos dizer, com egual propriedade, o que da Inglaterra dizia o general norte-americano Milles, nas vesperas da guerra com a Hespanha: «O sangue que nos une é mais forte que o mar que nos separa!»

A noticia da acceitação d'El-Rei fôra recebida com alvoroço em todo o Brasil. Não esquecera este o arbitro justo e imparcial da ilha da Trindade, e, além do governo, o povo brasileiro preparava-se para fazer recepção galharda e fidalga a quem era tambem do seu sangue e se mostrara feliz de lhe pôder conservar intacta e respeitada uma parcella do seu legitimo territorio.

Dirigia então no Rio a politica externa o Barão do Rio Branco, habil diplomata e authentico homem d'Estado, cioso de augmentar a importancia e o prestigio da sua patria no concerto sul-americano. A sua vista perspicaz descobriu na visita d'El-Rei dois objectivos de grande alcance.

Era ella o primeiro acto d'essa natureza realizado nas duas Americas por um soberano europeu, chefe de uma das antigas metropoles; e o Brasil é quem ia receber as primicias d'esse preito á grandeza, valor e prestigio a que rapidamente haviam chegado as jovens nações americanas. A presença de D. Carlos no Rio, ao lado do Presidente da Republica Brasileira, representava a acceitação e o reconhecimento pelo Chefe da Casa de Bragança do facto consummado além do Atlantico, que substituira pela republica a dynastia do ramo segundo da sua casa.

Para a colonia portugueza, que então seguia, na sua quasi totalidade, com enthusiasmo e confiança, a politica dominante em Portugal, a visita d'El-Rei era a occasião magnifica de firmar mais calorosa e significativamente ainda a manifestação dos sentimentos patrioticos que a animavam.

Tudo assegurava á viagem exito completo e excepcional, pela cooperação intima, espontanea e sincera dos elementos nacionaes com os da colonia portugueza, e a recordação de tal facto constituiria novo laço a prendê-los. Era ainda legitimo esperar que esse acto importantissimo não ficaria restri-

cto a um episodio festivo e brilhante d'occasião, e, pelo contrario, viria a desdobrar-se em consequencias e effeitos d'ordem politica e economica, valiosos e consequentes para os dois paizes. O estabelecimento d'uma companhia de navegação commum aos dois Estados e pelos Governos de ambos protegida e subsidiada, para fazer o trafego commercial entre a America do Sul e a Europa, com os principaes pontos de partida e de chegada nos portos de Brasil e de Portugal; a creação d'uma succursal, no Rio de Janeiro, do Banco de Portugal, que não é um Banco do Estado, destinada a tomar a si as funcções e serviços da nossa Agencia Financial (1); os convenios commerciaes, tantas vezes fallados, possiveis e egualmente proveitosos a Portugal e ao Brasil, e pelos quaes se regularia não só a troca de productos e mercadorias entre os dois paizes, como a questão da emigração e a concessão ao Brasil de um entreposto commercial na foz do Tejo—taes eram os assumptos capitaes para que havia sérios motivos

---

(1) N'esse tempo não existia no Rio de Janeiro a agencia do Banco Nacional Ultramarino, nem qualquer estabelecimento bancario portuguez.

e fundadas razões d'esperar soluções de amigavel confraternidade, por occasião da visita d'El-Rei.

Foi um «momento psychologico», uma occasião perdida, d'essas que não voltam mais. Grave consequencia, e não das menores perdas que ao paiz teem advindo da catastrophe do Terreiro do Paço, foi o mallogro — e por que motivo! — da viagem de D. Carlos ao Brasil, tão gratamente concertada e carinhosamente esperada pelos Governos dos dois paizes, e por brasileiros e portuguezes nos dois hemispherios. Não obstante vigorar hoje de um e outro lado do Atlantico o mesmo regime politico, foi necessario recentemente um feito heroico de epopeia para no Brasil voltar a ser querido e amado o nome portuguez.

Era el-rei D. Carlos dadivoso e caritativo, mas não é essa a especie de bondade que n'elle mais pretendo pôr em relevo. Os ricos e os poderosos nunca dão bastante. O «dinheiro da viuva», de que nos falla o Evangelho, foi o que mereceu especial menção do Senhor. A bondade dos grandes da terra vejo-a atravez da sua sensibilidade e

doçura para com os fracos e pequenos, para os que os servem ou d'elles dependem; e pelo cuidado e interesse por essas coisas sagradas que devem ser para nós a vida e o soffrimento humano.

D'um trato suave com os que o serviam ou d'elle viviam proximos, D. Carlos era naturalmente benevolo e indulgente para com todos. Não seria nunca elle quem levantasse a bengala sobre alguem do seu serviço, como o *Rei Sol*, em momento de irritada impaciencia e perdida a sua imponente e apparatosa impassibilidade, quebrava, em Versalhes, o seu real bastão sobre os hombros de um lacaio, no meio da estupefacção dolorosamente consternada e discretamente indignada da Côrte, por ver tão grande honra concedida a um simples *valet de pied*.

Muitos pequenos casos familiares ouvi contar da bonhomia de D. Carlos. D'elles referirei apenas dois, diversos um do outro, mas que se completam entre si.

Nas «epochas liricas» do theatro de S. Carlos, se algum cantor á ultima hora adoecia, provocando o addiamento do espectaculo, era feita a devida prevenção ao Paço, a tempo de evitar a deslocação da Familia Real. Uma noite o cantor ou can-

tora enrouqueceu quasi á hora de principiar a récita, não sendo já possivel d'isso prevenir o Paço, nem substituir por outra a opera annunciada. O familiar de serviço vira partir o Rei, e, não contando com o seu regresso senão á hora costumada de findar o theatro, aproveitou a occasião para sahir. Como a representação não se effectuasse, D. Carlos voltou logo ao Paço e, querendo ir trabalhar no seu escriptorio, chamou o familiar para trocar a farda e as condecorações por um vestuario leve e commodo, de interior. O familiar não apparecia e D. Carlos teve de se conservar *botté et ganté,* com pouca satisfação e nenhuma commodidade. Só muito tarde o familiar appareceu, e, ao saber do succedido, apresentou-se confuso, tentando umas desculpas e explicações mal armadas. El-Rei ouviu-o, contentando-se com dizer-lhe: — Olha que os cantores não teem hora certa de enrouquecer.

Recebeu D. Carlos a casa de Bragança compromettida em dois emprestimos, um ao antigo *Comptoir National d'Escompte de Paris,* outro ao Credito Predial, cujas annuidades absorviam quasi por completo o rendimento liquido d'aquella casa, crescendo d'este apenas cerca de 4:500$000 réis,

que era tudo o que d'essa proveniencia recebia El-Rei e destinava ao seu bolso particular, pois a lista civil ficava completamente absorvida pelos diversos capitulos da administração da Casa Real. Succedeu que uma vez lhe foram enviados 1:500$000 da casa de Bragança, á conta d'aquella entrega annual. No decorrer do dia notou D. Carlos que uma pessoa do seu serviço, antiga na casa e por elle estimada, se mostrava claramente preoccupada e triste. Inquirindo da causa que tal estado de espirito produzia, soube que a um cunhado d'este serviçal, cobrador de dinheiros alheios, haviam roubado 1:500$000, producto da cobrança que no dia seguinte devia entregar, não sabendo ambos aonde ir procurar somma tão avultada para elles. El-Rei, que havia este seu servidor na maior confiança e o sabia incapaz de lhe mentir, foi buscar o 1:500$000, que horas antes recebera da casa de Bragança, e entregou-lh'o dizendo:
— Leva a teu cunhado. O dinheiro alheio é mais difficil ainda de guardar do que o nosso.

Ao outro aspecto da sua bondade, para mim ainda de maior valor — a consideração e interesse pela vida e soffrimento alheios, e até pelo dos seus adversarios e inimigos,

— terei occasião de fazer referencia no proseguimento d'este meu dizer.

Resta-me por agora fallar da sua coragem, entendendo-se por ella a forte disposição d'animo para luctar com as difficuldades e arrostar com os perigos, formada de sangue frio, reflexão, e firmeza.

Os factos pessoaes, bem caracterizados, definem melhor esta feição do animo individual do que apreciações de ordem generica. A tres me referirei, distantes no tempo uns dos outros, 1891, 1894 e 1907, tocantes a casos e situações differentes.

Fui dos primeiros a saber em Lisboa, pela redacção do *Economista*, que tinha um sollicito correspondente telegraphico no Porto, Motta Ribeiro, da revolta militar de *31 de Janeiro*, n'aquella cidade. Tinha eu deixado de ser ministro, pela primeira vez, mezes antes, e sabia dos negocios publicos o bastante para considerar verdadeira loucura e perigo nacional o exito de uma revolta republicana em pleno conflicto com a Inglaterra, no periodo agudo das negociações com ella, e, para mais, em presença d'uma Europa acentuadamente monarchica e con-

servadora. Porque assim pensava e o activo lealismo monarchico m'o impunha, fui immediatamente ao Paço de Belem apresentar-me a El-Rei e offerecer-me para qualquer commissão ou serviço em que pudesse ser aproveitado. Logo recebido, fui encontrar D. Carlos sereno e resoluto, sem jactancias nem esmorecimentos, dum fallar simples e tranquillo. Tinha desejado marchar para o Porto com as tropas que para alli iam ser enviadas, no que o governo não concordara; mas estava prompto e decidido a fazê-lo, se a situação no Norte se não esclarecesse em breve.

A essa altura já os regimentos revoltosos tinham sido empurrados para a Casa da Camara pelo braço forte e leal do bravc major Graça, mas não havia ainda a certeza da artilharia da Serra do Pilar estar bombardeando aquele reducto dos revolucionarios; o regimento de infanteria 18 continuava fechado e dividido dentro do quartel de S.to Ovidio, e haviam sido interceptados telegrammas em linguagem figurada para diversos pontos do paiz, onde existiam forças regimentaes, denotando isto ter ramificações n'outros elementos a revolta militar do Porto. El-Rei deu-me estas informações e, agradecendo, pediu que me

apresentasse ao governo, que se encontrava reunido no Ministerio da Guerra, o que fiz.

Annos depois, sendo eu ministro do Reino, deu-se, inopinadamente para o governo, o irritado e abrupto rompimento diplomatico do marechal Floriano Peixoto, Presidente da Republica Brasileira, comnosco. O almirante Castilho, commandante dos dois navios de guerra que tinhamos na bahia do Rio de Janeiro, resolvera, de motu proprio, elle só de entre tantos outros commandantes de navios de guerra estrangeiros surtos egualmente na mesma bahia, receber a bordo os vencidos da revolta monarchica do almirante Saldanha da Gama, a mais grave e custosa de debellar de todas as que com identica significação se haviam feito até alli. Por este rasgo do almirante Castilho, rasgo sem duvida generoso e sympatico, mas porventura impulsivo e, por certas circumstancias anteriores, suspeito ao marechal Floriano d'ingerencia nossa na politica interna do Brasil, fora provocada aquella sua violenta e arrebatada decisão. A importancia do facto era grande, a sua impressão fundamente desagradavel, e motivo de graves preoccupações as suas consequencias, quer no tocante aos navios, mal armados e força-

dos a percorrer a longa costa do Brasil em condições precarias de navegação, quer pelo que dizia respeito á nossa colonia e ao nosso commercio.

Os portadores d'esta má nova a El-Rei foram o Presidente do Conselho servindo de Ministro dos Estrangeiros, e eu proprio. D. Carlos ouviu-nos, como nós surprehendido, ficando absorto por alguns minutos e terminando por nos dizer: «O que está feito, está feito. Deus permitta agora que os navios cheguem sem qualquer novo incidente. E' preciso tratar bem os refugiados quando aqui desembarcarem, como emigrados politicos que são: mas nunca perca o governo de vista que poderemos estar de mal com todo o mundo, menos com o Brasil e a Inglaterra».

O terceiro facto deu-se muito mais tarde, nos ultimos tempos de 1907, em plena effervescencia politica d'esse fim d'anno. A nossa legação em Paris communicou ao governo estar informada de que os anarchistas projectavam um attentado contra a vida d'El-Rei, por occasião da sua visita ao Brasil. Davam verosimilhança á informação, e possibilidade de realização ao receio, duas circumstancias: ao tempo, um numero crescido d'anarquistas, alguns de nomeada, bati-

dos dos paizes europeus, haviam-se estabelecido na Argentina; e, sendo de lá a breve trecho expulsos, tambem pela agitação violenta desenvolvida e attentados commetidos, tinham muitos d'elles passado clandestinamente ao Brasil. Era de considerar egualmente a campanha d'excitações criminosas, feita por certos jornaes anarchicos estrangeiros contra a «tyrannia e atrocidades» da dictadura, em odio especialmente aos seus dois elementos por esses jornaes mais postos em evidencia.

Entendeu-se dar conhecimento a D. Carlos d'essa informação. Como de costume ouviu tudo sem interromper, ficando a reflectir por algum tempo e pronunciando depois as seguintes textuaes palavras:
— Tudo é possivel, e se a minha viagem ao Brasil fôsse de simples cortesia ou repetição de outras anteriores, seria para pensar, tanta é a falta que eu faria n'este momento. Mas bem sabes a importancia d'esta viagem e a grande utilidade que d'ella esperamos tirar para o paiz e para a nossa politica. Não ha, pois, que hesitar: opportunamente se avisará o governo brasileiro da informação que tivemos, para elle tomar as providencias e cautelas necessarias; e o Lampreia

dirá á colonia portugueza que eu lhe confio a minha guarda».

Mais e melhor do que quaesquer palavras minhas, fallarão d'El-Rei D. Carlos as suas cartas, que venho publicar. No periodo agitado e grave que ha mais de 20 annos a nação portugueza atravessa, e cujo final desenlace não é ainda possivel prever com segurança, cada um deve tomar o seu lugar e carregar só com as responsabilidades que verdadeiramente lhe competem. Com esse unico intuito me dispus a fornecer á Historia documentos sobre a vida publica que legitimamente lhe pertencem, afim de ser bem julgado quem esteve á frente dos destinos nacionaes, e não pelo resultado, tantas vezes filho do acaso ou devido á fatalidade, mas pelas qualidades pessoaes e virtudes civicas de que se deram provas. «*Stultorum magister est eventus*» — «O resultado é o mestre dos parvos» — dizia Fabius, defendendo deante do Senado o seu plano de campanha contra Annibal. Mesquinho o homem público que limite a sua ambição ao quadro estreito de uma vida, e não ponha os olhos em fazer nome que lhe sobreviva.

Essas cartas, escriptas em toda a intimidade, sem preoccupação nem cuidados de forma, com repetições de ideias expostas quasi pelas mesmas palavras, o que mais lhes augmenta a convicção e sinceridade, — denotam natural facilidade d'estylo, por vezes não despido de elegancia, e eram destinadas, bem evidentemente, ao conhecimento apenas do destinatario e dos seus collegas, sendo por isso como que retratos apanhados em flagrante, e com a força irrecusavel de verdadeiros factos. Como apparecem hoje reunidas e concentradas em volume, e é facil o percorrê-las d'uma só leitura, convém não esquecer que de facto são distanciadas umas das outras por mezes de data, separadas na sua determinante e acção por acontecimentos e episodios politicos occorridos successivamente e a intervallos, durante quasi dois annos. Em seguida a cada um de taes acontecimentos e episodios, D. Carlos espontaneamente acudia a fazer causa commum com os seus ministros, sempre na prosecução do mesmo pensamento de governo, confortando-os e animando-os com palavras sentidas e affectuosas, como para lhes renovar a sua confiança e mostrar que n'elle nada estava mudado.

Não são muitas, dada a facilidade que os ministros sempre tiveram em fallar com o Rei; mas, referindo-se a pontos importantes da politica de então — Eleições, Crise ministerial, Dictadura, Questão da Casa Real, etc. — e pondo termo a falsidades que propositadamente se faziam correr, illuminam do mesmo passo a figura moral de D. Carlos, mostrando-o como elle era — um Homem, uma intelligencia politica, um generoso coração.

Falta uma carta, para mim de grande significação, perdida ou extraviada com outros papeis, na mudança de casa que me fizeram aqui, logo após a minha primeira sahida para fora de Portugal, em seguida ao regicidio. N'essa carta, escripta de Villa Viçosa, depois das primeiras prisões de alguns dos chefes republicanos, em Janeiro de 1908, El-Rei, approvando esses actos do governo, recommendava que os presos fôssem bem tratados, pois «eram criminosos de pensamento e de occasião». Nunca mais essas palavras se me varreram da memoria, e quantas vezes me encontro melancholicamente a recordá-las, em contraste com a lembrança inapagavel da ferina e sangrenta tarde do 1.° de Fevereiro!... Os desejos de D. Carlos foram cumpridos,

e tão bem tratados os seus inimigos, que não faltaram mais tarde ironias á longanimidade do governo.

Sob o aspecto politico, outro ponto importante para a memoria de D. Carlos, não conhecido geralmente até agora, é que a nossa chamada ao poder obedeceu já a um pensamento superior de governo, a que elle *de motu proprio* se dedicara. Mostra-o a primeira carta, de 16 de Maio de 1906, em que sou chamado a organizar ministerio para «seguir por caminho differente d'aquelle trilhado até hoje».

Era um mandato imperativo: El-Rei decidira romper com a orientação politica e com as praticas administrativas de «até hoje» e «seguir por caminho differente». Forte e incisivo era o dizer; ao mesmo tempo animador e suggestivo. Na primeira conferencia com El-Rei, á volta de Coimbra, onde me encontrava, as linhas geraes, as directrizes como agora se diz, de um plano de governo foram concertadas, encontrando eu em D. Carlos uma reflectida e segura resolução de tudo fazer e a tudo se sujeitar por sua parte, para não se voltar mais ao *antigo;* e annunciando El-Rei o seu proposito d'acompanhar mais de perto a administração do governo, para o que

haveria todas as semanas um conselho de ministros, pelo menos, no Paço, sob a presidencia Real.

A esses propositos de reforma governativa se conservou D. Carlos firmemente ligado e inabalavelmente fiel, durante os longos, accidentados e perturbadores vinte mezes ultimos do seu reinado. A sua decisão e firmeza, a sua confiança e fé na acção e na obra do governo, excediam as dos proprios ministros. De todos os Apostolos foi S. Paulo o mais ardente. Na segunda carta ha um «pœnitet me» que justifica esta allusão. Não é sem verdadeiro enternecimento e uma infinita saudade, que eu percorro ainda hoje essas cartas, que respiram, da primeira á ultima, o enthusiasmo d'um neophito, uma commovente estima pelos seus cooperadores, a esperança confiada nos resultados, a ancia patriotica de ligar o seu nome a uma obra de resurgimento nacional.

A Ramalho Ortigão — verdadeiro *sans peur et sans reproche,* que atravessou uma longa vida de 80 annos sempre fiel a si mesmo, nada pedindo e nunca transigindo, habituado ao culto da verdade n'um estylo de impeccavel belleza — a Ramalho Ortigão repugnou a onda de insensibilidade e de covardia moral que, depois do 1.º de Feve-

reiro, parecia ter varrido este paiz de lés a lés; e appareceram essas admiraveis e justiceiras paginas do *Rei Martyrizado,* que no infortunio e no exilio me foram consolação e desvanecimento. Ramalho faz-me a honra insigne de approximar o meu nome do de Turgot; e se recordo o parellelismo assim feito das nossas situações, é só para frisar que, se Luiz XVI, aliás bondoso e sincero, abandonou o seu ministro, cedeu ás pressões da Côrte, e ás proprias illusões e preconceitos — El-Rei D. Carlos caminhou até á morte, do mesmo passo firme, convicto e deliberado.

N'uma das suas cartas escrevia: «Eu bem sei que seria mais facil, e menos penoso para nós, o tratar de agradar a todos; mas espero tambem que um dia a opinião pública, que felizmente não é sempre a opinião que se publíca, saberá fazer-nos justiça.» E' que D. Carlos emprehendera dar a Portugal, á nação que governava, uma situação interna tão prospera e estimada como a externa que soubera crear-lhe. E, para a realização de tão alto pensamento político, a todo o «sacrificio», como n'outra carta diz, se encontrava decidido.

A morte veiu salteá-lo sob a fórma do assassinio pelas costas e á traição, tanto

lhe temiam o sangue frio e a justeza do tiro. Differente, na sorte, do seu antepassado, o rei D. José, cahiu fulminado logo ao primeiro tiro, sem lhe restar sequer um sopro de vida para recommendar aos que ficavam, como a heroína de Orleans, «*Bon courage!*...

Com o seu desapparecimento começou desabando tudo. Viu-se primeiro que a Monarchia era Elle. E abriu-se logo depois um episodio de aventuras, incertezas e soffrimentos, que continua desenrolando-se deante do olhar ancioso, como estrada sem fim.

Todos nós ficámos, os que serviam o regime, como aquelles que o combatiam e o lograram derrubar. Em boa e sã consciencia, uns e outros, que temos feito de Portugal? Quem ha ahi, não ligado pela própria existencia politica ou material á existencia do regime, que não quereria ver trocada a situação actual do paiz, financeira, economica, administrativa, internacional, moral, de disciplina e d'ordem publica, e até de liberdades politicas, pela correspondente situação d'outr'ora em todos esses pontos, que no conjuncto formam a propria vida nacional?

Conta-se que, quando Henrique III de França fez assassinar no Castello de Blois

o Duque de Guise, ao ver morto e estendido por terra o seu rival e competidor, exclamara: «*Mon Dieu, qu'il est grand!*» Mesmo entre os que combateram D. Carlos, ao vêr a triste signa dos acontecimentos, quantos não terão pensado intimamente e sem remedio — *Que falta Elle fez!...*

Pouco feliz em tudo, não o foi, porventura, na morte. Uma vez que esta é um facto brutal, inevitavel, imposto a toda a creatura, e que não respeita hierarchias nem edades, morrer no seu posto de commando, face ao perigo, confiado como quem não deve, sereno e firme na comprehensão do dever cumprido, é o digno fim de um homem publico e por maioria de razão de um Chefe d'Estado. O tempo, esse deus fecundo em milagres, na phrase de Schiller, vae pondo todas as coisas nos seus lugares: a consciencia nacional sente já hoje que **El-Rei D. Carlos morreu no serviço do seu paiz.** E a Historia, a verdadeira, a boa, dirá sobre a sua memoria o famoso verso de Petrarca:

... *Un bel morir tutta la vita onora.*

Alcaide, 1923.

AS CARTAS

As Cartas

I

1 noute.

16 — 5 — 906

Meu querido João Franco

Tendo o Presidente do Conselho, Cons.º Hintze Ribeiro, acabado n'este momento, por carta que acabo de receber e por motivos... que de viva voz te exporei, de depôr nas minhas mãos a demissão do Ministerio, e desejando eu que n'este momento te encarregues da formação do novo ministerio, desejo que aqui venhas falar-me, logo possas, e quanto mais cedo melhor.

Ha muito a fazer e temos, para bem do Paiz, que seguir por caminho differente d'aquelle trilhado até hoje; para isso conto comtigo e com a tua lealdade e dedicação, como tu podes contar com o meu auxilio e com toda a força que te devo dar.

Sempre teu

Amigo verdadeiro

Carlos R.

El-Rei D. Carlos, como já seu pae o rei D. Luiz, não fallava de politica com os homens da opposição, quando os encontrava ou por elles era visitado. Julgavam isso um dever de lealdade para com o seu governo, prática que lhes vinha como corollario do principio basilar da educação politico-constitucional recebida: — *Reinar, e não governar.*

Durante o tempo do meu ostracismo politico, pouco vira D. Carlos fora das reuniões do Conselho d'Estado, em que tudo se passava protocolarmente. Mas tendo-o procurado algum tempo antes de receber esta carta, para lhe agradecer uma attenção pessoal que commigo se dignara ter, não me foi sem reparo ouvir-lhe algumas perguntas sobre pontos concretos do programma do partido regenerador-liberal. Agora, ao narrar-lhe a manifestação hostil que, logo á chegada de Coimbra, por alguns elementos politicos acabava de me ser feita na estação do Rocio, terminando por ponderar se no estado das coisas não conviria mais, porventura, uma situação ministerial menos combatida e combativa do que verosimilmente o seria a que eu organizasse, a resposta de D. Carlos foi precisa e concludente.

Ás minhas observações cortou rapido que

as circumstancias não permittiam ministerios de aventura ou de transição, compostos de elementos buscados e tirados d'aqui e d'alli. Os dois partidos, progressista e regenerador, não haviam podido governar parlamentarmente, chegando um e outro, logo após as eleições, ao *impasse*. Accrescia a doença dos seus chefes: um, já na ultima situação, como que houvera de dar homem por si; o outro, sabia-o de saude abalada, mas acabara de verificar, com surpresa e pesar, encontrar-se em estado bem mais grave do que cuidava. Ora uma acção politica como elle a julgava indispensavel ao Paiz e á Coroa, não podia parar a meio, nem soffrer mudanças amiudadas no seu commando e direcção. Mais valia não a iniciar. Mas o descontentamento publico parecia-lhe já grande e era communicativo e contagioso. Em seu entender, urgia uma reforma nos costumes politicos e nas praticas administrativas; preferivel era fazê-la espontaneamente o poder, a recebê-la d'uma imposição da rua. Pela sua parte a resolução estava tomada. Julgava, porém, essa reforma mais facil na sua execução e mais efficaz e duradoura nos resultados, realizada com a collaboração do parlamento. A concentração liberal assegurava-nos maioria para gover-

nar em ambas as camaras, e o chefe progressista mandara-lhe dizer que apoiaria abertamente a minha acção governativa. Eu tomara como lemma «governar á ingleza», isto é, com o parlamento. D'ahi a sua carta a Hintze Ribeiro, que D. Carlos me leu, mais tarde publicada (1), e a minha chamada para organizar ministerio.

Perante um pensamento de governo tão nitidamente exposto e resolutamente decidido, qualquer duvida ou hesitação da minha parte era inadmissivel; a plataforma de governo que eu procurava, vinha ao meu encontro.

Largamente examinámos os pontos concretos que iam constituir a primeira parte, o programma minimo, como agora se diria, da obra politica, administrativa e social que emprehenderíamos; e desde a necessidade primordial d'uma consulta honesta e livre ao paiz, acceitando de boa mente todos os elementos politicos, sem excepção, que elle quisesse mandar ao parlamento, até á indicação particularizada das liberdades politicas para traduzir em lei na primeira reunião das Côrtes, em tudo o accordo de vistas e

---

(1) N'este volume, pag. 241.

a plenitude de vontades foram inteiros e completos.

Era noite alta, quando transpus de novo a entrada do Paço, finda a larga conferencia com El-Rei. Mandei embora a carruagem e segui a pé ao longo do rio, bafejado pela fresca aragem que d'elle vinha. Vagamente presentia que alguma coisa se ia passar. Do lado dos politicos já eu tivera, á chegada, o panno de amostra. Mas a attitude do Rei era magnifica; e a minha ousada combatividade esperava tirar o paiz do seu inveterado torpor, arrancá-lo ao seu mortal egoismo politico. E da conjuncção d'estas duas forças no mesmo sentido poderia depender tudo.

II

Pedras Salgadas

6-VIII-906

Meu querido João

Quando tive noticia dos acontecimentos de Alcantara e te telegraphei, estive para te escrever, mas preferi fazel-o só depois de ler os jornaes e agora só depois de ler a tua carta. Com a leitura da tua carta tão simples e desapaixonada, tão... *tu mesmo*, não mudei em nada a opinião que já formára. Desde que felizmente tu nada soffreste pessoalmente, e nenhum ferimento houve de gravidade, a minha opinião é que coisa alguma de maior sorte poderia ter succedido ao governo em prol das ideias que desejamos levar avante, e que cada vez me convenço mais que são as unicas que conseguirão fazer alguma cousa deste nosso tão bom, mas até hoje (poenitet me) tão mal tratado paiz. Pelo meu telegramma, tu que me conheces percebeste o que eu entendia. Deram um optimo pretexto ao governo para acabar de vez com historias nas ruas, e tiveram a habilidade de pôr contra si toda a gente honesta, e esta felismente para nós

ainda é a maioria. Quanto a eleições, sou da tua opinião por completo. Tudo depende da gente *seria* e *pacata* se *querer encommodar;* se assim fôr, terá o governo uma manifestação que bem util será ao nosso bom proseguir; mas, seja como fôr e succeda o que succeder, temos que caminhar para deante, ainda que a lucta seja rude e aspera (e espero-a) porque aqui mais do que nunca, parar é morrer, e eu não quero morrer assim... nem tu!

Como chegarei na segunda ás 9 da manhã a Cintra, a nossa assignatura pode ser na terça-feira em Lisboa, á hora do costume, para eu puder descansar segunda um poucochinho.

De saude felizmente optimo. Teu amigo verdadeiro.

Carlos R.

O J. Saraiva tem feito optimo serviço; dar-lhe-hei a Gr. Cruz da Conceição pois já se tem dado a outros Gov.es Civis com menos razão.

Carta intima, escripta ao correr da penna, despretenciosa e familiar, é interessante pelo colorido e espontaneidade da forma, communicativa pela sinceridade dos dizeres. E deixa perceber a traços bem marcados o feitio moral e os sentimentos pessoaes de quem a escreveu.

A satisfação expressa por «nenhum ferimento ter havido de gravidade», sem distinguir entre os do seu lado e os contrarios; as palavras amaveis, carinhosas até, para o destinatario da carta, mostram a forma peculiar da sua bondade, o tracto facil e affectuoso que era naturalmente o seu.

A phrase repassada de commoção, com um certo travor de censura a si proprio, em que se refere a «este nosso tão bom, mas até hoje (poenitet me) tão mal tratado paiz»; o juizo formado sobre a impressão que produziria o caso occorrido, e consequencias a tirar d'elle; a previsão do proximo acto eleitoral, e da natureza «rude e aspera» que a lucta travada viria a assumir; a firmeza não obstante manifestada, são outras tantas comprovações da justeza e segurança do seu criterio politico, da reflectida e patriotica resolução de seguir avante, como de todas as suas cartas, sem uma unica excepção, se deduz.

O acontecimento d'Alcantara, a que esta carta se refere, fôra o seguinte:

Aberto o periodo eleitoral deliberou-se que o chefe do governo, na Capital e no Porto, fizesse em assembleias publicas a exposição das ideias e propositos governativos, em competencia com os seus adversarios e concorrentes eleitoraes. Querendo ser um governo de opinião e recrutar legitimamente votos e adhesões na massa eleitoral não partidaria, buscava fazer conhecido e popular o seu programa, deixando aos contrarios egual direito e liberdade de propaganda. Estes, porém, é que desde o principio o não tinham entendido assim. A rua era d'elles, e a faculdade de fallar em publico exclusivamente tambem sua.

Logo á chegada de Coimbra, antes mesmo de me avistar com o Chefe do Estado; e successivamente, ao tomar posse o novo ministerio, ou na minha ida a um dos centros regeneradores-liberaes de Lisboa, para expor o programma do governo, em todas as occasiões e sob qualquer pretexto, manifestações hostis, injuriosas e provocadoras se produziam. Com a abertura do periodo eleitoral e o apparecimento do governo em assembleias populares, *«caçando no mesmo terreno»*, redobraram os esforços para tur-

var a atmosphera politica e forçar o poder *«ás transigencias que rebaixam ou ás violencias que compromettem»*, plano geral de campanha sem rebuço annunciado na sua gazeta por um dos chefes republicanos mais cotados.

Assim foi que, tomando os ministros parte n'uma reunião eleitoral no centro regenerador-liberal d'Alcantara, os seus contrarios organizaram na rua, em frente mesmo da casa do Centro, uma clamorosa e ensurdecedora assuada, com o fim de perturbar e inutilizar a reunião. E não contentes com isso, á sahida, juntaram as vias de facto aos chascos e aos insultos, dando-se ferimentos, e cahindo uma chuva de pedradas sobre as carruagens dos ministros e as de outros assistentes á reunião. Alguem, que n'essa noite me acompanhava, viu um homem a brandir uma faca, e, aproveitando-se da confusão e tumulto, saltar ao estribo da *victoria* aberta que nos conduzia. Conseguiu o meu companheiro repelli-lo, mettendo-lhe á cara o cano de um revólver.

III

21-8-906

Y. Amelia — Cascaes.

Meu querido João

Recebi o teu telegramma hontem ao chegar a bordo e logo t'o agradeci, mas não quero deixar de t'o agradecer por carta para te poder melhor dizer o que penso.

Fiquei verdadeiramente satisfeito com o resultado das eleições e tenho a certeza de que foi um grande passo dado no caminho que queremos seguir. Fizeram-se com uma ordem e uma liberdade a que estamos deshabituados, ordem e liberdade em que é absolutamente necessario não só entrar como agora, mas prosseguir.

Claro está que por liberdade eu não entendo licença; essa em nome da liberdade geral deve ser severamente reprimida. As eleições tanto de Lisboa como do Porto dão uma grande força ao governo, força que tenho a certeza irá sempre em augmento, se seguirmos sem hesitações nem delongas pelo caminho que nos traçámos.

Deves-te sentir devéras contente e posso dizer-te que está satisfeitissimo o teu amigo verdadeiro.

Carlos R.

Amanhã de manhã vou para Mafra e na quinta antes das 2 1/2 estarei nas Necessidades. C.

Falsamente, tendenciosamente, quando das «chapeladas» da Azambuja e do Peral, que tiraram aos republicanos, nas eleições de 1905 e primeiras de 1906, as minorias indubitavelmente por elles ganhas de ambas as vezes pelo circulo Oriental de Lisboa, pôs-se a correr o boato de que o Rei não queria deputados republicanos na Camara, sendo essa a origem do grave erro politico commettido seguidamente pelos dois ministerios progressista e regenerador.

Ora esta carta é a prova provada de ter sido isso uma rematada falsidade, destinada a indispor pessoalmente contra o Rei a opinião séria e honesta do paiz, especialmente a de Lisboa, molestada com o succedido.

Como se acaba de ver, D. Carlos declara-se «satisfeitissimo» com as eleições realizadas em Agosto de 1906, e no emtanto, a poucos mezes do Peral, ellas mandavam quatro deputados republicanos á Camara, «*as melhores espadas do partido*», como Fontes costumava dizer dos seus oradores e combatentes parlamentares de maior valia.

E a frisar mais a significação do formal desmentido, que esta carta é, á estranha e pérfida atoarda, ha ainda a seguinte circumstancia: nas previsões eleitoraes do governo, de que naturalmente D. Carlos estava ao

facto, contava-se que os republicanos só pudessem ganhar a minoria do Circulo Oriental, de Lisboa, o que lhes daria na futura Camara 2 deputados. Succedeu, porém, que os regeneradores tiveram fracas votações nas assembleias de Lisboa Occidental, ao passo que os republicanos haviam augmentado as suas n'alguns concelhos ruraes do mesmo circulo, ganhando assim tambem n'elle as minorias. Havia, pois, que contar com 4 deputados republicanos eleitos, em vez de 2. Fôra isso que eu telegraphara para Cascaes, juntamente com os resultados geraes da eleição já conhecidos. A esse telegramma respondeu D. Carlos com outro, que conservo, dizendo: — «Encontro agora teu telegramma ao chegar a bordo. Muito e muito obrigado. Felicito-me e felicito-te pelo resultado obtido, tão conforme ao que desejavamos e tão util para proseguirmos no nosso caminho. Um abraço do teu amigo, *Carlos R.*»

Mas, não contente com isso, quis ainda escrever-me, para «melhor dizer o que pensava»; e termina, accentuando a sua impressão do acto eleitoral com os seus 4 deputados republicanos: — «Deves-te sentir deveras contente, e posso dizer-te que está satisfeitissimo o teu amigo verdadeiro, *Carlos R.*».

E como esta, quantas outras puras invencões em menoscabo da pessoa do Rei e prejuizo da sua auctoridade, no que muitas vezes os adversarios do regime não eram os peiores!

D'ahi o attribuir-se a D. Carlos a amarga phrase — «Portugal é uma Monarchia sem monarchicos». — Não o disse; e comtudo bem o podia ter dito. Uma vez mais se mostra que «as phrases historicas, ainda quando apocryphas, são expressões da realidade».

IV

21-11-906

1 (da) noute.

Meu querido João

Junto os telegrammas que de facto provam o que tu dizes, mas tambem nada que ignorassemos depois das passadas eleições.

Teem de facto *picado* um pouco por toda a parte, mas essa propaganda tenho a firme certeza de que não resistirá a uma maior do que essa, que **é a** de uma administração séria e regrada; essa é a maior e melhor arma que podemos empregar contra elles e .....contra todos aquelles que, com os mesmos ou diversos fins, se querem oppôr á marcha do governo.

A administração e a marcha geral do governo á qual tenho dado e darei a minha inteira, completa adhesão, e todo o meu appoio, já lhe tem ganho muito na opinião publica.

E' continuarmos pois no mesmo caminho, sem provocações nem arrojos, para termos sempre a razão pelo nosso lado, mas com a mesma firmeza e lealdade para com o Paiz, que temos tido até agora. Firmeza e cora-

gem não faltam nem a ti nem aos teus collegas, o meu appoio sincero e leal, para seguir n'este caminho, é e será completo e absoluto.

Já t'o disse e repito-o, podemos ter *todos* momentos desagradaveis, e já os temos tido e provavelmente ainda os teremos, mas sem elles a nossa tarefa seria ingloria ; e quando chegarmos ao nosso almejado resultado, bemdiremos então esses momentos de momentanea amargura, que retemperaram e augmentaram as nossas forças. Sem lucta não ha prazer em vencer, e a victoria sem combate, e combate serio, nunca é uma victoria duradoura, e nós o que ambicionamos, tanto tu e os teus collegas como eu, é fazer obra que fique. Se lá chegarmos e assim o espero e creio firmemente, poderemos dizer, pondo de parte a modestia que: «bem merecemos do nosso Paiz».

Perdoa esta tão comprida e recebe um abraço do teu amigo

Carlos R.

P. S. Pódes cá vir quando quizeres. Diz sempre pelo telephone para teres a certeza de cá estar. Se tudo continuar como espero darei as ordens para Domingo ás 10,30 da manhã.

Carta admiravel, carta de Rei, pela superioridade de espirito, serenidade d'animo, intuição do bem publico que a domina, firmeza nos propositos de proseguir na sua realização contra tudo e contra todos.

Importa dizer, para bem se avaliar d'ella, que é do dia seguinte á sessão em que haviam sido expulsos da Camara, *manu militari,* dois deputados republicanos, por motivo de palavras violentas friamente estudadas, fria e propositadamente proferidas contra o Chefe do Estado, a quem se procurava desrespeitar e offender na sua pessoa e auctoridade. Finda a sessão, já de noite, referi succintamente a El-Rei, pelo telephone, o desagradavel incidente, que só veio a conhecer, nos seus pormenores, pelos jornaes da manhã do dia seguinte. Pela tarde enviara-lhe eu os telegrammas recebidos pelo governo e copias de outros, que todos fallavam do acontecimento parlamentar da vespera e sua impressão nos diversos arraiaes politicos, como foi sempre nossa maneira de proceder.

Eram esses telegrammas que D. Carlos me devolvia, e as palavras da sua carta as primeiras por elle trocadas com o governo depois do occorrido. Nem a mais leve referencia ao incidente ou aos seus auctores.

As pretendidas e calculadas offensas haviam-lhe cahido aos pés, e elle nem se abaixara para as ver. Nem o mais leve movimento d'irritação, ou o menor signal que pareça insinuar ao governo a «maneira forte» no tracto com os adversarios, ou para com os seus desmandos.

Bem pelo contrario: á propaganda adversa, que reconhece e sem enfado admitte, o que indica e aconselha, com insistencia, é o influxo suggestivo de «uma administração séria e regrada». Nada de «provocações nem arrojos, para termos sempre a razão pelo nosso lado». Tenham os ministros «a mesma firmeza e lealdade para com o Paiz que teem tido até agora» e «o meu apoio sincero e leal, para seguirem n'este caminho, é e será completo e seguro».

Eis a summula d'esta carta, como o será, com as mesmas ou com outras palavras, a de todas as que se lhe seguem. — *Governem bem, e contem commigo.* — E' palavra de Rei, firme e clara; formal, mas sob condição, que sempre lhe será ouvida a toda a hora, e em todas as circumstancias os ministros encontrarão serena e resoluta.

«Se lá chegarmos (á victoria duradoura) e assim o espero e creio firmemente, poderemos dizer: Bem merecemos do nosso Paiz».

Não chegámos: o combatente leal e pundonoroso contava com lealdade e pundonor egual.

Se eramos todos portuguezes!...

Mas o exito, que é muito, não é tudo. E bem mereceu da sua Patria, quem por ella perdeu a vida.

V

6-12-906

Meu querido João

Salvo melhor opinião e depois do que fallámos hoje cada vez mais me convenço, que para o Governo e para o Paiz seria melhor não se encerrar a sessão, e portanto não haver nova sessão d'abertura e novo discurso da Corôa. Nós queixamos-nos, e n'isso não somos senão o echo da opinião geral, de que as Camaras e sobretudo a Camara dos Pares teem gasto immenso tempo e pouco teem produzido. Ora se a isto vamos juntar uma nova discussão do discurso da Corôa, porque terá de a haver, a mez e meio de distancia d'esta que acabou agora, não será isto contraproducente e não virá isto a juntar elementos ao desprestigio do parlamento e tirar força á nossa obra, que é querer governar na legalidade e com o Parlamento? *Se legalmente* se poder fazer com que a sessão continue a mesma, parece-me isso ter indiscutiveis vantagens.

Disseste-me que fallarias ao José Luciano e ao Hintze; se assim o julgares conveniente pódes mostrar-lhe esta minha opinião, que como vês é só baseada no desejo de que se continue no caminho que encetámos.

Governe-se com o parlamento, é esse o meu maior desejo, mas para isso é necessário que elle tambem faça alguma cousa. E' preciso obras e não palavras. De palavras, bem o sabemos, está o Paiz farto. Não quer discussões politicas das quaes pouco ou nenhum bem lhe virá, o que quer é que se discuta administração, que se discutam medidas que lhe sejam uteis. Assim poderá o Paiz interessar-se pelo Parlamento; com discussões de mera politica, interessará os amadores de escandalos varios, esses sim, mas fará com que a parte sensata e trabalhadora do Paiz se desinteresse por completo d'aquillo que para nada lhe servirá.

Por estes motivos é que eu acho inutil para não dizer... perniciosa, uma nova abertura do Parlamento.

Claro está que se não houver outro remedio, dentro da legalidade, teremos de o fazer, mas... com pena da minha parte.

Perdôa a massada, mas como esta é a minha opinião não quiz deixar de t'a expôr francamente.

Como sempre

teu amigo verdadeiro

Carlos R.

Ia findar o anno de 1906, e estava-se discutindo se os trabalhos parlamentares poderiam continuar, ou se com 1906 acabava a sessão legislativa em curso, e teria portanto de fazer-se em 2 de Janeiro nova sessão de abertura, com novo discurso da Coroa. Porventura seriam mais dias de sessão perdidos e pretexto para outras verborrheas obstruccionistas, no estylo decadente da epocha.

Era contra isso que D. Carlos se pronunciava com a sua costumada clareza e precisão, optando pelo que entendia ser mais productivo de trabalho util, e assim favorecendo o prestigio do parlamento deante da Nação, pouco interessada em bysantinismos e só attenta a resultados e proveitos.

Mas a todas essas considerações, uma superiormente prevalecia, a da legalidade. «Claro está que se não houver outro remedio, dentro da legalidade, teremos de o fazer». A «nossa obra é querer governar na legalidade e com o Parlamento». Esse é «o meu maior desejo».

Assim fallava espontaneamente D. Carlos aos seus ministros, em carta particular não destinada á publicidade, nem a provocar applausos, nem a encobrir intenções. As-

sim fica evidenciada a perfeita lealdade com que idêntico pensamento de governo exprimira em carta ao seu anterior presidente de conselho.

Era bem assente e reflectida a sua decisão de «querer governar na legalidade e com o Parlamento». Do que outros, que não a sua vontade ou a sua fraqueza, o desviaram e impediram.

VI

18-12-906

Meu querido João

Muito obrigado pelos teus telegrammas Tinha a quasi certeza de que hontem tudo se passaria assim, até mesmo na concorrencia algo maior no comicio de Lisboa, o que está de accordo com o que já te dissera que ultimamente tinham trabalhado bastante nas camadas mais inferiores.

Em todo o caso é preciso a isto não lhe dar senão uma importancia relativa, pois em toda a parte do mundo succede o mesmo nas capitaes.

Cada vez mais me convenço de que vamos no bom caminho, e que com perseverança e fazendo todo o possivel para, perdoe-se a expressão, não darmos nenhuma em falso, chegaremos ao fim que desejamos para bem de todos.

A minha confiança no resultado final é cada dia maior, e cada vez mais, tu e os teus collegas, podem contar com o meu completo e mais decidido appoio.

Como me disseste desejavas irei d'aqui na quarta-feira á noute para chegar lá na quinta de manhã, regressando ás 2 1/2 para voltar jantar aqui.

Correu aqui que o Affonso Costa e o Braga viriam a Elvas, e a Barbacena e talvez por aqui; não seria mau eu sabe-lo a tempo se tal se dér, para evitar qualquer sensaboria, porque aqui ha gente para tudo e era facil darem-lhes por ahi algum tiro e nós é que depois carregavamos com as culpas.

O mais felizmente temos tido um tempo explendido, minha sogra e minha cunhada chegaram perfeitamente e tiveram aqui uma recepção linda.

Até quinta-feira e já sabes que se por acaso te convier almoçar commigo tens sempre o teu logar prompto.

Teu amigo verdadeiro

Carlos R.

No domingo anterior, 16, os republicanos haviam feito uma especie de parada das suas forças, realizando em Lisboa e outras localidades uma duzia de comicios, a proposito ainda da expulsão dos seus dois deputados. Os telegrammas alludidos n'esta carta eram os recebidos pelo governo a esse respeito, e que eu mandara para Villa Viçosa como de nosso costume, afim de D. Carlos poder formar juizo proprio sobre os acontecimentos.

A respeito d'elles escrevia El-Rei, sempre com a mesma serenidade e clara visão das coisas: «Cada vez mais me convenço de que vamos no bom caminho». «Perseverança» e sobretudo «não darmos nenhuma em falso». E' só para o que elle apella, o que repetida e insistentemente recommenda. Nem a mais leve sombra d'impulso á corrupção ou á violencia, como armas de propaganda ou de combate. E' contra o seu pensar honesto, contra a sua natureza forte e confiada.

Por isso, ao ouvir dizer que os dois deputados expulsos poderiam, nos trabalhos de alliciação em que andavam, ir para aquelles lados, mostrava desejo de ser informado a tempo de tal facto, afim de lhes evitar qualquer attentado. Assim pensava

e procedia, para com os seus detractores de ha pouco, o Rei de Portugal — que um anno depois era ferozmente espingardeado com seu filho no Terreiro do Paço.

VII

24-1-907

Meu querido João

Muito obrigado pela tua carta e pelas boas noticias que me dás da tua saude que eu tanto estimo.

Felizmente vejo que as cousas vão correndo á medida dos nossos desejos. Que brilhante discurso debaixo de todos os pontos de vista, o do Mello e Sousa!

Fazes favor de ter muito juizo e de te não arriscares, com este tempo, a uma recahida.

Tive hoje uma larga conversa com o Porto e estou cada vez mais satisfeito com elle. Combinei tambem com o Ayres definitivamente as collocações da Marinha. Capello, Majoria Geral; Castilho, Direcção Geral; Gusman, Arsenal. E' por muito a melhor solução. Desejando ainda as tuas completas melhóras sempre teu amigo verdadeiro.

Carlos R.

O discurso a que El-Rei se refere fôra proferido na discussão da lei da Contabilidade Publica, base de toda a regular e ordenada administração financeira do Estado, unica das medidas principaes do governo que conseguiu arrancar-se á approvação das Camaras, em mais de seis mezes seguidos de sessão parlamentar.

A carta, além de ser um traço pessoal da affectuosidade de D. Carlos, mostra a attenção e interêsse com que acompanhava a politica e a administração do governo.

VIII

Sabado noute

Meu querido João

Obrigado pela tua carta. Não posso dizer que folgo com as noticias, porque estimaria que *de começo* não tivesse havido nada; mas dadas as circumstancias em que nos encontramos, acho muito bom que a Universidade proceda por essa forma que me parece a mais correcta. Terá outras consequencias? Não as terá? Veremos.

O que não podemos por certo é seguir outra norma, nem deixar decahir o principio da autoridade que cada vez mais devemos conservar bem alto. Darte-hei para isso toda a força de que careças e isto com o maior sangue frio e a maxima calma.

Sou absolutamente contrario, como sabes, a violencias e a abusos de força, mas tão contrario sou d'esses processos como sou partidario do emprego da força quando fôr necessaria para manter as ideias que advogamos, e tendo como temos a razão pelo nosso lado.

Segunda estarei de volta para jantar e terça aqui te espero á hora indicada.

Teu amigo verdadeiro

Carlos R.

Quinta receberei a commissão se assim o julgares util.

IX

9-4-907 noute

Meu querido João

Quanto mais penso mais me parece não só util mas até necessario proseguir no caminho que encetámos.

O que me disseste hoje depois das sessões, e algumas informações que posteriormente tive, ainda mais vem radicar a minha opinião. Soube, e não sei se d'isto tambem terias sido informado, que deputados republicanos, salientando-se na discussão o Alexandre Braga, combinaram o fazer-se expulsar outra vez pela força armada, porque dizem elles que assim expulsos por causa dos rapazes, os terão logo todos do seu lado. Não creio que os tivessem todos mas teriam bastantes, e parece-me que se lhes deve evitar o gostinho.

Pensei tambem: quererás tu que eu mande dizer alguma cousa ao Hintze, claro que não pedindo nada para o governo, mas dizendo-lhe que como eu entendo que este governo *não*

póde cahir e que eu farei tudo o necessario para o conservar, que veja elle, que me disse podia contar com elle, em que situação me colloca! Será facil fazer-lhe dizer isto, já se sabe não por escrito, mas por uma terceira pessoa. Talvez assim se evitasse mais desordens na Camara, o que me parece seria bom.

E' um simples alvitre; se o achares bom manda-m'o dizer para eu o poder empregar antes da sessão.

Quanto ao mais siga o governo firme na sua missão de bem governar, que me encontrará sempre firme e prompto a coadjuval-o e a dar-lhe força em tudo quanto seja necessario.

Ha muita cousa a fazer e creio que se pode e deve fazer e temos que seguir o nosso caminho doa a quem doer.

As difficuldades que encontrarmos no nosso caminho não devem ser para nos assustar ou fazer recuar, mas sim para as encarar com calma e firmeza. Com calma, firmeza e bôa vontade, e essas qualidades creio que as temos, vencer-se-ha esta campanha e se o fizermos, como confiadamente acredito, poderemos então descansar um pouco com a consciencia de termos feito alguma cousa util e de termos bem servido o nosso Paiz.

Eu bem sei que seria mais facil, e menos penoso para nós, o tratar de agradar a todos, mas espero tambem que um dia a opinião pública, que felizmente não é sempre a opinião que se publíca, saberá fazer-nos justiça.

Veremos o que ha amanhã, esperando que

não haja novidade. E diz-me se achas conveniente que faça o que te indiquei. Repito, é um simples alvitre, mas ás vezes póde dar resultado. Dirás e eu farei o que mais conveniente pareça.

Um abraço do teu amigo verdadeiro

Carlos R.

Estas cartas referem-se ambas ao mesmo assumpto, á chamada «questão academica», e por isso as dou em conjuncto.

Em 1 de Março 1907 realizou-se em Coimbra, na Faculdade de Direito, um acto de conclusões magnas, sendo o candidato reprovado pela *unanimidade* dos examinadores. Seguiram-se logo, dentro da Universidade, por parte d'um grupo de estudantes de Direito, protestos ruidosos e violentos contra os lentes, que foram apupados e injuriados. De noite as arruaças continuaram, recrudesceram os insultos e offensas aos professores, sendo apedrejadas as casas de dois d'elles e tornando-se necessaria a intervenção da policia. No dia seguinte de manhã, e ás primeiras aulas de Direito, os estudantes recusaram-se a entrar, e redobraram as gritarias, chufas e arremessos contra os lentes, escapando um, ainda fortemente empurrado, de ser mais gravemente aggredido, graças á intervenção de alguem da policia academica. O funccionamento das aulas foi totalmente impedido. Não contentes com isso, os mesmos estudantes espalharam-se pelas aulas das outras Faculdades, perturbando-as em descompostas algazarras e bulhentas manifestações, com o fito de impedirem egualmente, como impediram, o curso regular dos estu-

dos. E não se parou ainda ahi: renovou-se pela tarde a agitação nas ruas, e foi insultado e offendido na Calçada outro lente de Direito, que alli se encontrava.

Reconhecendo a impossibilidade de professarem nas suas cadeiras e para não soffrerem mais vexames e insultos, os professores de Direito reclamaram do Reitor o encerramento temporario da Universidade. Era isso que o Reitor propunha ao governo, fundamentando a proposta no relato dos estranhos e graves acontecimentos occorridos. De tudo isto eu fizera, por carta, sciente El-Rei, que me respondeu com a primeira acima publicada, de sabbado, á noite, 2 de Março.

De conformidade com a proposta da Reitoria, foi decretado o encerramento da Universidade, até pelo conselho de decanos serem julgados, em processos academicos, os estudantes accusados como promotores e responsaveis dos graves desacatos commettidos. O encerramento da Universidade acarretava *ipso facto* a sahida de Coimbra, nas 24 horas immediatas, de todos os estudantes cujas familias não tinham residencia na cidade, o que era muito de considerar.

Davam que pensar o aspecto irritante e

claramente provocador assumido pelos successos de Coimbra, a acintosa perseguição em dias seguidos aos lentes de Direito, o propósito levado a cabo, de perturbar e impedir os estudos, até nas outras Faculdades, que nada tinham nem haviam com o incidente buscado como pretexto e ponto de partida para a violenta agitação desencadeada.

Esta situação tensa, continuando a manter-se, fazia recear a possibilidade de contactos e conflictos entre estudantes, de espirito facilmente inflammavel, naturalmente irrequietos e combativos, e os agentes da ordem e da auctoridade. A sahida immediata dos universitarios, descongestionando os bairros academicos, arredava o maior perigo de taes embates. E afastados para as suas casas, reentrados nas suas familias, ambiente bem diverso do escandecido em paixões donde vinham, melhor escutariam palavras de bom conselho e sincero affecto, contrapostas a prédicas e exaltações de encommenda, com disfarçados intuitos e inconfessaveis propositos.

Nos ultimos annos, por meio de intensa propaganda, procurara-se crear em Coimbra e na Academia o espirito de revolta. Abrira-se um centro republicano e logo ao começar esse anno lectivo se publicou, com

as assignaturas de algumas dezenas de estudantes, um manifesto injurioso contra o Chefe do Estado. Em quasi todos os recentes comicios da mesma politica, efectuados no centro e norte do paiz, muitos dos oradores haviam sido estudantes filiados nos centros republicanos. Republicanos eram tambem quasi todos os agora implicados nos incidentes e processos academicos, vendo-se figurar quasi sempre os mesmos nomes n'essas diversas occorrencias.

Os estudantes constituiram commissões em Coimbra, Lisboa e Porto; e emquanto os dirigentes buscavam ligar as differentes escolas superiores e organizar uma resistencia e «parede» geral por occasião da reabertura da Universidade, o caso ia-se esclarecendo nas suas origens e fins revolucionarios, adivinhando-se as molas occultas bue haviam desencadeado o motim.

Foi primeiro a carta, apparecida na imprensa e devidamente assignada, dos quintanistas de medicina da Universidade. Affirmavam haver-se dirigido á commissão academica de Coimbra, offerecendo-se para intervir no conflito «e procurar por todos os meios ao seu alcance uma solução honrosa para professores e discipulos». Essa intervenção foi rejeitada *in limine*, sem agrado nem

reconhecimento, antes pelo contrario, como da mesma carta se vê.

Mais tarde, poucos dias antes da reabertura da Universidade, espalhou-se um manifesto de estudantes da mesma, e appareceu depois quem da sua auctoria e veracidade se declarasse responsavel. N'esse documento dizia-se: — que já anteriormente aos episodios do dia 1.º de Março se fallava n'uma manifestação de desagrado aos lentes na sala dos Capellos por occasião das theses do doutorando F... (o mesmo), sendo essa manifestação resolvida e levada a effeito por elementos republicanos. E accrescentava-se: «Não foi uma consequencia da reprovação, porque estava resolvida anteriormente».

Nada, pois, de espontaneo e sincero houvera. O incidente, na realidade, mascarava, e mal, uma questão politica contra o poder, para o que servira de tabella o ataque aos lentes e a perturbação dos estudos em todas as Faculdades. E por isso mesmo e para isso mesmo se recusara de mau modo o offerecimento leal e honesto dos quintanistas de Medicina, de procurarem «uma solução honrosa para professores e discipulos». D'isso não se tratava, nem era isso o que se queria. — Ninguem castigado, ou

todos para a *greve* — proclamava-se, depois de se ter feito o necessario para tornar a primeira solução impossivel ao governo. «Havemos de obrigá-lo ás transigencias que rebaixam, ou ás violencias que compromettem». Assim o haviam escripto os mestres, assim lhes iam seguindo as lições os discipulos.

Entretanto, as opposições monarchicas, dizendo sempre gravemente estarem ao lado do governo nas questões d'ordem publica, iam fazendo côro com os insultadores dos lentes e perturbadores dos estudos, cegas pelo unico e dominante pensamento de derrubar o ministerio. Este aguardava com firme serenidade o accórdão do conselho de decanos sobre assumpto em que por lei só elle era competente, e que importava ao decôro, auctoridade e disciplina universitaria.

Appareceu em 2 de Abril o accórdão que mandava riscar tres estudantes de Direito por dois annos, e cinco por um anno. O Governo, ouvidos os conselhos das Faculdades, decretou a reabertura da Universidade para 8 d'esse mez. Recrudesceram e subiram ao auge a campanha na imprensa e a lucta no parlamento contra o Governo, fomentando-se por todos os modos a

eclosão da *greve* geral, e o abandono da Universidade no dia marcado para reabrir.

Tomaram-se as providencias adequadas a manter a ordem, mesmo no interior das Escolas, caso a intervenção dos agentes da auctoridade fôsse reclamada pelos reitores e directores das mesmas; garantindo-se a professores e alumnos a liberdade de professarem aqueles o seu ensino e de seguirem estes, querendo, os seus estudos. E ás familias dos estudantes mostrava-se, em circular da Direcção Geral da Instrucção Publica endereçada áquelles funcionarios, mas tornada geralmente conhecida pela imprensa, «que o conselho paternal de que precisa o espirito irrequieto dos alumnos, excitado pela nociva propaganda á *greve* geral, compete, sobretudo, ás familias d'elles».

A mocidade é ingenua e confiada, nas suas expansões e enthusiasmos. Julgando fazer uma grande figura ao som das palavras quentes e suggestivas de «confraternização» e «solidariedade», palavras que traduzem sentimentos tão caros, felizmente, á gente môça, elles iam, na realidade, atrás d'umas duzias de exaltados, estes por sua vez movidos pelos unicos que sabiam bem o que queriam e para onde a todos condu-

ziam. A Universidade ficou deserta, a «parede» triumphava, até ao ponto de ir passando das escolas superiores ás secundarias e de reflectir-se já nas normaes, animando-se reciprocamente os grévistas uns aos outros, por entre o estalar das carteiras na Camara e ao toque d'uma imprensa numerosa, de todas as opposições unidas e colligadas contra o Governo por um espirito egual nas causas que a cada uma movia, mas bem differente nos fins a que cada uma visava.

Vendo que o terreno lhes faltava n'uma discussão regular, embora apaixonada, semelhante a tantas outras anteriores e que não embaraçava nem enfraquecia o Governo, as opposições lançaram-se em tumultos ruidosos e persistentes, impedindo o andamento dos trabalhos parlamentares; e declararam sem rebuço não permittir a continuação d'elles, emquanto a sua vontade não fôsse obedecida, na escolha e ordem dos assumptos a discutir, sobrelevando assim essa vontade á do Presidente e ao proprio regimento da Camara. Era a desordem armada no ponto mais perigoso, de onde facilmente podia irradiar para o meio d'essa massa de rapazes que percorriam as ruas e as escolas, por entre vivas e aclamações,

animados com os resultados da «parede», já conhecidos.

É d'este ultimo periodo de agitação parlamentar a segunda carta de D. Carlos, que, denotando a inteira lealdade de que usava para com os seus Governos, mostra como á firmeza, qualidade soberana de quem governa, sabia alliar a circumspecção e o tacto.

O chefe regenerador proferira na Camara dos Pares, n'esse mesmo dia 9, um discurso sobre a questão academica, em que, com a sua costumada habilidade parlamentar, cahira a fundo sobre o governo, simulando querer poupá-lo, e terminando por advogar aquillo que elle mesmo, creio, não faria nas circumstancias da occasião, por corresponder a uma exautoração do conselho de decanos, a seguir á desfeita já infligida aos lentes.

A lembrança d'El-Rei teve o seu natural seguimento. Chegou tarde? Houve qualquer outro impedimento á annuencia que se poderia esperar?... No dia 10 foi a ultima sessão na Camara dos Deputados. Os tumultos tomaram maior vulto que na véspera, mettendo ainda maior numero de

pessoal regenerador e accentuando-se as declarações irritadas e irritantes de que por alli não se passava. Escusado era esperar resultado util da continuação das sessões n'uma tal atmosphera. De um momento para o outro a desordem da Camara podia extender-se á rua. O emprego da força contra os estudantes era politicamente um erro e repugnava a todos. A applicação do regimento da Camara, como em passada occasião já se fizera, aos perturbadores dos trabalhos parlamentares, sendo medida delicada e de melindrosa execução em taes circumstancias, tornava-se impossivel desde que o partido regenerador, e não só d'elle alguns deputados, fizera causa commum com as outras opposições: não se podiam expulsar todas ellas d'uma vez.

As Côrtes estavam abertas e funccionando havia mais do que os tres mezes constitucionaes, e podiam ser, portanto, legalmente encerradas. Assim se fez. Era um encerramento forçado; apenas um meio, que não um fim, como então avisadamente alguem disse.

Dera-se começo a uma longa e continuada *journée des dupes,* em que os mo-

narchicos da opposição, a que em breve outros se iriam juntar, buscavam tirar a castanha do lume com a mão de gato dos republicanos, mas acabariam, no 5 d'Outubro, por se encontrar todos prisioneiros d'elles.

Outros houve, não menos culpados que os elementos politicos propriamente ditos.

O governo procurara e soubera até então manter-se rigorosamente dentro da lei; escrupuloso e sobrio na applicação e gasto dos dinheiros publicos, respeitador dos direitos e garantias de todos, dos seus, como dos contrarios, trabalhara indefessamente no serviço publico, dentro e fora do parlamento, sujeitando aos mesmos preceitos o Chefe de Estado como qualquer outro cidadão; tinha cumprido as suas promessas liberaes, politicas e administrativas; dado uma sessão parlamentar, seguida, de mais de seis mezes, em que, sustentando uma lucta de todos os dias, de nenhuma malversação, esbanjamento ou deshonestidade fôra sequer accusado.

Sobejava-lhe assim auctoridade para disciplinar quem de disciplina carecesse, a elle que começava por se disciplinar a si proprio. Tinha direito a esperar apoio d'aquelles a cujo bem estar se dedicara. Esse apoio

fôra reclamado, n'uma questão de ordem pública, pela Circular da Direcção Geral da Instrucção. Debalde. Mais uma vez os que se interessam na boa administração da causa publica, faziam a *grève* politica dos braços cruzados, a mais longa e perniciosa *grève* havida em Portugal, e que, tendo começado em 1834, ameaça não ter fim. Foi só por maio dentro, quando as Camaras já estavam encerradas, a concentração-liberal desfeita, e o governo em dictadura — males sem remedio — que os paes e tutores dos estudantes grévistas se moveram, ao verem o anno lectivo dos seus em risco sério de perder-se.

O mal publico não os fez mexer; foi só quando sentiram tres fortes argoladas na porta, que accordaram do seu somno bem dormido.

Quem assim mostra entender e cumprir os seus deveres civicos, não tem direito a querer ser bem governado.

X

Meu querido João

Lá mandei as recommendações ao José Luciano, mas sei de fonte segura que os verdadeiramente renitentes são os outros. Sei tambem que o José Luciano quer propor-te outros nomes, entre elles Poças Falcão e Tavares Festas. Talvez seja melhor falares com elle antes da conferencia com os outros.

Eu tenho feito quanto tenho podido n'este sentido, mas em todo o caso, seja qual fôr o resultado a que chegues, a não ser que seja absolutamente affirmativo no sentido da entrada delles, não tomes nem tornes conhecida nenhuma resolução definitiva quanto ao seguimento da questão em geral sem primeiro fallarmos e discutirmos todas as hypotheses que ainda poderá haver.

Teu amigo verdadeiro

Carlos R.

O encerramento das camaras fôra um opportuno expediente, mas não era uma solução. Tendo-se proposto fazer uma larga sessão parlamentar (e assim o havia declarado) o governo tivera de encerrar as Côrtes sem orçamento e sem leis constitucionaes. Havendo resistido, e bem, durante seis mezes, aos assaltos repetidos das opposições, um incidente delicado de ordem publica levara-o a modificar a vantajosa posição parlamentar que occupava. Aos problemas que prendiam já a sua attenção viera juntar-se mais um, e não dos menores: o da proxima e necessaria reabertura das Camaras, com a questão academica em aberto, que de academica só tinha o nome e os estudantes, instrumentos della. Questão politica *au premier chef,* como tal tinha de ser encarada para poder ser devidamente resolvida.

O incidente não fortalecera o governo e dava alento ás opposições, conscias de haverem alcançado perturbar-lhe, emfim, a a marcha. Por outra banda, o intervallo parlamentar não podia ser grande, pois era necessario que o orçamento e as leis constitucionaes fôssem votados até 30 de Junho.

A's opposições seria relativamente facil conservar a agitação e a mesma tensão d'espirito nos grévistas até á reabertura do par-

lamento. Ao governo incumbia, a não querer em breve encontrar-se nas circumstancias de que sahira pelo encerramento, reforçar a sua composição, e de maneira que pudesse influenciar a attitude das opposições, ou de alguma d'ellas.

A situação politica representada pelo ministerio assentava na concentração-liberal, que não tinha sido um mero accordo eleitoral, ou mesmo uma eventual alliança parlamentar. Proposta, primeiro, n'estes termos, fôra rejeitada. E a concentração fez-se mais tarde, na base de um definido e concreto plano governativo, que ficou sendo o programma immediato e commum dos dois agrupamentos, independentes no seu viver interno e partidario, mas sujeitos por egual ao cumprimento de obrigações tomadas publicamente, ligados n'esse ponto como formando um bloco, um todo unico. Assim comprehendida pela Coroa, dera azo a eu ser chamado a organizar ministerio, que governasse e vivesse com o Parlamento.

Esse acontecimento politico, succedendo-se ao rotativismo, que condemnara a um longo ostracismo os parlamentares mais tarde organizadores do partido regenerador-liberal, fez não poucos incredulos da sua sinceridade e duração, pois foi julgado, por uns,

simples expediente de occasião, e por outros um movimento habil de defesa do experimentado chefe progressista. O elemento regenerador do rotativismo ficou sempre na esperança e convicção de um não afastado *mientras vuelva* ao anterior entendimento cordeal dos dois partidos. Por seu lado a dissidencia progressista acompanhava com os seus anceios e melhores desejos a possibilidade d'uma proxima desaggregação do partido de que sahira, onde o seu chefe conservava antigas relações, em que punha boa parte das suas esperanças politicas.

Organizou-se o ministerio sem a entrada de qualquer elemento progressista, e ahi se quis encontrar novo motivo da pouca consistencia da concentração. A razão d'esse facto fôra outra e bem diversa. Ao organizar-se o ministerio, estava ainda pendente a questão dos tabacos, que amargurara a vida dos ultimos governos, regenerador e progressista. De accôrdo com o chefe d'este ultimo partido, foi o governo constituido só com elementos do ramo da concentração que não tinha ainda responsabilidades n'esse assumpto, objecto de grande interêsse financeiro para o Estado e cuja solução se arrastava penosamente havia mais de dois annos.

Resolvida essa questão, o ministerio con-

tinuou; mas dois dos ministros aguardavam o encerramento das Camaras para deixar o governo, em que haviam entrado por dedicação partidaria e pessoal; a elles se juntaria o Ministro da Justiça, cuja acção política no Norte se fazia desejavel, o que tudo abria porta á recomposição julgada necessaria.

Era chegado o momento de fazer representar no governo os dois elementos da concentração, consolidando-a, e ao mesmo tempo dando força á situação, pelo cabal desmentido assim trazido ás intrigas e apprehensões que se iam sempre levantando em volta d'ella.

Com isso os regeneradores desenganar-se-iam de que o entendimento feito não era uma approximação passageira e ephemera; a communhão dos dois elementos no governo deixaria sem plausibilidade possivel a descontada desaggregação do partido progressista. Ambas as opposições, e pelo menos a mais numerosa, haviam de tornar a pensar se o caminho em que iam, era o que melhor e mais depressa as approximaria do poder. Tambem para a questão academica a entrada no ministerio de tres homens novos e sahidos do outro ramo da concentração, homens de auctoridade e de valor,

sem responsabilidades de governo no que era feito, facilitaria uma solução, uma mudança de attitude n'esse explorado incidente.

Apresentadas por mim a D. Carlos estas considerações logo no dia seguinte ao encerramento, e tendo merecido a sua inteira approvação, isto mesmo fui expor ao chefe progressista, antes da reunião das maiorias para essa noite convocadas, e a quem eu teria de fallar por parte do governo. Identica approvação encontrou este modo de pensar no chefe progressista, depois de uma leve observação sua ácerca do possivel mau effeito que a entrada de ministros progressistas causaria nos meus amigos; ao que respondi não temer nem despeitos nem recusas, por me manter dentro do pensamento politico que a todos nos juntara e reunira.

No desenvolvimento d'estas ideias tive occasião de dizer que, devendo a concentração, em meu juizo, dar ensejo a mais de um ministerio, no seguimento da acção governativa encetada, eu por mim nenhuma duvida teria em governar sob alheia presidencia, pois divergia dos que pensavam não servir um antigo presidente do conselho para differente posto ministerial — declaração que tencionava fazer na reunião

das maiorias, como realmente fiz. As pastas a preencher, continuei, seriam as da Justiça, Fazenda e Estrangeiros ou Marinha. E para que os effeitos politicos que a recomposição tinha em vista se alcançassem, teriam de ser os novos ministros elementos representativos do seu partido, homens de valor politico e parlamentar reconhecido, com auctoridade no paiz pelo seu caracter e pelo seu passado. Não podendo nem querendo fazer uma escolha pessoal de nomes, indicava de preferencia, pelas suas situações parlamentares, o *leader* progressista nos Deputados para os Estrangeiros ou para a Marinha, onde já estivera; para a Fazenda, o presidente da respectiva commissão na mesma camara, antigo titular d'essa pasta; e para a Justiça, o *sub-leader* progressista, que tambem esse posto já occupara. Esses, que indicava de preferencia, ou quaesquer outros ministros de Estado honorarios que identicos dotes reunissem. Com nenhum havia ainda fallado a tal respeito, e pedia ao chefe progressista que em meu nome o fizesse, tanto mais que, sendo as pessoas indicadas todas de sua particular amizade, succedia haver duas para elle da maior intimidade politica e pessoal. Assim ficou combinado.

Com os tramites da recomposição começou a noticia d'ella a transpirar, e passados dias, deu-me parte o chefe progressista das difficuldades que em alguns encontrava para a sua entrada no ministerio. Todos se mostravam egualmente firmes em continuar o seu apoio ao governo; com a sua boa vontade podia este da mesma forma contar; mas quanto a entrar no ministerio, iam alguns apresentando razões que até alli não pudera vencer.

Foi amarga a minha surpresa: n'estas coisas o que se não diz, é o que tem ainda maior valor e significação. Repliquei, instando. A recomposição, como eu o expusera, representava uma necessidade para a execução do programma politico commum — governar com o parlamento — e não uma simples conveniencia particular do ministerio. O apoio progressista nas camaras tivéramos nós, e isto não impedira havermos tido de as encerrar, fora e antes de tempo. Tendo de as reabrir em breve, haviamos de fazê-lo mantendo o ministerio nas mesmas condições? Era isso o que a recusa nos aconselhava?

Assentara-se n'um programma commum, n'uma obra governativa para realizar em concentração de forças e de vontades. Se

logo ao primeiro embaraço, que uma agitação de animo revolucionario creara, a concentração falhava, que era e significava ella então? Duas fraquezas politicas apoiadas uma á outra para caminharem, e ao mesmo tempo voltando-se as costas? Um neo-rotativismo, em substituição do antigo e condemnado? Por mim já declarara nenhum obstaculo pôr a governar em concentração e sob alheia presidencia; se de tal forma se nos correspondia e não podiamos nas occasiões contar uns com os outros, a confiança rompia-se, e ficavamos ligados como a corda ao enforcado...

Do que se passava dei conta a El-Rei, e julgando ver n'aquelle retrahimento o receio de comprometterem, pela sua entrada no governo, as probabilidades de uma successão, pedi-lhe para intervir e assegurar que a recomposição desejada pelo governo em nada podia prejudicar uma successão progressista. E estava na logica dos factos.

Tratava-se de uma reforma de costumes politicos e de praticas administrativas, mais

ainda que da remodelação de leis, coisa inane e vã, se os actos não lhe veem dar movimento e vida. Mas isso demandava persistencia e tempo, e, segundo toda a previsão, mais de um ministerio teria de seguir-se n'essa mesma linha de proceder.

Ao mesmo tempo não occultei ao Chefe do Estado a grave contingencia que o governo atravessava, e como elle não poderia continuar, dada a ruptura da concentração, que o mallogro da recomposição em si mesmo importava. Era a este ponto da nossa conversa que se referia a segunda parte da carta agora publicada, onde El-Rei me noticiava o resultado da sua intervenção, que eu imagino dever ter sido instante.

Não era uma recusa formal, porque era peor. O que se annunciava iria produzir nos circulos politicos exactamente o effeito contrario do que se precisava e pretendia obter com a recomposição. Os nomes referidos na carta, pessoalmente muito estimaveis, eram partidaria e parlamentarmente valores secundarios; a recomposição n'esses termos teria politicamente uma significação prejudicial. Ver-se-ia transparentemente através d'elles (e tanto mais que os por-

menores das negociações já andavam de bôcca em bôcca) a recusa dos elementos categorizados e representativos do partido a entrar no ministerio. A emenda sahiria peor que o soneto.

Não foi difficil nem demorado demonstrá-lo, e veio a realizar-se a conferencia ajustada do chefe progressista commigo e com os tres antigos ministros já alludidos.

A essa altura já eu não tinha illusões sobre o resultado que ella poderia dar. O que o Chefe progressista, com a sua grande e acatada autoridade, conhecimento exacto da situação e dos desejos e intenções d'El-Rei, relações da maior intimidade com os recusantes, dizia não haver conseguido, que força de suggestão podia eu suppor em mim para o obter?

Tudo se passou como era de prever entre pessoas que se estimam, mas não querem ser convencidas. Cada um manteve tenazmente as suas posições. Ainda me resignei a que na recomposição entrassem só dois ministros progressistas. Sublinhei que o mallogro da recomposição, pessoalmente pouco lisonjeiro para mim, equivaleria segundo toda a probabilidade ao desfazer da concentração. O Chefe progressista ficou

de fazer ainda diligencias junto de um outro ministro de Estado honorario. Mas de tudo veio a apurar-se que só um antigo ministro (1), acceitava entrar na recomposição, tal como o governo a pretendia, e para os effeitos politicos por elle visados.

Diz-se que na proposta do governo se quis ver um disfarçado intuito de absorpção do partido progressista, e d'ahi o ter sido rejeitada. Se tal intuito existisse, o caminho seria o opposto — esperar, manter o contacto, e deixar o resto á acção magica do tempo. Por uma coincidencia estranha e lamentavel, os dois partidos, regenerador e progressista, encontravam-se, ao tempo, em circumstancias identicas, e os seus chefes incapacitados pela doença para uma acção politica activa e demorada. Os modernos Alexandres desappareceriam sem deixar tambem quem assegurasse a unidade do Imperio....

A preocupação do governo era outra. Nem os progressistas nem os regeneradores haviam podido governar com o parlamento.

---

(1) O Conde de Penha Garcia, um dos novos da Monarchia, a quem as circumstancias não teem permittido dar toda a medida do seu real valor.

O proprio governo, depois de uma sessão rijamente combatida de seis mezes, tivera de encerrar as Camaras, contra os seus declarados propositos e contra o seu maior interêsse. Quem conseguisse pôr o barco outra vez a navegar, safando-o dos embaraços que o traziam immobilizado, esse poderia dizer, como se lê no *D. Quixote*, e num conto de Sancho — «Onde eu me sento, é que é a cabeceira da mesa». Até para a a ambição era esse caminho o mais curto e seguro.

O que separou de nós os homens do partido progressista, em meu conceito, foi o imperfeito e atrasado conhecimento em que se encontravam da situação politica a esse tempo creada no paiz.

Vivendo no aconchego dos velhos partidos; herdeiros dos seus haveres politicos e tambem das suas aspirações e preconceitos; com uma direcção, sem duvida habil e perspicaz, mas a quem a relativa invalidez difficultava contactos fora do circulo restricto de amigos e partidarios, fracos olhos para ver fundo e longe, mal se apercebiam de que no paiz alguma cousa estava mudada, e continuavam a dar o primeiro

lugar nas suas preoccupações e cuidados á questão partidaria, erro fatal que havia de resistir á propria demonstração sangrenta do regicidio.

Não nos succedia a nós o mesmo. O trabalho, methodico e seguido, da organização do partido que não herdáramos nem tinhamos, fizera-nos, em Lisboa e nas provincias, como que passar através das diversas camadas componentes do terreno social e politico sobre que pretendiamos edificar. Commungámos assim com gente na maior parte estranha á politica, de graduações as mais diversas como situação, sentimentalidade, aspirações: populares ao lado de banqueiros; grandes commerciantes e industriaes com pequenos empregados e gente de modestas profissões; proprietarios, professores, militares, medicos, advogados. E em todos esses e por toda a parte, manifestava-se no proprio afan e desinteresse com que vinham a nós, um geral desconsolo, um descontentamento, um principio de irritação, pela maneira como o existente se lhes fazia conhecer e sentir. E tudo acompanhado por um vago mas crescente anceio d'alguma cousa nova, não afastados ainda em numero da Monarchia, mas, como todos os grandes

descuidados, attribuindo a outrem, aos politicos, responsabilidades e culpas em grande parte suas.

Semelhante estado d'alma era ardentemente explorado pelo partido republicano, que se reorganizava, e se fortalecera em muito á custa dos erros do rotativismo, das luctas desqualificadoras provocadas pela questão dos tabacos, do estado morbido dos partidos, aproveitando assim todas as circumstancias para desenvolver uma propaganda demolidora. A eleição de Lisboa, em 1905, constituindo surpresa para todos, foi, para os que tinham olhos de ver, um ensinamento a que deu ainda maior echo e relevo a estupida «chapelada» da Azambuja. A eleição seguinte, primeira de 1906, mostrou em progresso o avanço anti-monarchico; e o Peral substituiu «vantajosamente», como escandalo, o erro anterior da Azambuja. Mezes depois, na segunda eleição de 1906, os republicanos conquistavam ambas as minorias dos dois circulos de Lisboa, vendo-se as suas forças alastrarem pelos concelhos ruraes comprehendidos n'esses circulos.

Não lhes faltavam homens de acção e de autoridade, até nas esferas militares, como o almirante Reis, ou de grande prestigio intellectual e moral, como então Basi-

lio Telles. Um grupo de homens na força da vida, intelligentes, activos, emprehendedores, que o desespero do *ultimatum* fizera republicanos e a essa confissão se haviam mantido fieis através do tempo e dos acontecimentos, buscava agora fazer a sua carreira politica com o advento da Republica.

Nas duas grandes cidades, mais especialmente em Lisboa, que começava a exercer em Portugal politicamente uma dictadura semelhante á que por muito tempo Paris exerceu na França; no corpo de commercio e em certas camadas populares, nucleos de forças bem organizadas e enthusiasticamente dedicadas se formavam. Era um novo messianismo, favorecido pelas reminiscencias das antigas republicas grega e romana, e sobretudo pelas recordações capitosas da tomada da Bastilha, do poema girondino, dos voluntarios de 92 esfarrapados e invenciveis — do que mais fere a imaginação n'esse drama humano sem egual, em que o sublime e o horrivel tocam simultaneamente o auge, actuando sobre o instincto egualitario, commum a todos os povos latinos da Europa Occidental.

Era tambem o encanto das cousas novas, com a aguda penetração das criticas faceis, das promessas fallaciosas. José Novaes — o

melhor de nós todos, e pela sua captivante bonhomia, facilidade de trato, espirito obsequiador, grandes sympathias e influencia, uma especie de rei popular do Norte, onde fôra o principal organizador do partido regenerador-liberal — José Novaes dizia-me, pouco antes da nossa chamada ao poder, que muitos rapazes sahidos das escolas, medicos e advogados, se faziam republicanos, o que então logo acarretava fama de talentoso, para mais rapidamente crearem clientela.

Alardeavam, essas novas forças, grandes promessas de liberdades, de honesta e rigorosa applicação dos dinheiros do Estado, de moralidade e respeito da lei na administração e nos costumes publicos, de melhoramento das condições de vida das classes trabalhadoras, e sobre essa plataforma iam levantando protestos, indignações contra o existente, e acalentando esperanças, phantasiando sonhos, accendendo tambem algumas cobiças.

Respeitados nos seus direitos legitimos, acatados com deferencia nas suas pessoas, tratados em pé de egualdade com as outras opposições na eleição das commissões parlamentares; vendo uma parte das suas reivindicações politicas e sociaes satisfeitas pelas leis de liberdade de reunião, de liber-

dade d'associação; pela que permittia a acção particular contra os agentes da autoridade sem necessidade de prévia autorização do governo; pelo estabelecimento do descanso semanal, caixa de pensões e reformas a operarios; por uma administração economica, apertada e honesta dos dinheiros da nação, e pelo meticuloso cumprimento da lei, pareceu que, longe de isso os contentar, se irritavam e descompunham, como quem é contrariado e vê o terreno a fugir-lhe debaixo dos pés. Além dos incidentes melindrosos e irritantes levantados na Camara, foi claro em tudo o seu proposito de hostilidade ao regime e a quem o representava, representando tambem a Nação. Eram passados os tempos em que José Falcão dizia: — «Se a Monarchia é capaz de nos salvar, que nos salve» — pondo o interêsse nacional acima do interêsse partidario.

Queriam elles mesmos ser o poder, e para lá chegar, abater o regime, que do poder os separava. Os ultimos acontecimentos, a que se chamara a «questão academica», fallavam bem alto. A agitação substituira a propaganda, tomando os republicanos a direcção e a dominação de todo o movimento opposicionista. D'ahi por

deante os elementos monarchicos, como os estudantes havia pouco, deixaram-se ir atrás dos mais exaltados e violentos, sem muito cuidar e saber até onde isso os levaria. E, infelizmente, os homens do partido progressista não o viam, e até ao fim não o quiseram ver.

Fôsse como fôsse, a malfadada concentração falhava, ao primeiro embaraço que tornava necessaria uma acção e um esforço commum. E chamo-lhe malfadada, pelos males irremediaveis de que foi o cego inicio e ponto de partida, sem animo de desprimor ou desfavor para quem quer que seja, vivo ou morto. As retaliações em politica são, pelo menos, tempo perdido: a esta distancia e com tantos acontecimentos de permeio, um contrasenso. Sem a concentração eu não seria chamado ao poder, quando e como o fui, e ao que eu teria sido poupado!... Porventura de outra forma nunca chegariamos a governar? Quem o pode dizer? E quando assim succedesse, ha outras maneiras de servir efficazmente a causa publica, e até de governar sem ser governo. Saberiamos esperar e saberiamos manter-nos na politica, com as nossas ideias, os nossos sentimentos, e no nosso lugar, ainda mesmo que a Repu-

blica viesse. A nós, regeneradores-liberaes, não fôra um interesse que nos ligara, nem uma vulgar ambição que nos decidira. O afastamento sincero e firme de quasi todos nós, de ha dezaseis annos para cá, é a prova provada de que nem um nem outra eram a nossa musa inspiradora.

Alguns de entre nós foram oppostos á concentração. A grande maioria acceitou-a para evitar — cousa singular — a Dictadura e poder começar-se logo a governar com o Parlamento.

A Camara dos Pares, pela sua ultima organização, era constituida com pares vitalicios em numero fixo; os dois partidos rotativos haviam-na enchido até á telha com gente sua. Não podendo assim governar com ella, teriamos de começar reformando-a em dictadura, e só depois disso conseguiríamos viver com o parlamento. Tambem mais tarde tiveram os republicanos de abolir inteiramente em dictadura a Carta Constitucional, e só mezes depois iniciaram a vida parlamentar.

Julgámos encurtar caminho; mas ao fim de um anno de governo parlamentar, todo em nossa honra, lá fomos cahir, tarde e a más horas, n'uma dictadura, em peor situação que se a houvéramos feito de en-

trada e sem dar pretexto a insidiosas arguições de felonia. E' que em politica, arte complicada, estranha, e ingrata por excellencia, devido á natureza do material humano com que trabalha, o que é simples não existe, e a mais curta distancia entre dois pontos não é a linha recta que os une.

XI

9-5-907

Meu querido João

Depois da nossa conversa tive varias outras noticias de differentes origens que todas confirmam a maneira de vêr e de proceder em que hontem ficámos de accordo. Vamos por certo ter uma campanha sobretudo contra nós dois, mas para isso é que cá estamos. Campanha baseada na minha carta ao Hintze, e nas tuas antecedentes affirmações.

Mas a minha carta ao Hintze não condemna em absoluto as dictaduras. Dizia que n'aquelle momento as não achava convenientes, o que não queria dizer que n'outros, e este é um d'elles, eu não as acceite e, o que é mais, até as ache convenientes e necessarias. E ainda que eu tivesse declarado absolutamente o contrario, diria que não é homem de Estado, nem sabe servir o seu Paiz aquelle que julgando ter affirmado um erro, se não penitenceie d'elle e não esteja prompto, reconhecendo-o, a seguir caminho diverso que julgue mais opportuno e conveniente.

Quanto ás tuas affirmacões... provaste á *saciedade,* que as quizeste seguir; deste uma

sessão parlamentar, nunca vista, mas chegaste ao fim, como chegaram todos aquelles que estão de sangue frio e não levados por mesquinhas considerações pessoaes ou partidarias, convencido que não era d'alli que poderia vir o restabelecimento da disciplina social, nem o renascimento do nosso Paiz. N'este sentimento acompanha-te, acompanha-nos, por certo grande parte do Paiz; deixemos, pois, fallar quem falla e continuemos serenamente, com calma, mas com firmeza a nossa obra. N'este caminho encontrarás tu e os teus collegas todo o meu appoio o mais rasgado e o mais franco, porque considero que só assim, dadas as circumstancias em que nos encontramos, poderemos fazer alguma cousa boa e util para o nosso Paiz. Desculpa esta massada, mas tive receio que da nossa conversa d'hontem te tivesse ficado alguma duvida sobre a minha maneira de pensar.

Sempre teu amigo obrigado

Carlos R.

Como já fizera prever, para a hypothese da recomposição se mallograr, apresentei ao Rei a demissão do Ministerio, em seguida a havê-lo informado do que se passara na conferencia e do seu resultado negativo. Fora eu chamado e o Ministerio constituira-se para governar em Côrtes, contando-se para isso com a concentração-liberal. Pedida a sua cooperação no governo, na altura e pelo modo que as condições indicavam, foi recusada. As circumstancias que acompanharam essa recusa, especie de *gréve* quási geral dos elementos categorizados do partido progressista, alienavam a reciproca e indispensavel confiança entre os dois elementos da concentração.

A notoriedade que nos circulos politicos tomara o cheque soffrido pelo governo, desprestigiava-o e enfraquecia-o para o effeito parlamentar, em face d'uma opposição que se fizera tumultuosa e revolucionaria, quando urgia precisamente o contrario para as Camaras poderem reabrir com utilidade. A concentração, organicamente um dualismo partidario, mostrava-se politicamente um dualismo tambem sem unidade na acção governativa. Limitada a cooperação aos votos, os factos vinham de provar que isso só por si não bastava para governar parla-

mentarmente. Ficava-se a marcar passo no mesmo terreno.

O equivoco era manifesto, e em politica nada vale teimar em situações d'essa natureza. O governo esclarecia a sua pela forma por que o podia fazer. Faltando-lhe um dos elementos com que de principio julgara poder contar para viver com as Camaras, retirava-se.

Mas não o fazia em som de guerra: o Ministerio que se organizasse, (e os jornaes já fallavam no nome do Presidente da Camara dos Pares, progressista) teria o seu apoio nas Côrtes. As difficuldades já eram bastantes para, de coração leve, as ir augmentar quem, sahindo, tivera occasião de as palpar de perto.

Como de costume D. Carlos ouvira, sem uma interrupção, desenvolver o que muito em resumo fica dito; e fallou em seguida n'estes approximados termos:

— «Está bem, pela vossa parte. Mas é só um dos lados do problema: falta ver n'elle o que toca ao Paiz e a mim proprio.

«A demissão do ministerio implica a necessidade da sua immediata substituição: são cousas em que não ha soluções de continuidade. Desde que ha dois dias me fizeste prever a possivel demissão do minis-

terio, tenho pensado muito n'isso; não tenho até pensado n'outra cousa. Ora a situação politica é esta: nem progressistas, nem regeneradores puderam governar com o parlamento. Depois de uma longa e disputada sessão de seis mezes, vocês tiveram de encerrá-la contra a vossa vontade. A quem vou chamar para governar com elle?

«Um d'esses ministerios extra-partidarios, formados por via de regra com elementos politicamente secundarios, sem unidade de pensamento governativo, sem cohesão de entendimentos e de vontades, por isso mesmo estereis e improficuos na sua acção? O que os velhos partidos e a concentração não lograram fazer, poderá um d'esses ministerios consegui-lo? Quem o acredita?

«As empresas dos republicanos não vão cessar; as discussões e bulhas dos monarchicos tambem não. As capitulações e transigencias só serviriam para animar as iniciativas e as ambições de todos. O resultado seria vir a encontrar-se, para fazer face a tal estado de cousas, cada vez mais baralhado e confuso, um governo fraco e de vida emprestada, em vez do governo forte e seguro de si que as circumstancias reclamam e impõem.

«Não. Bem ou mal, e eu creio que bem (continuou D. Carlos) entrámos n'um caminho de reforma, em que é necessario proseguir. Com o parlamento é que era bem preferivel realizar essa emprêsa, e assim o quisemos ambos leal e dedicadamente fazer. Mas agora terá de ser sem elle, visto que nem as Camaras nem os partidos, no seu proprio e bem entendido interêsse, o quiseram ver e permittir. Sinceramente desejei evitar a dictadura, para onde os acontecimentos pareciam querer arrastar-me, e tive para isso de supportar duas crises ministeriaes successivas. São esses mesmos, os partidos, que me forçam agora a ella. Um, recusando-se a collaborar no governo, contra o que eu desejava e devia esperar; o outro, fazendo causa commum nos tumultos da Camara. Não ha, por agora, outro meio de governar. Chegassem os republicanos ao poder, e teriam de recorrer á dictadura. Pois bem: se qualquer governo tem de a usar, e sem governo não se passa, ninguem com mais direito a fazê-lo do que vocês. Deram uma sessão parlamentar ininterrupta de seis mezes. Ninguem poderá accusá-los de fugir do parlamento, onde tiveram os seus melhores dias, e que ainda hoje estaria aberto, se materialmente lh'o

não houvessem impedido. Teem governado com tal lisura e tão firmes propositos de acertar, que ganharam a sympathia e a confiança geral. Mostraram larga iniciativa de governo nos numerosos e complexos projectos apresentados nas Camaras. Teem, emfim, unidade de vistas, resolução de mando, vontade de governar. Continuem a governar bem, como até aqui, e dar-lhes-hei todo o meu apoio».

— Mas isso teria de ser a repetição de 1895: o governo é sem maiorias nas Camaras, e na dos Pares chega a não ter quasi ninguem.

— E porque não? A acção politica, extraordinaria, de 1895 liquidou uma situação perturbada e confusa, semelhante á de agora. Deu-nos cêrca de dez annos de regularidade parlamentar, de vida constitucional normal, durante os quaes se pôde restabelecer o nosso equilibrio internacional, fortemente abalado desde o *ultimatum,* e restaurar o credito do paiz nos mercados estrangeiros. E se os governantes não lhe aproveitaram mais os beneficios, nem por isso politicamente elles podem ser negados.

— E as minhas declarações?...

— Bem sei: tambem eu tenho a minha carta ao Hintze. Defender-nos-hemos, e fa-

cilmente; só não teem defesa as más acções, e nenhum de nós as praticou. Ninguem de bom senso e de verdade pode contestar que quisemos fugir a uma solução extraordinaria, procurando resolver a situação pelo parlamento. Não se pouparam vocês a fadigas e a esforços, que eu applaudi e animei de toda a minha vontade. Corresponderam-nos com trabalhos subterraneos de revolta, com uma agitação provocada no ambiente onde ella nos podia ser mais melindroso o reprimi-la e acabar com ela; e no fim, ajudados por um novo desvario monarchico, como em 1894, tornaram impossivel o funccionamento das Côrtes. Não somos nós que vamos, por simples expediente ou maior facilidade, á dictadura; são elles que a isso nos obrigam, cortando-nos o caminho da legalidade, em que desde o primeiro dia desenganadamente marchávamos.

— Mas em 1895 a dictadura foi exercida por um dos velhos partidos contra o outro, acamaradado ao nucleo republicano de então. Hoje seria a de um partido recentemente formado, contra todos os outros elementos monarchicos e contra os republicanos, mais bem organizados e mais numerosos que em 1895...

— Sem duvida. Mas o paiz parece, nos

ultimos tempos, mais attento e interessado nas coisas politicas, e assim ha de ver como vocês quiseram governar com as Camaras, e comprehender quem a isso obstou e por que forma. São factos que saltam aos olhos, e não de tão pouco tempo que não se estejam passando ha mais de um anno. Teremos a opinião comnosco, o que é uma grande e poderosa força. E depois, repito, não me deixaram outra maneira de governar...

Pedi a D. Carlos que me deixasse reflectir até ao dia seguinte sobre o que se acabava de passar, e ouvir os meus collegas e alguns outros dos meus amigos.

O que me fazia hesitar, não era tanto o facto de ir mais uma vez governar por decretos-leis, como n'outros paizes se chama ao que entre nós se appellidava de «dictadura». Tão larga e correntemente isso se tem feito em Portugal, desde o inicio do regime representativo, que uma grandissima parte da nossa legislação se deve a essa origem, ou ás solertes autorizações parlamentares, que são a forma hypocrita e manhosa de egual absorpção do Legislativo

pelo Executivo. Além da ordem de ponderosas razões que me levaram a querer pensar e ouvir antes de resolver, custava á minha susceptibilidade ir dar flanco a faceis e presumiveis accusações de felonia, pelo encontro ou contradicção apparente de palavras e de actos, que em si mesmos, analysados e ponderados, continham a sua sufficiente explicação. Mas estes apodos concisos e mordentes, simples de forma e de rapida apprehensão, como dardos violentamente lançados, penetram e envenenam o espirito publico, sem que as justificações e demonstrações raciocinadas consigam annular-lhes ou destruir-lhes totalmente os effeitos. Já Victor Hugo dizia: — Deus me livre que alguem me accuse de haver roubado as torres de *Notre Dame*.

Depois, em cada um de nós ha o instinctivo interêsse, que logo surge, temivel dictador, até que a reflexão, a dignidade ou o receio lhe ponham côbro. Ora o meu interêsse politico não era ficar, para governar em dictadura; mas sahir, desde que honestamente julgava faltarem-me os meios necessarios de continuar governando em Côrtes, que para isso é que eu fôra chamado. Tinhamos feito um anno de governo, que fallava por nós; uma sessão parlamentar de seis me-

zes, que levava o chefe progressista a dizer, deante de quem m'o vinha repetir: — «Na Camara, o João Franco chega para todos». Conhecia eu bem o estado dos partidos e, infelizmente, o dos seus chefes. Tanto quanto, na incerteza e confusão em que a politica se debatia, uma previsão podia formar-se, tudo aconselhava a reservar-me, tendo apenas o cuidado de não me incompatibilizar, nem perder o contacto com estas desorganizações.

Por outro lado, via deante de mim um homem que tão resoluto e leal se nos mostrara, tão senhor da sua maneira de pensar e de proceder; sincera, poderia mesmo dizer, apaixonadamente dedicado ao bem publico; sequioso de ligar o seu nome a uma obra de levantamento interno do paiz, como já vantajosamente soubera servi-lo nas suas relações e prestigio internacional. O interêsse politico, a ponderação, mandavam retrahir-me; a dedicação, a natural combatividade, luctar.

Para essa noite convoquei e reuni em minha casa todos os Ministros, o Presidente da Camara dos Deputados e o nosso *leader* na mesma Camara, o *leader* regenerador-liberal na dos Pares (o Presidente d'ella era progressista) e os tres parlamentares

que na recomposição do governo para elle vieram a entrar. A elles expus o estado da questão, e todos por unanimidade de opiniões, que não só de votos, entenderam dever o governo continuar, recompor-se dentro do partido, e governar em dictadura, até poder de novo reunir-se utilmente o Parlamento. No dia seguinte fui, de conformidade, levar a El-Rei uma decisão affirmativa.

Fez-se a recomposição e, em 8 de Maio, levei á assignatura real os dois primeiros decretos dictatoriaes. Versava o primeiro sobre a questão vinicola, e traduzia os termos da proposta já approvada na Camara dos Deputados e largamente discutida na dos Pares, onde o encerramento a deixara pendente. Determinava o segundo a dissolução da Camara dos Deputados, sem prévia consulta do Conselho de Estado, e ainda sem que o decreto marcasse dia para nova eleição, analogamente ao precedente constitucional de 1895.

A publicação conjunta d'esses dois decretos definia a natureza e o alcance politico da dictadura. Esta ia ter um caracter de

administração, publicando-se em decretos as providências pelo governo apresentadas ás Camaras, umas em adeantada discussão, outras já apreciadas pelas respectivas Commissões; e a umas e outras se ajuntariam as mais que as circumstancias aconselhassem, ou se mostrassem necessarias para viver durante o interregno parlamentar que se abria. As reformas fiscaes mais importantes e as providencias relativas a operações financeiras, de que o governo por então não carecia, ficavam para apreciação e resolução das Côrtes, de cujo genuino exercicio continuávamos fazendo artigo fundamental do nosso programma politico. Assim a dictadura viria a terminar, quando a situação geral da politica offerecesse as condições e as garantias de um util e regular funccionamento das Camaras; sendo decretada em ultimo lugar a reforma da Camara dos Pares, e realizando-se então novas eleições geraes.

Punha-se aberta e francamente a questão ao paiz, para que logo de principio pudesse manifestar-se. E perante elle, como nas eleições de um anno atrás, que cada um pleiteasse a sua causa. A ninguem o impediria o governo, querendo reservar-se egual direito para si. A lucta abria-se em pleno

conhecimento de causa e com decisão e clareza

E' á conferencia real, precedente á assignatura d'estes dois primeiros decretos, que se refere a carta publicada. «Não é homem de Estado, nem sabe servir o seu paiz, aquelle que julgando ter affirmado um erro, se não penitencie d'elle e não esteja prompto, reconhecendo-o, a seguir caminho diverso, que julgue mais opportuno e conveniente». Assim escrevia D. Carlos, exprimindo, por outras palavras, o conhecido pensamento do Cardeal de Retz, famoso chefe da *Fronda: Le propre d'un homme d'État est de choisir entre de grands inconvénients.*

Foi por essa occasião que se passou o por mim narrado, mezes depois, n'uma entrevista a Luiz Morote, e andou na imprensa, sob o titulo de «Os dous granadeiros». Já ambos de pé e á despedida, como para afervorar a decisão que eu pedira para reservar até ao dia seguinte, D. Carlos contou-me:

— Era no terceiro ou quarto anno da *Guerra dos Sete Annos;* as cousas corriam mal para

o grande Frederico, atacado ao mesmo tempo em todas as suas fronteiras pelos Austriacos, Francezes e Russos. Os ultimos recontros haviam-lhe sido adversos; a deserção minava o exercito. Estava-se na vespera de nova batalha, e quando o Rei, já ao anoitecer, inspeccionava, elle proprio, os seus postos avançados, reparou que um granadeiro, por elle notado em anteriores combates, buscava esconder-se e fugir. Correu sobre elle e, agarrando-o pelos hombros, perguntou-lhe: — «Aonde vaes?» — «Vou-me embora; deserto. Estou farto de levarmos sempre para baixo».

O Rei, sem se commover nem encolerizar, retorquiu-lhe: — «Fica para a batalha de amanhã, e se fôrmos derrotados, desertaremos ambos».

Nenhum de nós desertou, nem a batalha se perdia.

O Rei cahiu assassinado na lucta, como Gustavo Adolpho em Lutzen, quando o êxito, por todos os signaes, já se mostrava do nosso lado.

Eu, fui licenciado por quem tinha direito e poderes de o fazer.

Em Lutzen, os que ficaram, continuaram a batalha. Esta acabou por se vencer, e a Allemanha veio a ter a liberdade religiosa, pela qual o heroe sueco descera das suas terras geladas a combater.

Aqui entendeu-se capitular, sem que o inimigo sequer desarmasse. O regime entrou na agonia e Portugal veio a ter a Republica.

XII

23-6-907

Meu querido João

Obrigado pela tua carta que recebo á chegada de Lisboa aonde fui, como te disse. aos concursos de esgrima e hippico.

A nossa campanha está principiada e parece-me que bastante bem, n'esta phase mais séria que lhe deram, sem que nós a provocassemos. Precisamos muita calma e muito sangue frio, mas sem nunca afrouxar da nossa firmeza, desde que a questão entrou na forma lamentavel d'alteração de ordem publica.

Desde que tenhamos a razão do nosso lado, podemos ir até aonde o nosso dever o indicar, porque felizmente o numero dos que teem a perder ainda é maior, e a esses, damos e daremos garantias de bem servir o Paiz.

Devemos proseguir no nosso caminho, dôa a quem doer, e n'esse caminho sempre me encontrarás ao teu lado e ao dos teus collegas, por maiores que sejam os sacrificios que eu tenha que fazer. Devo-os ao meu Paiz, devo-os aquelles que com tanta dedicação o querem servir.

Amanhã falaremos largamente sobre estes assumptos, mas desde já deixa-me dizer-te que se me offerecem as mais sérias duvidas sobre a opportunidade de lançarmos n'este momento a questão da Casa Real. Estamos deante d'uma fogueira que desejamos apagar, e não se apaga fogo lançando-lhe lenha, e é o que agora succederia. Ha um mez achava eu *relativamente* facil o pôr a questão, mesmo em dictadura. Agora os factos mudaram. Por nossa culpa, decerto que não; mas o facto é que as circumstancias são bem outras. Houve repressões violentas, justificadissimas, mas houve-as. Tivemos de suspender jornaes, com carradas de razão, mas suspenderam-se. Se agora, logo a seguir, viessemos lançar a publico a questão dos adeantamentos, haveria por certo quem malsinasse este facto, e, com as facilidades de desvairamento da nossa opinião publica, seria este um campo bem facil de explorar contra o governo. Poder-se-hia talvez esperar um pouco, até deixarmos acalmar um pouco mais as paixões que tão accesas estão nos politicos, e acalmadas ellas então apresentariamos o caso na sua simplicidade, e por forma a não se poderem tomar n'outro sentido os actos de energia tão uteis e tão justificaveis que o governo tem praticado n'estes ultimos dias.

Amanhã, em todo o caso, falaremos, mas comprehendes bem que offerecendo-se-me esta duvida que me parece fundada, e dada não só a amisade sincera que te consagro, mas o desejo vehemente que tenho de que o governo possa proseguir no seu caminho, o

melhor que possivel seja, não podia deixar de t'o dizer logo, como faço e farei sempre, porque considero de meu dever dizer-te sempre o que penso, franca e lealmente, e sei que assim desejas que sempre seja.

Até ámanhã ás duas e meia. Um abraço do teu amigo verdadeiro

Carlos R.

Se outras razões não houvera para esta publicação, bastava a carta transcripta para lhe justificar a necessidade.

Refere-se — assumpto primordial e principal d'ella — á resolução em dictadura da questão da Casa Real e liquidação dos adeantamentos feitos á sua Administração pelo Ministerio da Fazenda; resolução de que as opposições, não levando n'isso a palma a republicana ás monarchicas, haviam de fazer libello formidavel contra as instituições e a dictadura de «suborno e sangue» — como entenderam denominá-la os jornaes dos partidos que esses adeantamentos, causa e origem de tudo, haviam feito. Era o mundo ás avessas.

Esta carta mostra, com a força probatoria de um facto, que D. Carlos foi estranho á resolução ministerial a este respeito adoptada. Tendo o governo, pela voz do seu chefe, annunciado no banquete politico do Porto, em 17 de Junho, a proxima liquidação do assumpto por decreto, D. Carlos, com esta carta, abria-lhe porta, buscando não lhe ferir a susceptibilidade, para se escusar de fazê-lo pelo que á pessoa do Rei tocava. Nenhuma vontade se manifestava d'isso: o que ao Rei interessava sobretudo, d'esta carta se vê, era «o desejo vehemente

que tenho de que o governo possa proseguir no seu caminho, o melhor que possivel seja», e «por maiores que sejam os sacrificios que eu tenha que fazer», como n'outro ponto da carta se lê. Como homem de Estado que era, comprehendia a gravidade e a importancia decisiva do momento politico que se ia atravessando, e ao interêsse geral por cima de tudo visava — «por maiores que sejam os sacrificios que eu tenha que fazer».

A ausencia de qualquer intervenção de D. Carlos no decreto de 30 de Agosto de 1907, obra exclusivamente do governo, que o entendeu de conveniencia publica, é o que importa fazer passar á Historia, apoiado em documento irrecusavel, para que justiça seja feita á sua memoria, objecto precioso e sagrado de quem d'elle foi companheiro de lucta e desdita.

A questão da Casa Real representa um d'esses *erros que de longe veem,* na phrase melancolica, mas tão expressiva e verdadeira, d'El-Rei D. Carlos, e que em assumpto algum pode ter melhor cabimento do que n'este. Erro administrativo dos ministros de tres reinados consecutivos, erro filho

d'aquelle pendor de deixar para amanhã, isto é, para os outros, as difficuldades e embaraços do dia de hoje, quer dizer: de nós proprios, como tanto é geito de politicos portuguezes.

As Constituintes de 1821, pondo fim ao absolutismo, e separando o Thesouro Publico do Erario Regio, crearam ao Rei uma dotação, que mantida foi inalteravelmente d'ahi por deante, cerca de 90 annos, não obstante a respectiva commissão de Fazenda haver declarado que só a titulo provisorio indicara aquella importancia, em harmonia com as circumstancias difficeis do Thesouro, que n'aquella epoca soffria a depressão resultante de guerras recentes.

Foi especialmente na segunda metade do seculo passado, que uma afortunada e rapida transformação material, economica, e financeira do mundo se operou, acompanhada da consequente alta progressiva dos salarios, e em geral da crescente retribuição do trabalho e de serviços, que determinaram parallelamente uma desvalorização da moeda, isto é, o enfraquecimento, lento mas seguido, do seu poder de compra e pagamento. Isso foi empobrecendo gradual e de começo despercebidamente os que, Reis ou simples mortaes, de moeda ou rendi-

mentos pagos em moeda exclusivamente viviam, e não podiam ter meio de ver augmentados esses réditos na medida, ao menos, d'aquella desvalorização.

Previdentemente determinava a Carta Constitucional que as Côrtes deveriam fixar no principio de cada reinado a dotação do novo soberano, na comprehensão exacta de que um Rei, por o ser, não escapa ás contingencias e factores economicos do seu tempo. Mas nunca alteração alguma se fez.

A D. Pedro V, na abertura do seu reinado, mantiveram as Côrtes a dotação que fôra de sua Mãe, a Rainha D. Maria II, a mesma fixada, como provisoria, pelas Constituintes de 1821. Economico e sobrio no gastar, como todos os Braganças, se excepção fizermos de D. João V com a phantasia cheia de Luiz XIV e as algibeiras recheadas de boas peças d'oiro do Brasil, o seu precoce desapparecimento e o de sua Esposa fizeram-se repercutir como luto pessoal no sentimento de todos os portuguezes.

Se houve lar que á Nação se impusesse como exemplo, pela pureza das suas virtudes, pela simplicidade e modestia do seu viver, foi o d'esses jovens e mallogrados

soberanos, que passaram rapidamente na vida como visão angelica, as mãos casta e ternamente enlaçadas, n'um deslize suave e melancolico a caminho do céu, para que mais pareciam fadados. Pois foi n'este reinado modelar que, pela insufficiencia accusada da dotação, necessario se tornou recorrer aos primeiros expedientes, que indirectamente reforçassem o quantitativo d'ella; quando bem mais valêra ter provido de remedio a essa insufficiencia, logo ao fixar-se constitucionalmente a dotação do novo Rei. Por assim se não ter feito, houve de recorrer-se depois á venda de diamantes da Coroa; de comprar-se com o seu producto inscripções da divida publica e de aformalar os juros á Casa Real, em reforço da dotação fixada e insufficiente.

Esse reinado foi curto, e a breve trecho veio o de D. Luiz I dar lugar a poder emendar-se o erro commettido, augmentando-se constitucionalmente a dotação, tanto mais que não podia já allegar-se desconhecimento da sua insufficiencia. Tal não succedeu, porém, e reincidiu-se no erro (cada vez mais grave nas suas consequencias, pela intensidade crescente das causas economicas que iam dia a dia aggravando a situação da Fazenda da Casa Real) de querer absurda-

mente manter fixa e immutavel uma dotação em moeda, quando todas as despesas subiam, embora os motivos d'ellas se conservassem os mesmos. E porque se reincidira n'um erro, que as circumstancias iam fazendo maior, mais graves e prejudiciaes em todo o sentido, material e moral, vieram a ser-lhe os resultados.

Atrás dos brilhantes já vendidos, foram-se as inscripções com o producto d'elles compradas; e porque o reinado foi longo, depois das inscripções recorreu-se á Casa de Bragança (reservada para morgadio dos Principes herdeiros da Corôa e apenas em usufructo do Rei, durante a menoridade d'aquelles) e successivamente a oneraram com dois emprestimos, cujas annuidades de juro e amortização absorviam, á morte de D. Luiz, a quasi totalidade dos rendimentos d'aquella Casa.

N'estas bem pouco lisonjeiras condições da Fazenda da Casa Real, se abria o reinado de D. Carlos, que a tres mezes de duração recebia em cheio o *ultimatum* inglez, especie de terremoto que, se não abalou casas e destruiu templos em Lisboa, deu uma sacudidela valente na apathia e mortiça indifferença nacional. Todos os amargos descontentamentos latentes e ás

tradicionaes miragens patrioticas vieram dar as mãos ás ambições desencontradas dos politicos, ás ancias de movimento e confusão dos agitadores, á colera e ao desespero sinceros mas impotentes dos mais novos e ardentes, ás empresas revolucionarias dos que para ellas julgaram o momento azado, — e assim começou, com maiores ou menores intervallos e paragens, esta *course aux abymes,* cuja galopada empolgante continua a arrebatar-nos.

N'esse estado de alma, convulsionado e incerto, se abriu a primeira sessão legislativa do novo reinado, em que tinha de fixar-se a dotação real. Ainda se fallou em não repetir o erro dos dois reinados anteriores, pois as circumstancias expostas tornavam cada vez mais apertada a situação. Recuou-se, porém, ante o descontentamento geral do paiz, que a politica e a agitação já exploravam, cada uma por seu lado, e que ambas não deixariam de levar até á irritação, se pela primeira vez e em tal momento viesse fallar-se no augmento da lista civil, quando todo o dinheiro parecia pouco, e era na realidade menos que pouquissimo, para comprar armas e navios com que acudir aonde a honra nacional o mandasse. E porque esse sentimento, que a im-

mensa desproporção de forças tornou platonico, era apaixonado e irresistivel, todos concorriam á Subscripção Nacional, e, como de razão, á frente de todos na hierarchia e no quantitativo da sua offerta, os novos reinantes.

Logo após, veio a reducção dos juros da divida publica, acompanhada da consequente imposição de geraes sacrificios a todos os empregados do Estado. Os novos reis, a exemplo de sua Avó, a Rainha D. Maria II, em conjuncturas parecidas mas em differentes condições de desafogo, n'esses sacrificios quiseram quotativamente participar, como primeiros e mais altos funccionarios da Nação; se bem que dos repetidos augmentos feitos, pelos tempos fora, a militares e a civis, aos empregados do Estado como aos das Corporações Administrativas, nos seus soldos e vencimentos, nunca houvesse beneficiado, no que quer que fosse, a dotação Real. E, além de sujeita esta aos mesmos áleas, as despesas de representação cresciam, por força do cosmopolitismo cada vez mais intenso de novas e faceis relações e communicações internacionaes. Só de tal origem, as deducções na lista civil, donativo voluntario, montaram a 567.900$000, o que, juncto ás tambem elevadas quantias

dadas para a Subscripção Nacional, acabou por desorganizar uma Administração que já de expedientes vivera no precedente reinado.

De expedientes, forçadamente, se continuou a viver, colhidos primeiro nas disposições incidentaes das leis de 13 de Maio de 1896 e 12 de Junho de 1901, e nos ultimos tempos em simples auctorizações de abonos ou adeantamentos pelo Ministério da Fazenda. E contrahiram-se ainda, por isso não bastar, mais dividas a pessoas e estabelecimentos particulares, num montante já de centenas de contos de réis.

Quando as questões se apresentam n'esta forma inilludivel, inutil é querer fugir-lhes. Ao contrario de Mahomet e a montanha, se não vamos procurá-las e de qualquer modo resolvê-las, são ellas que sahem ao nosso encontro a empolgar-nos. Assim estava já succedendo n'este delicado assumpto.

Os adiamentos tinham levado à dissipação dos valores existentes. Acabados estes, a continuação dos palliativos e meios indirectos creara uma situação em que todos se sentiam mal collocados, e que dava a apparencia de irregularidade e de favor ao que com boa razão se podia justificar, e em bom direito se devia pedir e obter. Os

expedientes usados, de sua natureza insufficientes, deixavam a questão sempre no mesmo pé. E os erros accumulados em tres reinados, vinham, como de costume, a pesar sobre o ultimo, condemnado a soffrer por todos, em acontecimentos de que, no fim de contas, era antes victima do que culpado.

Não desconheciam esta situação os que haviam governado, como não era inteiramente ignorada na esfera politica; e começavam tambem os jornaes republicanos, (onde apparecera uma série de artigos sob a epigraphe—*A confusão dos dois Erarios)* a explorá-la politicamente.

Na conferencia com El-Rei, antes da nossa acceitação do poder, assentou-se: que os abonos á Casa Real cessariam, como todos os outros pagamentos não autorizados em lei; e que o assumpto seria levado ao parlamento, onde o governo apresentaria a formula de solução que tinha como apropriada ao incidente. E á observação insidiosa de um deputado opposicionista, de que certa disposição transitoria da lei da Contabilidade, em discussão, podia servir para acobertar abonos que á Administração da Casa Real se diziam feitos, o governo acudiu, contestando o fundamento de tal insinuação, e aproveitou o ensejo para declarar

que, de facto, alguns adeantamentos pelos ultimos Ministérios haviam sido permittidos áquella Administração, nas suas insufficiencias; mas tinham cessado desde a subida do governo ao poder e constituiam assumpto que seria trazido ás Camaras, juntamente com uma proposta de lei para sua resolução conforme o interêsse publico.

Essa proposta, inspirada nos moldes e praticas, em materia analoga, da Republica Franceza, tencionava o governo apresentá-la logo que discutidos e approvados estivessem, nos Deputados, o orçamento e as chamadas leis constitucionaes. Era de presumir que fôsse aproveitada para uma discussão apaixonada, sem compostura, e susceptivel de dar origem a incidentes como o que já forçara á aplicação severa das disposições regimentaes. E este era o motivo da ordem que se projectava seguir, na apresentação e discussão da referida proposta.

Da sua parte, a Administração da Casa Real, cessados os adeantamentos pelo Ministerio da Fazenda com a entrada do ministerio, procurara obter no Banco de Portugal, sem qualquer especie de intervenção do governo, um emprestimo que lhe permittisse aguardar a resolução do assumpto em Côrtes, contando-se que ella não levaria

mais de um anno. Os imprevistos e inesperados acontecimentos politicos (encerramento das Camaras e dissolução da dos Deputados) vieram inutilizar os effeitos d'essa acertada providencia, pois os recursos provenientes de tal origem, com o tempo já então decorrido, achavam-se esgotados; e outros não via a referida Administração aonde ir buscá-los.

Fiel o governo, como até ao fim impeccavelmente se conservou, á norma de não dispor dos dinheiros publicos sem autorização legal ou conhecimento do Paiz, e publicação do respectivo diploma no *Diario do Governo,* entendeu-se opportuno expor circumstanciadamente o assumpto e a fórmula de solução projectada, no discurso que o presidente do conselho devia pronunciar no banquete politico do Porto. A elle iam assistir algumas centenas de pessoas, vindas de todas as cidades, villas e concelhos do Norte e Centro do paiz, de cujas primeiras e immediatas impressões se poderia logo tomar nota, e que seriam outros tantos transmissores do pensamento do governo. Pretendia-se d'esse modo fazer conhecida do publico a solução desde o começo planeada, e colher do mesmo passo o seu juizo, que os delegados do governo transmittiriam a

êste, encarregados como estavam de o pôr ao corrente de todos os movimentos da opinião, buscando-se fazer d'ella anteparo contra a investida das clientelas politicas.

Essa viagem ao Porto, em meados de Junho de 1907, e o contacto assim procurado e estabelecido do governo com o paiz, desagradou ás opposições colligadas, e serviu de pretexto a actos de violenta hostilidade e manifestações tumultuosas, que no regresso do presidente do conselho a Lisboa, e junto á estação do Rocio, assumiram caracter revolucionario. Perturbada a ordem, foi necessario restabelecê-la, com as costumadas e sempre lamentaveis consequencias de toda a repressão scientemente provocada. E porque os mesmos intuitos passaram da rua para os jornaes das facções em lucta, por identico motivo de ordem publica se suspenderam os que mais atiçavam esse espirito de perturbação e revolta.

Era a estes factos que D. Carlos se referia no principio da sua carta, para chegar á segunda parte e fim principal d'ella —provocar um addiamento *sine die* da annunciada e proxima solução dos adeantamentos por via do decreto. Era a isto, na

realidade, que correspondia a indicação por elle feita. Tornava-se evidente que a intensa agitação politica, desencadeada pelas opposições, só pararia pelo esgotamento das suas forças, ou pela queda do governo. A discussão dos adeantamentos, longe de perder acuidade, redobraria de vehemencia, por se ver na demora em publicar a providencia annunciada um recuo do governo, um ponto fraco sobre que convinha por isso mesmo fazer convergir os fogos de ataque. D'este modo, a opportunidade que se indicava para a publicação, continuaria por largo tempo afastada.

No dia seguinte tive occasião de verificar que outro não fôra o pensar d'El-Rei, ao escrever-me naquelles termos.

Naturalmente esse seria tambem o desejo do governo, se olhasse apenas á sua commodidade e interêsse. Assim as circumstancias lh'o permittissem.

A Administração da Casa Real encontrava-se sériamente embaraçada. Não era facil determinar, nesse momento, a duração que a dictadura iria ter, e consequentemente o tempo necessario para se chegar a uma resolução parlamentar. Entretanto, novas dividas se iam juntando ás antigas;

vivia-se d'isso e de adiar, prejudicial e indefinidamente, o pagamento a fornecedores: um gravoso encargo a curto prazo se avolumava, difficultando e tornando, de futuro, cada vez mais pesada qualquer liquidação com o auxilio do Thesouro.

Tal estado de cousas não podia economicamente subsistir, nem prolongar-se mais, sem quebra da alta dignidade da Coroa, á qual dignidade tanto as Constituições de 1822 e 1838, como a Carta Constitucional, expressamente declaravam dever corresponder a dotação da Familia Real.

A tudo isto se juntava uma importante consideração de ordem politica. A dictadura é de sua natureza meio extraordinario e transitorio de governar. Em maior ou menor numero de mezes as eleições teriam de fazer-se, as camaras de reunir; e era do maior interêsse nacional que estas viessem agora a funccionar util e regularmente.

Não estavam esquecidos, nem podiam esquecer, os processos recentemente empregados por uma minoria facciosa e violenta, para se impor á vontade legitima da maioria, e, não o conseguindo, impedir e inutilizar de todo em todo a acção do Parlamento, como de facto haviam inutilizado.

Ahi se filiavam a origem e a causa de toda a perturbação constitucional ao tempo existente. Uma questão que dizia respeito, não ao governo, mas á mais alta magistratura da Nação; que importava ao seu viver, ao decoro e prestigio do proprio regime, continuava pendente. O passado fazia com bom fundamento recear pelo futuro, e convinha tirar do caminho tão convidativo e venenoso pretexto de novos atropellos e barulhos, feitos para protelar indefinidamente a solução que se impunha como urgente e inadiavel, e eguaes ou semelhantes aos de triste lembrança, que haviam sobreposto o querer revolto e tumultuario do menor numero á vontade legal e soberana da maioria.

Uma cousa é o direito e a liberdade de discussão e de resolução pelo parlamento, que ninguem pretendia limitar ou coarctar; outra o proposito concertado e deliberado de perturbar uma e de impedir a outra, como ainda pouco antes se vira, e a que convinha tirar novo incentivo e possibilidade.

A resolução a titulo transitorio, por decreto, até á proxima reunião das Côrtes, deixando a estas sempre a ultima palavra sobre o assunto, a sua *resolução definitiva,* alcançava aquelle duplo intuito: desinteres-

sava as opposições de um resultado negativo ou impeditivo, a que por esta forma já não podiam visar, sem lhes limitar nem enfraquecer a sua legitima acção, quanto à votação final e ao aperfeiçoamento da solução preferida.

E nada se compromettia com isso. Se a solução dictatorial não viesse a merecer a confirmação das Côrtes, ellas a substituiriam como de seu parecer e vontade. E se alguma verba á Administração da Casa Real houvesse sido entregue, a mais do que as Camaras definitivamente viessem a fixar, nada impedia que a sua reposição fôsse ordenada, por encontro nos pagamentos mensaes da lista civil.

Fôra o governo quem levara o assumpto ao conhecimento de toda a Camara, mostrando assim a clareza e regularidade com que se propunha governar e de tudo dar conta á Nação. Salteado por imprevistos e graves successos politicos, que muito vinham embaraçar a sua acção, nem por isso pensara em alterar aquelle seu propósito; e no discurso do Porto expusera a forma de solução que julgava mais conveniente e opportuna, e que não veio a merecer signal de desapprovação do paiz, fora dos grupos e conventiculos politicos.

Resolveu, pois, o governo publicar o decreto de 30 de Agosto de 1907, dizendo bem expressamente no final do seu relatorio: «São estes os fundamentos do presente decreto, em que apenas procurámos resolver transitoriamente este assumpto, que terá de ser submettido ao Parlamento na sua proxima sessão, para amplamente se pronunciar sobre elle, com a plenitude de intervenção que o governo sempre desejou, e que só circumstancias por demais conhecidas impediram de mais cedo se promover».

E se bem que o ministerio estivesse governando pela confiança da Coroa, procedia com as suas ideias e vontade propria. Eram ministros do Rei, mas ao serviço da Nação, e norteavam a sua iniciativa e os seus actos pelo que julgavam ser de conveniencia publica, e por nenhuma outra ordem de considerações.

Dizia tambem o mesmo relatorio: «Taes são as medidas que o governo julga indispensaveis á administração do Estado, como ao prestigio das Instituições — de uma publicação tão inaddiavel e necessaria, que d'essa publicação faz elle inteiramente depender a sua propria existencia ministerial».

«Le propre d'un homme d'Etat est de choisir entre de grands inconvénients».

Dava-se o governo sempre bem em atacar as questões de frente, com lealdade para com o paiz, pondo clareza e decisão nos seus actos. Mais uma vez se mostrou que, sendo este o processo mais honesto, era tambem o mais habil. A' irritação descompassada das opposições, despeitadas e impotentes nos seus esforços para levantar celeuma em volta do decreto do governo, correspondia a calma do paiz, deixando-as debater-se no vazio das suas imprecações, sem lhes dar signal de animação ou sympathia.

O insuccesso absoluto da tentativa de resistencia á substituição de todas as corporações administrativas, em 2 de Janeiro de 1908; e o da revolta, logo abortada desde todo o seu principio, de 28 do mesmo mez, são a melhor prova de que as objurgatorias e manejos opposicionistas e revolucionarios não encontravam apoio na massa da nação, nem chegavam a crear-lhes atmosphera respiravel no espirito publico. Se dos portuguezes de Portugal se passar aos que fora d'elle honram pelo seu trabalho o nome da Nação, e em quem o sentimento patriotico mais puro e acrysolado ainda parece, é de ver o carinhoso affecto e o enthusiasmo espontaneo

com que todos, á uma, se erguiam anciosos e commovidos, ao simples annuncio da viagem de D. Carlos ao Brasil.

Quanto ao fundamento e acerto da solução decretada, foram elles reconhecidos e implicitamente confessados, menos de um anno depois, pelos seus proprios e encarniçados contraditores de 1907.

O tão infamado e combatido decreto de 30 d'Agosto foi que serviu de norma e guia á proposta, sobre a mesma materia, do governo que se nos seguiu, em tudo e para tudo o contrario do nosso. Proposta essa que as Côrtes de 1908, formadas na sua quasi totalidade pelos ferrenhos adversarios da dictadura, approvaram e converteram na lei de 3 de Setembro de 1908, tendo-lhe feito os republicanos uma «opposição de Sua Majestade»:

O mesmo reconhecimento da necessidade impreterivel e da conveniencia publica em acudir, regularizando-o, ao estado da Fazenda da Casa Real. O mesmo processo, á risca, de o fazer e conseguir, alliviando-a de despesas com que já não podia, e eram, a exemplo de outras Nações, encargo mais

proprio e legitimo do Estado que da Coroa. A applicação d'esse processo e criterio, precisamente nos mesmos casos e ás mesmas despesas, sem tirar nem pôr.

E' confrontar os dois diplomas, abrir os olhos e ver.

Mas, se na essencia importavam o mesmo resultado, na forma encontram-se-lhes as differenças que vão de uma a outra politica; da sinceridade e da clareza, ao artificio e ao subterfugio.

O decreto de 30 d'Agosto, passando para cargo do Estado despesas e serviços até então custeados pela Coroa, fazia-o abertamente e ás claras, definindo a importancia do encargo que o Thesouro assumia, e podendo assim do mesmo passo deixar fixado um limite maximo a esse encargo. Pela mesma razão franca de proceder, ordenava que continuasse na Casa Real, com o pessoal e meios já creados e existentes, a administração e fiscalização do que não passava em plena posse e uso para o Estado, evitando d'esta forma mais despesas com tribunecas e serventuarios, que para aquelles fins houvessem de crear-se.

A lei de 3 de Setembro levava egualmente para o Thesouro identicas despesas ou encargos; mas não lhes marcava limite, para

não ter de lhes definir a importancia, deixando-a no vago das futuras fixações orçamentaes, que tudo permittem e tanto podem vir a ser oito como oienta. E, sempre no mesmo intuito de illusão, fazia esta lei passar para o Estado, por não menos de quatro Ministerios, sem nenhuma necessidade ou proveito, a administração, cuidado e conservação de cousas que só iam ser motivo de novas despesas.

E' preceito do Evangelho que uma das mãos não deve saber o que dá a outra. A lei de 3 de Setembro seguia o preceito: dava; mas com o cuidado de que o paiz não lhe soubesse o quanto.

A um mesmo resultado chegavam, decreto e lei, na liquidação dos passados abonos ou adeantamentos; mas seguindo sempre por caminhos differentes e até oppostos, quanto á franqueza e claridade. Esses abonos haviam provindo da manifesta e logica insuficiencia da dotação fixada em 1821, que não de erro ou prodigalidade susceptivel de emenda ou solução por outro meio. E do reconhecimento inilludivel d'esse facto e da conveniencia publica em lhe dar remedio, é que haviam partido, egualmente, o decreto de 30 de Agosto de 1907, como a lei de 3 de Se-

tembro de 1908, para sobrecarregar o Thesouro com despesas que até então não fôra de sua obrigação satisfazer.

Implicitamente reconhecida ficava, *ipso facto,* a impossibilidade da Fazenda da Casa Real pagar directamente esses atrasados. Pagar com quê?... Com o que anteriormente tinha? Mas se já lhe não chegava! Com o que agora se lhe ia dar? Mas, ou para isso se calculara já um excesso, que nenhuma justa razão permittia ou justificava; ou, de contrario, a curto trecho se cahiria em nova situação embaraçosa, peor ou egual áquella de que tão difficultosamente se sahia, ficando compromettida de antemão a viabilidade da solução encontrada.

Os reinantes, tambem em circumstancias extraordinarias, haviam realizado a favor do Thesouro cedencias, verdadeiros donativos, que montavam a algumas centenas de contos de réis; faziam, pelo decreto de 30 d'Agosto, renuncia, a favor do Estado, do seu direito a propriedades que pela lei de 16 de Julho de 1855 podiam arrendar em seu proveito, e que o Estado, effectivamente, desde 1901 trazia arrendadas; pelo mesmo decreto passavam á propriedade da Nação o *yacht Amelia,* hoje *Cinco d'Outubro,* que fôra comprado por D. Carlos e era sua pro-

priedade particular. Tudo sommado e considerado, o Thesouro, n'este particular, não vinha a ficar de perca. As situações claras valem moralmente, para mais em politica, como lição educativa.

Porque se não hão de sempre dizer claramente as cousas ao paiz, em vez de enveredar por habilidades que não são em louvor de quem as usa, e representam falta de respeito áquelles com quem se empregam? Assim o comprehendeu o decreto de 30 d'Agosto. A lei de 3 de Setembro, para de todo em todo tambem sobre esse ponto não ter de se pronunciar, julgou preferivel recorrer ao *refugium peccatorum* d'uma Commissão. As nossas famosas Commissões de inquerito, de liquidação, de syndicancia, e semelhantes, verdadeira instituição nacional, que sobrevive aos proprios regimes, e estes vão passando de mão a mão uns aos outros, reverentes e convictos de se transmittirem uma cousa preciosa e innocente, de onde nunca sahiu senão fumo e poeira!...

Logo ao chegar, quis a Republica fazer d'esta questão da Casa Real uma espe-

cie de *Armario de ferro* das Tulherias, para condemnação da Monarchia, como aquelle servira á de Luiz XVI. Tudo se foi procurar, para avolumar um debito de origens, naturezas, e justificações bem diversas. Ao que propriamente de abonos ou adeantamentos se recebera, para usos e gastos ordinarios, na insufficiencia d'uma lista civil quasi um seculo antes fixada, insufficiencia que o parlamento reconhece pela lei de 3 de Setembro — juntou-se, como da mesma farinha, tudo quanto lembrou:

Estiveram em Lisboa, honrando com a sua visita o paiz, o Rei de Hespanha, o Rei e a Rainha de Inglaterra, separadamente, o Imperador da Allemanha, o Presidente da Republica Franceza; e para os receber e festejar, como de sua hierarchia e da dignidade nacional, despesas avultadas tiveram de ser feitas pela Fazenda da Casa Real, que todos viram ou de que souberam, sem que nenhuma verba para isso figurasse em lei, decreto, ou orçamento. A forma d'essas despesas não era a legal; mas fôra assim de costume e tradição para casos semelhantes.

Só mais tarde, no nosso ministerio, é que para a ida do Principe Real a Madrid, representar officialmente El-Rei no casamento de Affonso XIII, como depois para a recep-

ção e visita do Rei de Saxe e as do Principe de Hohenzollern, se abriram antecipadamente creditos, por lei ou no Conselho d'Estado. Mas juntar essas despesas, incontestavelmente da Nação, ás do viver ordinario dos Reinantes, não é justo, nem faz sentido.

Realizou D. Carlos viagens officiaes ás Côrtes e capitaes estrangeiras, de que grande proveito e consideração resultou ao paiz, vendo-se á sombra d'ellas renovada e fortalecida a nossa situação internacional e restaurado o credito externo. Melhor fôra ver essas despesas regularizadas opportunamente, em vez de se seguirem ainda n'isso costumes e praticas anteriores. Mas não podem, egualmente, taes gastos em serviço e utilidade do Paiz assemelhar-se, em boa razão, aos abonos por outros motivos realizados.

Foi-se até ao extremo de lançar no mesmo monte despesas legalissimas, autorizadas pelos diplomas legislativos de 1896 e 1901, com as dividas de outras pessoas da Familia Real, dividas anteriores ao Reinado de D. Carlos, e o mais que ao intento politico lembrou. Triste e enganadora politica a que julga firmar o seu credito, avolumando o desconceito alheio. Hoje, apenas 14 annos

passados, como seria facil responder-lhe com as palavras de Christo — «Quem não tiver culpas, que atire a primeira pedra».

Tal foi a questão dos adeantamentos.

A Casa Real era o «grande cancro» das Finanças Nacionaes. A Nação tem hoje sobre o caso um saber de experiencias feito.

«*Le peuple est juge peu exact et facile à piper*». São palavras de Montaigne, escriptas ha mais de tres seculos, mas que parecem de hontem.

XIII

8-8-907

Pedras Salgadas

Meu querido João

Recebo agora o teu telegramma e respondo a correr para não perder o correio.

Quanto aos anarchistas... não me admira que n'estes momentos turvos alguns appareçam e alguma cousa tentem; mas para isso é que nós cá estamos e por certo *nem a ti nem a mim* será o medo que nos fará mudar de caminho.

Cada vez mais me convenço que o caminho que nos traçamos *é o bom,* para não dizer o unico e portanto já sabes que me encontras ao teu lado e ao do governo, por pensamentos, palavras e obras!

Manda-me dizer com certeza o dia da chegada dos japonezes para eu regular a minha chegada a Cintra. Estou optimo. Trata de ti. Recados a tua mulher. Sempre teu amigo verdadeiro

Carlos R.

O facto a que se allude n'esta carta fôra a primeira explosão de bombas de dynamite, em fabricação secreta n'uma casa para os lados da Estrella. Outra, mais grave, demonstrativa da persistencia no fabrico clandestino de instrumentos de morte e destruição para criminoso emprego contra o poder, deu-se alguns mezes mais tarde na rua do Carreão, custando a vida aos seus dois preparadores. A impressão de tranquillidade e de serena resolução em D. Carlos, ao sabê-lo, foi egual á que esta carta traduz.

Tão rara e inquebrantavel firmeza, animo assim desprendido de hesitações a meio da acção, pareciam inspirar-se no conhecido verso que assenta bem n'um neto de Victor Manuel:

A vaincre sans péril, on triomphe sans gloire.

XIV

3-12-907

Meu querido João

Já tive noticias tuas pelo A. Porto que me disse que estavas muito melhor o que muito estimo.

A visita d'esta manhã foi muito interessante e mostrou-me bem mais uma vez quanto se tem trabalhado e se trabalha hoje no nosso exercito. O Porto é um grande homem.

Falei ha pouco com o Sabugosa, que nada sabia de especial, mas já tem andado por ahi e disse-me que por todas as conversas achava já uma notavel acalmação.

Logo de tarde saio o meu bocado e á noute fico com os meus pequenos. Amanhã, se houver cousa que valha a pena, irei á noute ao Gymnasio; parece-me isto bem, caso não vejas inconveniente.

Teu amigo verdadeiro

Carlos R.

A situação politica geral começava de facto a esclarecer-se, de escura e condensada que havia sido; e, nos dous antigos partidos monarchicos, a apparecerem homens que, embora fieis á lealdade e disciplina partidarias, perguntavam a si mesmos se não estariam fazendo um jogo perigoso para as Instituições que preferiam, e para o interêsse bem comprehendido dos seus proprios partidos. Se não era ainda o bastante para levar a uma resolução, determinava já certa fluctuação nos dizeres e no pensar de alguns. As eleições geraes foram marcadas para 5 d'Abril, podendo já então satisfazer-se assim a principal reclamação dos dous partidos monarchicos. D'estes, alguns Ministros d'Estado honorarios appareceram na recepção do dia primeiro do anno, no Paço d'Ajuda.

Era o fructo da séria administração publica feita pelo governo, que nacionaes e estrangeiros reconheciam e d'estes não poucos apregoavam; era a consciencia da perda de uma partida inconsideradamente travada e jogada contra o Paiz e a Realeza.

PALAVRAS FINAES

Palavras finaes

Na tarde de 1 de Fevereiro, ao regressar a Familia Real de Villa-Viçosa, a carruagem aberta em que confiadamente seguia, ao dobrar a esquina do Terreiro do Paço para a rua do Arsenal, foi assaltada por um grupo de assassinos. Sentiu-se primeiro, distinctamente, o estalido secco e penetrante de um tiro de revólver vindo do lado da estatua equestre, a que logo se seguiu, como a signal combinado, a crepitação de um rapido e nutrido tiroteio para as bandas do Ministerio das Obras Publicas, que a carruagem real ia defrontando. El-Rei ficou morto ao primeiro tiro contra elle disparado pelas costas; e o Principe Real, attingido no rosto, com breves instantes de vida. O Infante, hoje rei D. Manoel, tambem ferido levemente, deveu, porventura, pela segunda vez a vida a sua Mãe, que com animo varonil se pusera em pé na carruagem, fusti-

gando com o ramo de flores, que pouco antes lhe fôra dado, o rosto de um dos assassinos, e cobrindo assim com a sua alta e forte estatura o mais novo dos seus filhos, sentado defronte d'ella.

O que devia ter acabado de perder os revolucionarios e agitadores de todos as matizes, salvou-os.

O ministerio foi immediatamente demittido, e substituido por outro, tirado dos elementos opposicionistas e presidido por um homem que, feita a Republica, se fez republicano;

O presidente do conselho exonerado, foi forçado a sahir de Portugal;

Os outros ministros seus collegas, impedidos de assistir aos funeraes régios;

Os conspiradores e presos em flagrante, do 28 de Janeiro, postos sem mais nada em liberdade;

Os assassinos do 1.° de Fevereiro, eram glorificados *urbi et orbi*, comparados na imprensa, por pessoa de marca entre os inimigos das Instituições, aos heroes de 1640; e o poeta maximo do tempo dizia, publica e espectaculosamente, ajoelhar deante de

quem «matara por amor e ferira o innocente para cortar pela raiz a má arvore»;

Os covaes dos regicidas eram alvo de romagens de confraternização e desaggravo, egualmente consentidas e publicamente feitas;

Os jornaes abriam sem rebuço nem respeito, antes com animo agressivo e revolucionario, subscripções a favor dos filhos daquele dos regicidas que os deixara;

Era afastado para Macau o official bravo e leal que, com risco de vida e a preço ainda do seu sangue, atravessara com a espada um dos assassinos, no cumprimento do duplo dever de official ás ordens de El-Rei e de agente da força publica;

Publicava-se no *Diario do Governo* essa carta de 5 de Fevereiro, concepção atroz do governo, dada a assignar a uma creança salteada tragicamente pela dura obrigação de reinar;

Realizadas eleições geraes no dia já anteriormente marcado, de 5 d'Abril, traziam os republicanos á Camara 13 deputados, elles que nunca mais de 4 haviam feito eleger; e derramara-se mais sangue e perderam-se mais vidas n'esse dia, e só na eleição de Lisboa, do que em todas as eleições e episodios de rua dos ultimos tempos da Monarchia;

Decretava-se pouco depois a realização da eleição municipal de Lisboa, e os republicanos já reforçados na Camara dos deputados, que dominavam pela sua audacia e prestigio, crescentes desde o regicidio, tomavam victoriosamente conta do municipio da capital do Reino, da sua thesouraria e influencia politica;

A falta de condições de governo dos partidos e elementos monarchicos accentuava-se, na rapidez com que se iam inutilizando successivamente todos os ministerios por elles organizados — não menos de cinco em pouco mais de anno e meio — qual d'elles mais insubsistente e ephémero; e o poder subalternizava-se por outro lado em concessões e transigencias repetidas, deante de um inimigo insatisfeito, que avançava a passos largos e decididos para a conquista do poder;

Finalmente, em 5 d'Outubro de 1910, dá-se a proclamação da Republica e a queda da Monarchia, oito vezes secular, sem quasi ninguem a defender e sendo no momento raros a lamentarem-na...

Poucas vezes em politica os acontecimentos se encadearam e seguiram com tão rigorosa e implacavel logica. E' que os regimes succumbem e desapparecem, menos

pela força do ataque que pela frouxidão da defesa. Só tem direito á vida quem sabe fazer por ella: — é a lei barbara da nossa natureza, o impiedoso castigo da nossa primeira falta.

A génese do regicidio está ainda por descobrir e provavelmente nunca a sua historia virá a ser feita com verdade. O seu maior interêsse, capital e decisivo na occasião, passou — *quod est, est;* o seu interêsse historico e moral depende hoje menos do exacto conhecimento dos pormenores, que da lição n'elle encerrada, no monstruoso facto e nas consequencias que lhe foram dadas.

O regicidio foi obra de politicos, sem duvida. Quaes?

A Justiça ficou sempre de olhos vendados, como allegoricamente lhe cumpria. E a voz do nobre e intemerato Conde d'Arnoso — o *ultimo cavalleiro,* do typo do Conde d'Avranches, com quem pelo feitio tinha mais de um ponto de contacto — soava como uma importunidade no meio do silencio gélido da Camara dos Pares, — dos grandes do Reino, que, com impassibilidade de bonzos, ouviam as palavras justi-

ceiras e vingadoras de leal amigo e servidor do rei assassinado. Ao que o chefe do governo respondia, entre azedo e enfadado, que os assassinos eram só dois, logo mortos alli mesmo, e que nada mais se averiguara nem presumia.

E' verdade que do local do attentado fôra levantada a carabina Winchester de que o assassino Buiça se servira, e com que matara o Principe Real. E' verdade que egualmente se encontrou o armeiro que a vendera, e que, interrogado, se recusou a dizer o nome do comprador, sob a capciosa allegação do «segredo commercial». E' verdade que, a principio detido, se mobilizaram associações commerciaes, e outros meios de influencia e pressão, em seu favor e no de tão estranha doutrina, que de juridica não tinha nada, e de justa ainda menos, em caso tão monstruoso e de importancia nacional, quando para mais a lei permittia o exame, e até a apprehensão, da propria escripturação commercial. E' verdade que essa apprehensão e exame dos livros do armeiro detido não se ordenou nem se fez de salto, logo que o seu nome foi da instrucção conhecido e antes mesmo de a ella ser chamado; vindo pelo contrario a ser solto e posto em liberdade quem tão mani-

festamente se recusava a auxiliar a justiça, no descobrimento dos responsaveis de um crime no qual a razão de Estado permittia o emprego das mais severas e apertadas instancias e diligencias. E' verdade que em todo o caso ficou indirectamente demonstrado que da carabina de que Buiça se servira não fôra elle o comprador, aliás nenhuma duvida podia haver em declarar que o era, estando já morto, e até pelos seus em via de glorificação; e nem seria necessario mobilizar tantas forças para esconder e occultar tal nome.

Certo é que a justiça deixou escapar das mãos esse fio conductor, perdendo-se d'ahi por deante n'um labyrintho de veredas e torcicollos que a levaram a cousa nenhuma.

Não se pôde? não se soube? ou não se quis?...

«Na história e no coração humano existem mysterios que não é bom sondar até ao fundo», diz Guizot na sua *Historia de França*, a proposito de outro assassinio politico, o dos patriotas hollandezes, irmãos Jean e Cornelis Witt.

A demolição do Governo é que começara no mesmo instante, logo ali no Arsenal.

Apenas lá entrei, contava-me o Ministro da Fazenda que uma das pessoas da comitiva régia clamava já: «Parecia que se atravessava um deserto, não se via um soldado, nem um policia!...» E no entanto eram policias os que logo abateram os dois assassinos d'El-Rei e do Principe Real, e fôra a policia quem pusera em fuga os demais.

Esse ia ser o thema immediato do ataque ao governo: — não soubera prever nem prevenir (1). Ao que em breve se accrescentaria tratar-se apenas de um facto isolado e espontaneo de dois homens, exacerbados já com a dictadura, e cuja exaltação fôra agora até á loucura patriotica e vingadora, com a leitura, no *Diario do Governo,* do decreto de 31 de Janeiro. Imbecilmente se ia fazendo crer que esses dois assiduos leitores do *Diario do Governo,* apparecido depois da 1 hora da tarde, haviam tido todo o tempo para o ler; para espontaneamente e de salto se indignarem, até á resolução vermelha e feroz de assassinar; para comprarem armas escolhidas; para se concertarem com outros, e todos estarem nos seus postos de espera e morticinio ás 5 da tarde, hora da chegada da Familia Real.

---

(1) V. nota I.

E nem lhes bastava ver, estendido ao lado do de El-Rei, o cadaver do Principe Real, que fôra de todo estranho á dictadura, não assignara qualquer decreto, e coisa alguma tinha com a politica em batalha. D'elle se escrevera até, embora com falsidade, ser desaffecto á politica do Governo.

E a conclusão almejada tirava-se: a causa de tudo fôra a dictadura. Não se tinha escripto e prophetizado que a dictadura acabaria por uma revolução ou por um crime? Ahi estava a prophecia realizada, e até excedida, pois houvera uma e outra coisa: a tentativa revolucionaria de 28 de Janeiro, o crime monstruoso e duplo de 1 de Fevereiro. E, (ia-se aventando sob a autoridade da anterior prophecia) a agitação não cessaria, e os crimes sabe Deus até aonde poderiam ainda chegar, se a causa de tudo, a dictadura, não tivesse fim. Pelo contrario, tirada a causa, cessaria o effeito.

Morto como estava, infelizmente, o Rei, e afastado João Franco do poder (continuavam dizendo) desappareciam os dois homens que em si encarnavam a dictadura, os odios e as malquerenças geraes. Tudo socegaria e entraria por si mesmo na ordem.

Os politicos formariam baluarte em volta do joven Rei, unidos n'um commum pensa-

mento monarchico, patriotico; e o novo reinado, sob tão crueis auspicios aberto, podia ter fundadas esperanças de socego e prosperidade. «Acalmação! acalmação!», para substituir o periodo violento e revolto da dictadura, como depois de incendio o rescaldo — eis o que a sabedoria, a prudencia, o interêsse publico e monarchico reclamavam.

Era enterrar os mortos e cuidar dos vivos, conforme a sentença pombalina. E nem se queria pôr um momento pensar se, fazendo-se assim, a funcção do coveiro não poderia vir a ser dupla, e da mesma enxada enterrar mortos e vivos.

Estas considerações e dizeres, sinceros em alguns, no maior e peor numero interessados e tendenciosos, de gente cega de entendimento ou de vontade, iam cahir sobre dois corações ulcerados, os olhos do corpo e da alma a verem sempre — visão do inferno! — a tragedia immensa a que acabavam de assistir, abalados por um mesmo calafrio de espanto e horror, collados um ao outro na carruagem ensopada em sangue do marido e do filho, do pae e do irmão, ferozmente assassinados á sua vista. Ella, lembrando a Niobe antiga, a quem os deuses sanguinarios e vingativos tinham, ao menos, poupado o espectaculo, entre to-

dos doloroso a uma Mãe, dos filhos immolados ante os seus olhos. Elle, collocado imprevistamente pelo Destino n'um throno, ao marulhar do sangue de dois Reis trucidados; sem ter, contra as traças dos politicos e os enredos dos intrigantes, preparação nem defesa que o habilitassem a pensar e dizer, como o heroe sueco, rei egualmente de 18 annos, «que queimaria a propria camisa, se ella soubesse o que pensava a sua cabeça».

Dos politicos que tanto haviam concitado a indisposição e a má vontade contra a autoridade e a pessoa de D. Carlos, creando em sua volta uma atmosphera de odios e de revoltas de onde partira o raio, que a tantos deixara fulminados, não se cuidava e ninguem fallava. Era como se elles e os factos anteriores ao regicidio nunca tivessem existido. As prédicas, as indignações, eram todas e só contra o governo.

Morto El-Rei, tive desde logo a impressão de que o governo morrera com elle (1). E quando, ao começo da noite, fui ao Paço das Necessidades levar a proclamação do novo Rei, afim de ser por elle assignada, a

(1) V. nota II.

hesitação que logo se me mostrou em o joven Soberano assignar qualquer diploma apresentado pelo governo; e o reparo formal á phrase protocolar — «Outro-sim declaro que Me apraz que os actuaes Ministros e Secretarios d'Estado continuem no exercicio das suas funcções» — acabaram de m'o confirmar. Esse reparo só desappareceu, quando declarei que o governo, tendo, como tinha, vivido da confiança d'El-Rei D. Carlos, não pretendia impor-se por qualquer forma á do seu successor. A proclamação assignada pelo novo Rei tinha de ser referendada pelo Ministro do Reino, e outro não havia, nem podia haver, até que, uma vez proclamado, El-Rei D. Manoel escolhesse pessoa da sua confiança para organizar ministerio.

Antevendo as funestas consequencias da demissão immediata do governo e da sua substituição, facil egualmente de prever, por elementos tirados das opposições que tanto se haviam compromettido, deante do mundo, na guerra abominavel contra o rei assassinado, lembrara eu a convocação do Conselho de Estado como táboa, bem precaria, de salvação. Porventura o tragico horror da hora presente, a natural commoção e sympathia por uma grande dor, illumina-

riam o espirito e a consciencia de antigos servidores do Paiz e da Monarchia, fazendo-lhes ver finalmente — bem finalmente! — que era a propria existencia d'ella, e não a de um governo, o que estava em causa. Accrescia, para assim se pensar, que após os assassinios regios, e ainda no Arsenal, apparecera alli o novo chefe do partido regenerador, e, dando os pêsames ao governo, declarara, muito correcta e monarchicamente, que se abria um armisticio na lucta politica dos partidos. Quem poderia julgar de outra forma?

Passei toda essa noite no Paço, convocando o conselho de Ministros para a manhã do dia seguinte, antes da reunião do Conselho de Estado. Todos os ministros se declararam promptos a continuar no governo, se assim viesse a querer-se. A demissão que tivessem, não os impediria de apoiar o ministerio que El-Rei formasse.

Regressando ao Paço, fui logo chamado por ordem d'El-Rei, que me disse desejar um ministerio de «acalmação», pedindo-me para eu não crear obstaculos á realização d'esse seu proposito, com que julgava bem servir os interêsses da Nação e os da Monarchia.

Se havia momento em que a confiança

do Rei no ministerio, e a do ministerio no Rei, tinham de ser intimas, conscientes e absolutas; em que ambos devessem commungar com identica convicção e vontade n'um mesmo pensamento e resolução de governo, era aquelle em que no Paço, estendidos ao lado um do outro, varados pelas balas assassinas, com a impassibilidade da morte, mas tambem com a sua imponencia tragica, jaziam os dois chefes de Estado, cujo morticinio espantoso fizera Rei quem, agora, ia decidir dos destinos da monarchia e do Paiz. Desde que um só e o mesmo sentir, desde que um só e o mesmo querer, não existiam, como que soldando umas ás outras todas as vontades, fazendo d'ellas uma unica e bem temperada força, severa na procura e punição de todos os fautores do regicidio, sem quebranto nem hesitações em continuar a execução do programma governativo a que D. Carlos dera firme e leal apoio, na verdade mais valia mandar embora quem para cousa diferente não servia, não podia, nem queria servir. Faltava alli o coração firme e o golpe de vista politico d'El-Rei D. Carlos: a esse tinham-lhe fechado para sempre os olhos, e outros não havia como os d'elle, para conhecer a triste politica do seu reinado.

Esta mostrava nada ter aprendido, e em nada querer mudar. Repetia-se o erro que mallograra, em Abril, a recomposição ministerial indispensavel. O caso d'agora era, porém, mais grave, pois, dentro e fora do paiz, o que ia fazer-se, corresponderia, nos seus effeitos moraes e politicos, a uma capitulação diante do regicidio. O erro d'Abril levara á dictadura. Este, abria as portas á Republica.

Mas o que os conselheiros de Estado e os de toda a especie não souberam ver, advinhou-o o instincto apaixonado e o claro espirito de uma mulher, que pela grandeza d'alma, talento artistico, rasgada iniciativa em fazer o bem, independencia e altivez de caracter, tudo alliado a um grande nome e alta situação social, foi certamente uma das mais bellas e attrahentes figuras da Côrte e do seu tempo. Depois do Conselho de Estado, e rompendo o cordão d'isolamento cada vez maior que em volta de mim se formava, a Duquesa de Palmella veio com o seu natural aprumo para mim, e, deitando-me familiarmente os braços sobre os hombros, disse, no seu tom de voz natural:

—«Oh! João Franco, e eu que tinha tantas esperanças em você!...»

E inclinando a cabeça sobre o meu hom-

bro, fallando mais baixo, como que ao ouvido, accrescentou:

— «Mas isto assim é o fim da Monarchia, não é, João Franco?» (1)

O da Monarchia e o da minha vida politica. Demittido e afastado do poder em tal occasião e em taes circumstancias, quem poderia mais ter confiança politica em mim? E quem mereceria mais a minha propria?

O paiz ia em breve seguir para novos destinos — antevia-o — em que nem a minha dignidade nem os meus sentimentos permittiriam acompanhá-lo e servi-lo (2).

Essas horas crueis foram-me de amarga e fria reflexão. Era uma vida inteira anniquilada, em idade em que outra diversa não havia já tempo de começar. Era o pensamento, a obra politica a que me consagrara, trocando por ella as vantagens de uma posição já adquirida, para sempre abandonadas. Assim o queriam os factos. As occasiões não se repetem. Tudo, menos acabar na miseria de um ambicioso vulgar. E substituido o governo, apresentadas as protocolares despedidas, assim o declarei a quem de direito. Partia como havia chegado.

(1 e 2) V. notas III e IV.

Deixava a politica, o coração vazio de odios como de remorsos; as mãos limpas de ouro, como de sangue.

Para muitos, e por bastante tempo, isto passou como sahida falsa, d'essas a que os politicos por vezes recorrem em hora apertada e difficil (1). Outros quiseram ver no acto, definitivo ou não, os effeitos de um resentimento pessoal, pois, entre as muitas e variadas falsidades então postas a correr (2), houve a de eu ter sido violenta e asperamente tratado e increpado, por algumas pessoas da Familia Real. Importa deixar aqui desmentida semelhante aleivosia, para os que não hajam conhecido os primores de educação e a natural affabilidade de todos os que a compunham. Pelo contrário: uma das poucas consolações que tive n'esses dias amarissimos, devi-a á Rainha D. Maria Pia, e constitue um traço mais do seu magnanimo coração de Rainha e de Mãe.

Foi no dia 2 ou 3 de Fevereiro; andava-se na organização do novo ministerio e eu estava, como sempre, no Paço. Mandou-me chamar El-Rei D. Manoel, e tive de atravessar a sala onde se encontrava a Rainha

(1 e 2) V. notas V e VI.

D. Maria Pia em conversa com o então Ministro d'Italia, em Portugal, Marquez Paulucci dei Calboli, actual Embaixador da mesma nação em Madrid. Não havendo ainda saudado a Rainha n'esse dia, fui beijar-lhe a mão, seguindo depois ao meu destino.

Quando voltei ao salão de espera, já alli se encontrava o Marquez Paulucci. Veio para mim, elle que sempre me manifestara sympathia e interêsse, dizendo: «Meu caro Presidente, como eu sinto a sua desventura e o seu pesar! Mas quero contar-lhe o que acabo de ouvir, e sempre lhe será consolação, por vir de quem vem. Quando ha pouco deixou a sala onde eu estava fallando com a Rainha D. Maria Pia, esta disse-me, vendo-o afastar-se:

— *Tenho muita pena d'este homem: tão boas intenções, e um fim tão triste.*

E o Marquez Paulucci dei Calboli abraçou-me commovidamente. Aquella mulher, tão experimentada pela desgraça, possuia ainda coração para se apiedar com a dor alheia, ella que já não devia ter lagrimas para chorar as suas proprias.

Homem de sensibilidade, mais, porventura, de que convinha a um politico, ia com a alma despedaçada. Aquelles vinte mezes de

lucta, e expecialmente os ultimos, tinham-me deixado ver em flagrante as altas qualidades de espirito e de caracter d'El-Rei D. Carlos, gozar mais de perto a sua intimidade, soffrer pelo trato de quasi todos os dias a influencia e suggestão do seu feitio generoso e bom. Poucos homens tenho conhecido tão bem dotados; nenhum n'este mundo mais maltratado. A sua morte deixava um vácuo profundo nos meus affectos; o seu assassinio, um temeroso receio pelo meu paiz.

E que dizer do feroz assassinio do Principe Real?

O Rei e eu eramos dois combatentes: mas o Principe? como apparecera coração de fera com face humana para em tal pensar, resolução e braços para executá-lo?

Flor mal aberta aos sorrisos da aurora, fronte innocente de todo o pensamento mau, labios puros de qualquer mentira, animo desprendido de durezas ou orgulhos, qual era o mal que, tirando-se-lhe a vida, n'elle se quis cortar? E em pleno alvorecer da mocidade ridente e feliz, sequioso de se sentar ao banquete da vida, alma nobre e delicada, podia ao cruel Destino, que n'um relampago

entreviu, dizer os commoventes versos de André Chénier:

«Mon beau voyage encor est si loin de sa fin!
. . . .
Au banquet de la vie à peine commencé,
Un instant seulement mes lèvres ont pressé
La coupe en mes mains encore pleine.»

A sua historia, como a sua propria vida, mal chegou a começar; apenas alguns leves traços do seu perfil poderão apontar os que o conheceram.

Quando, chegados nós ao governo, o Principe Real foi representar officialmente seu Pae no casamento do rei de Hespanha D. Affonso XIII, não faltou na Côrte quem procurasse malsinar o fazer a viagem o Principe, a Madrid, em simples carruagem salão, bem como a modicidade do credito aberto em Conselho de Estado para as despesas d'essa missão. Não era esse o pensar do Principe, previamente ouvido, e que tudo approvou e de tudo se mostrou satisfeito.

Em Madrid, estava na terceira ou quarta carruagem atrás da do Rei, quando sobre esta foi lançada a bomba que matou e feriu 40 ou 50 pessoas, e deu occasião ao rasgo magnifico e famoso d'Affonso XIII. Foi no-

tado o sangue frio do Principe Real; o qual deixou na Côrte hespanhola e nas altas personagens e dignatarios, ali reunidos pelas festas do casamento Real, uma impressão de destaque pela gentileza da sua figura, suavidade de trato, serenidade e distincção das maneiras.

Ao cumprimentá-lo eu pelo seu feliz regresso, e referencias elogiosas que ao governo chegavam, accrescentei ver nisso um feliz presagio do acolhimento que o esperava nas Côrtes e Capitaes estrangeiras, quando um dia as visitasse. Ao que o Principe replicou, com a sua voz pausada e maneiras reflectidas:

— Por ora não fallemos d'isso, João Franco; lá para mais tarde, quando houver precisão, ou fôr opportunidade. Do que eu gostava, isso sim, era de fazer uma viagem ás colonias, ver e conhecer por mim o que é nosso e os lugares onde fizemos tão grandes coisas.

Contido e delicado, fallando pouco e ouvindo com attenção; gostando de inquirir e de se informar, pela sua precoce seriedade e sentimento das responsabilidades affigurava-se-me uma incarnação do que eu penso de D. Pedro V, com alguma alegria a mais.

Se houvera vivido, elle, que fôra preparado para reinar, a que destinos teria conduzido Portugal?

«*Não se refaz a Historia*», diz Littré no seu livro *Etudes sur les Barbares et le Moyen-âge,* a proposito da conhecida discussão sobre o que teria acontecido sem a invasão dos Barbaros. Elle mesmo, continuando, admitte, porém, que se discutam proveitosamente hypotheses, quando bem definidas e caracterizadas.

A Dictadura, em 1 de Fevereiro, tocara no seu termo, e *com exito,* sendo isso mesmo o que levou ao regicidio.

As eleições estavam marcadas para 5 d'Abril, e o accordo recente com o partido catholico garantia a victoria dos elementos que apoiavam o Governo, até contra a reunião e colligação de todas as opposições. A Reforma da Camara dos Pares achava-se decretada. E assim o Governo ia encontrar-se munido, em breve, de todos os elementos para se voltar ao funccionamento sério e util do Parlamento, artigo primordial do seu programma, e fim capital da Dictadura.

O mallôgro e inutilidade dos sangrentos tumultos promovidos, em Junho, na Capital, pelas opposições, haviam-nas desenganado sobre a impossibilidade de realizar um movimento popular contra o poder. Não ousavam ellas já ensaiar, nem sequer em Lisboa, qualquer nova tentativa d'essa natureza.

A revolta militar levara o mesmo caminho. A de 28 de Janeiro acabara de abortar mais completamente ainda. Nem um soldado haviam conseguido pôr na rua, deixando-se prender e desarmar sem lucta nem resistencia os elementos e grupos civis que ainda appareceram.

A substituição das corporações administrativas fizera-se por completo em todo o Reino, e com tal facilidade como maior a não encontrou, mais tarde, a propria Republica em identica substituição. Falhara inteiramente a annunciada e apregoada resistencia e reacção das corporações substituidas.

O exercito estava firme e disciplinado, leal ás Instituições, como os factos inilludivelmente mostravam, e os proprios chefes opposicionistas sentiam (1). A' sua frente,

---

(1) Julio de Vilhena — *Antes da Republica* — Pag. 413-Vol. I.

como Ministro da Guerra, um homem estimado e respeitado pelos seus talentos de administrador e de organizador, pelo seu espirito de justiça e de disciplina; e que nas horas tragicas do 1.º de Fevereiro mostrou a serenidade, a firmeza, a decisão de um verdadeiro homem de Governo. A Thesouraria, facil; a cotação dos fundos, alta; e o cambio, não muito longe do par. A situação internacional, perfeita; os principaes jornaes do mundo, favoraveis ao Governo e ao seu espirito de reforma, com desespero das opposições que, desnorteadas e não sabendo que mais dizer, aventavam estarem todos «alugados ou comprados». De todo o Reino e das colonias portuguezas em paizes estrangeiros, indo na frente a maior e mais importante de todas, a do Brasil, continuavam a affluir representações e mensagens de applauso e incitamento ao Governo, uma d'ellas a famosa dos *Thalassas*, com muitos milhares de assignaturas.

Se a isto juntarmos que, na propria noite do regicidio, foram dispersos e repellidos a tiro, de dentro dos quarteis, os grupos revolucionarios que iam tentar pôr em revolta as guarnições de infantaria 16 e de artelharia 1 — exactamente as mesmas casernas de onde mais tarde haviam de sahir as forças

que proclamaram a Republica — teremos o quadro exacto da situação, no momento do assassinio d'El-Rei D. Carlos e da demissão do seu ministerio.

Uma capitulação é differente, nos seus effeitos, d'uma batalha perdida, e esta ia ganha. Ambas são desastrosas, mas se uma e outra enfraquecem, aquella ainda por cima desmoraliza. Cesar, e era Cesar, o homem «completo» de Mommsen, foi tambem assassinado, nos Idos de Março. Mas porque os seus, longe de ceder deante do crime, foram levantar o povo contra os assassinos, Bruto e Cassio tiveram de se suicidar em Philippes, e Octavio gozou tranquilamente o Imperio que seu tio ia fundar, Imperio que veio a durar tanto como a propria Roma.

As Nações teem um instincto innato de justiça, e o povo portuguez é, por natureza, tranquillo e bom, inimigo de violencias e sangueiras. Se, no dia immediato ao do regicidio, por todo o paiz corresse que o governo estava mais seguro do que nunca, e que Rei e governo, unidos n'um só pensamente e n'uma só vontade, iam marchar com alma e de espada alta sobre os fautores do abominavel attentado e contra todos os agitadores e perturbadores, incorrigiveis e

contumazes, do socego e da tranquillidade publicas; se se fizesse ao mesmo tempo conhecer bem ao povo a hediondez do crime praticado, commovendo-o facilmente até ás lagrimas com o sacrificio cruel, inconcebivel, sem piedade, d'essa creança innocente e encantadora que era o Principe Real — o paiz ter-se-ia levantado em massa para correr sús aos assassinos e aos perturbadores, para rodear de lealdade, dedicação e carinho o joven Rei e sua Mãe. E os proprios partidos constitucionaes seriam forçados não só ao armisticio, que o novo chefe regenerador já offerecera no Arsenal, mas a uma verdadeira cooperação monarchica, por algum tempo ao menos, isto é pelo mais necessario, para não parecerem cumplices moraes do regicidio, e pela attracção que sobre elles exerceria um renovamento da força do Rei e do governo.

Assim, produziu-se exactamente o effeito contrario. Na demissão immediata do governo e na forma da sua substituição, viu-se o repudio da acção politica e da obra governativa que haviam precedido o regicidio, repudio equivalente á condemnação do proceder dos ministros responsaveis.

Traduziram-se por outro lado esses factos em alento a quanto se fizera contra o

soberano assassinado, ás audacias e empresas dos inimigos das instituições, — do que estes se apressavam a tirar todo o partido, com a sua imprensa adextrada no ataque e na propaganda, e com o pessoal de que dispunham em Lisboa para explorar e fazer vingar os seus intentos.

Procurou-se desde logo desviar a sentimentalidade publica dos assassinados para os assassinos. E adrede se iam contando e espalhando as cousas, ferindo as imaginações, envenenando os animos, popularizando o regicidio, rolando esse *romance* do crime das cidades para os campos, inspirando-se assim alternadamente a piedade e a aversão, a admiração e o desprezo, trocadas, porém, na sympathia e na compaixão, as victimas pelos seus algozes. E ninguem apparecia a fazer frente a tal depravação moral. Apenas o Acaso, por vezes justiceiro, se revoltou e castigou de morte o repugnante e estupido simulacro do regicidio por uns selvagens de Bragança.

A descoberta e punição do estrondoso crime, que nacional e internacionalmente se impunha, ia-se arrastando, até cahir tudo na indifferença e no esquecimento. N'um unico ponto se mostrava concorde a actividade de todos: em amontoar sobre o

coval do defunto ministerio tudo que o pudesse tornar odioso e desprezivel. Caminhava-se, ás cegas, para um suicidio involuntario e inconsciente.

Isto, que hoje parece, a tantos, verdades elementares, foram precisas a queda da Monarchia, a implantação da Republica, e o mais que vae decorrendo, para entrar pelos olhos dentro, e uma hora de justiça começar chegando para a memoria d'El-Rei D. Carlos, e para os que com elle combateram o bom combate.

...Tarde e a más horas para a Nação, que tem tido de soffrer as consequencias sempre graves e dolorosas da mudança de um regime nacional; de supportar os encargos d'essa operação entre todas onerosa e cara da implantação de um regime novo.

...Tarde e muito tarde para o partido regenerador-liberal, precioso instrumento de governo, que n'uma hora se creara e n'um momento desappareceu, como tudo o que é espontaneo e natural, mas precisa de ambiente apropriado á sua eclosão e desenvolvimento.

O artificio só por si é incapaz, em politica, de crear e manter um organismo com vida propria, vigorosa e progressiva. Não basta a simples vontade de meia duzia de

homens para fazer um partido politico. Se o seu advento não corresponder a uma necessidade publica, a um estado da alma nacional, em busca de organismo politico adequado á expansão e realização de sentimentos e aspirações collectivas, embora latentes — a tentativa abortará de inicio, ou não excederá os limites de uma «patrulha» politica, mais condemnada á esterilidade que ao êxito.

O reinado de D. Carlos, que recebeu a muitos respeitos uma má herança, encontrou tambem os dois partidos constitucionais fraccionados e na decadencia. A morte de Fontes, consummado homem de governo e estadista, chefe do partido regenerador, e o desnatamento do partido progressista pela separação e perda de alguns dos seus maiores valores intellectuaes e combativos, concorreram poderosamente para isso. Os graves acontecimentos que logo de principio se deram, e ainda as novas aspirações politicas, proprias da época, e que no descontentamento publico encontravam apropriado caldo de cultura, vieram difficultar a acção e complicar a situação dos partidos. Essa complicação subiu de ponto e acabou de perturbar a funcção a que eram

destinados — alternarem-se no poder e darem assim esperanças e vazão a aspirações, interêsses e paixões não satisfeitas ou em antagonismo — quando ambos se lançaram no chamado «rotativismo», fazendo práticamente dos dois partidos um só e governando ambos, de facto, ao mesmo tempo. A boa administração, que deixava a desejar, soffreu ainda mais com o apascentar simultaneo das duas clientelas; e de tudo resultava um anceio por cousa diversa ou nova, na gerencia da cousa publica.

Dois grupos de homens procuraram canalizar em proveito das suas ideias e ambições os sentimentos e anceios da Nação: um dentro das Instituições, o outro fora e contra ellas. Representava este o partido republicano, já creado. Do outro veio a sahir o partido regenerador-liberal, passados que foram dois annos de observação e de espectativa, seguidos então d'uma calorosa propaganda no paiz, intensamente sustentada na imprensa, e com larga organização partidaria na Capital. Ao escol de homens politicos que o fundaram, abandonando posições partidarias conquistadas e a commoda e segura satisfação de outras aspirações que ainda tivessem, vieram juntar-se valores de primeira plana. N'um

artigo do tempo sobre a adhesão de Fialho d'Almeida, dizia-se: «Deu-se com Fialho d'Almeida o mesmo que acontecera com Ramalho Ortigão e Teixeira Lopes, com Salles de Lencastre e Costa Goodolphim, com Anthero de Figueiredo e Eugenio de Castro, com Henrique da Gama Barros e o Visconde de Castilho, com José Maria Rodrigues e Gomes Teixeira, e tantos outros Portuguezes excellentes nas artes, nas lettras ou nas sciencias, idealistas sem serem ideólogos, que espontaneamente trouxeram ao esforço sincero do Franquismo o valioso attestado moral da sua adhesão ou da sua sympathia».

Com esses, vieram, indistinctamente e por milhares, elementos de todas as classes sociaes: universitarios, professores, commerciantes, proprietarios, industriaes, medicos, militares, advogados, empregados, operarios, gente que tinha que perder e gente que tinha de ganhar a vida para não morrer de fome.

Dos 8 a 10.000 socios dos Centros de Lisboa, mais de dois terços pertenciam ás classes populares, viviam exclusivamente do seu trabalho. O desinterêsse e patriotismo de todos estes homens foi admiravel e consolador. A hora do poder é o momento

psychologico de mostrar se o bem publico, de que se fez escada para subir, era mascara afivelada ao rosto, ou na verdade a propria cara. Ahi estão o *Diario do Governo* e todos os jornaes do tempo, a mostrar que esses homens nada pediam e nada teve de se lhes dar.

Isso, que já então era virtude, deve hoje chamar-se-lhe santidade. O exercicio do poder tomaram-no como dever patriotico, que exigia esquecimento de si proprio, espirito de sacrificio, como o serviço militar em tempo de guerra. Assim o tinham ouvido prégar na opposição, assim o quiseram ser no governo. Nenhum faltou, nenhum creou difficuldades ou fez perder tempo com as suas pretensões, as suas divergencias, ou os seus amuos. Chamaram-lhes uma «seita» e com isso fizeram-lhes honra e justiça, dando-lhes classificação que os separava e não os confundia. E porque a politica era e foi para elles uma cousa diversa, poucos ficaram n'ella, e pouquissimos passaram a *fronteira*. Nisto que dizemos não vae censura aos que o fizeram, se procederam sincera e desinteressadamente e julgaram servir d'essa maneira o seu paiz.

Ao patriotismo, desinterêsse e lealdade

dos que me acompanharam devia estas palavras, que as circumstancias não mais me haviam fornecido occasião de proferir.

O duque de Morny, sceptico e penetrante, dizia que «nos dias turvos, todo o mundo se quer pôr do lado do cabo da vassoura». O cabo da vassoura ficara desde Fevereiro na mão dos republicanos, que não perdiam occasião de o ir achegando mais e mais a si. Um jornal do partido, mezes depois, quando já não havia inconveniente em o publicar, e antes vantagem, para afervorar os animos e as esperanças dos correligionarios, escrevia: «O Rei morreu na tarde do 1.º de Fevereiro, no Terreiro do Paço. A Monarchia morreu essa noite, no Paço das Necessidades». Certo é que os republicanos começaram desde logo a governar, sob alheia responsabilidade; o que, augmentando a sua combatividade, tornava indecisos e incertos muitos dos que deveriam fazer-lhes face.

E, se bem que vergonhoso, assim se explica que, ao chegarem os dias ásperos e funestos de Outubro, o jovem soberano se encontrasse quasi só e abandonado, no seu

triste Paço Real. E' que então, de verdade, conseguira-se fazer de Portugal uma Monarchia sem Monarchicos.

«*Non raggionam di lor, ma guarda e passa.*»

. . . .

E agora, que resta?

Resta sempre o Paiz, que é de todos nós, sem distincções de côres, nem de bandeiras.

Quando, por acto de cortesia, fui participar ao chefe progressista que a situação governativa se mantinha, e que o ministerio ia recompor-se dentro do partido e entrar em dictadura, o chefe progressista perguntou-me:

— E V. Ex.ª com que conta para isso?

— Com a dedicação e valor dos meus amigos politicos, respondi; e com o apoio da opinião publica, merecido e conquistado por um anno de governo, impeccavel de correcção no emprego dos dinheiros publicos, e no respeito da lei.

— Opinião publica . . . opinião publica . . . murmurou, como que fallando comsigo proprio, o meu interlocutor. E, alevantando a voz, continuou: — O paiz tem a opinião dos

seus homens politicos, e esses vae V. Exª tê-los todos contra si.

Era a inversão do problema. Os politicos é que precisam e devem ter a opinião do paiz e servi-lo. Mal vae, quando elles se creem tão omnipotentes, ou ao paiz tão impotente, que nem opinião própria é capaz de ter. Os trinta tyrannos de Athenas, que, sob formas diversas, são de todos os tempos, é por esse caminho que se formam.

Em Portugal, e não de hoje, parece existirem dous paizes: um que trabalha, e bem; outro que governa, e mal. De quem a culpa? De todos, e principalmente dos governados.

Com as instituições modernas, monarchicas ou republicanas, que collocam a soberania na Nação, e dão a esta os meios de a tornar effectiva, os maus governos só são possiveis com maus cidadãos. E tão mau cidadão é o que vende ou aluga o seu voto, a sua penna, a sua palavra, a expressão, emfim, da sua consciencia civica, a um governo, a uma facção, a um politico, pelo preço de ambições e de interêsses já satisfeitos, ou pela esperança de que estes o venham a ser — como aquelles que, naturalmente ainda em maior numero, se alheiam da causa nacional por indifferença, egoismo, ou pusilla-

nimidade. A estes viu-os o Florentino, no bárathro, esvoaçando e rodopiando em afflictivos gritos e crueis lamentos, tão miseraveis que nem o inferno os queria.

Os maus governantes sentem-se assim sem fiscalização; os bons, veem-se sem apoio. Pela sua apathia, que é cumplici dade, os indifferentes convidam a todos os abusos; pela sua inercia, que é abandono, desanimam todas as boas vontades. Já antes dos politicos nos terem levado á dictadura, os *papás,* por indifferença, molleza e commodismo, haviam deixado empurrar o governo para esse caminho.

Estranha psychologia a d'este povo, que, possuindo uma historia a topetar com a fábula, de taes maravilhas ella se compõe, parece soffrer d'uma ingenita inaptidão politica, desdenhando e quasi repugnando-lhe ter voz em capitulo, nas horas decisivas do seu destino. E' proprio do homem o gosto de mandar:

Oh! gloria de mandar.

Pois elle, dir-se-ia que prefere ser mandado, ajoelhar deante de idolos de Baal, a pôr-se de pé (elle que é a força e o verdadadeiro fazedor de milagres), para dizer

aos que o governam, ou pretendem vir a governá-lo: — «Por aqui é que é o caminho: posso, quero, e mando»!

E por nunca o ter feito, essa historia, de que justamente se ufana, decorre sem unidade de acção, mais parecendo uma série de episodios ou biographias, em que a heroicidade e a grandeza dão as mãos á fraqueza e á pouquidade; em que a notaveis homens de guerra ou de Estado se succedem incapazes e nullidades. E o povo, a massa da Nação, apparece n'esses quadros matéria excellente e malleavel; mas, se uns a affeiçoam á elevação dos seus ideaes, outros a fazem docil instrumento de interêsses e ambições mesquinhas. Pelos seculos fora parece andar aos vae-vens ou aos mergulhos, tão depressa valoroso e épico na crista das ondas, como deixando-se ir logo, estonteado e perdido, para o fundo do mar.

Com D. Affonso Henriques e os seus *Lidadores* e *Espadeiros*, talha de vez, na Peninsula, o seu quinhão, a golpes de montante e de heroicidade; com o Infante D. Henrique e a escola de Sagres, lança-se por esses mares fora, desconhecidos e tenebrosos, á procura de terras e mundos novos; com o

Principe Perfeito, o rei «Venturoso» e os seus navegadores e guerreiros, descobre o caminho da India e o Brasil, cria um imperio n'esse Oriente encantado, immortalizando-se por toda a parte em feitos diarios de epopeia; com D. João IV, e um punhado de nobres e populares, expulsa o Hespanhol, restaura a Independencia, e sustenta, acabando por vencer, uma guerra de 20 annos com a maior potencia do Mundo de então...

Mas com D. Fernando, a Rainha intrigante e maus portuguezes—que entre elles «traidores houve algumas vezes» — esteve o Reino a pique de perder-se; com o Cardeal-rei D. Henrique e os seus fracos e corruptos conselheiros e governadores, deixa-se entregar de pés e mãos atados á Hespanha cobiçosa; com D. Maria I e os seus beatos e peraltas, assiste de longe, inerte e boquiaberto, á conquista vergonhosa e indecente de Portugal, sem se disparar um tiro, sem o mais leve arremedo de resistencia...

E o que succede no antigo regime, vae-se repetindo d'elle para cá. A mesma passividade; as mesmas alternativas, inconscientes e inconsistentes, de bom e mau governo; a

mesma apparente inaptidão para a vida publica; a crença e a esperança habituaes nos Encobertos, nos Messias, nos homens providenciaes, — e correlativamente a costumada descrença em si proprio, quando chega a hora de pagar a conta da sua incomprehensivel inercia, da sua fatal incuria.

Decorrido o periodo ensanguentado e longo da implantação do constitucionalismo, encerrado o cyclo das revoltas e maiores agitações com a victoria de Saldanha no Porto, ao que se ficou chamando «A Regeneração», um grupo de homens politicos appareceu, que por sua iniciativa e virtude civica exercitaram, durante cerca de trinta annos, as normas e praticas do governo parlamentar. Foi a idade de ouro do regime representativo, até hoje, entre nós.

Recebendo Portugal empobrecido, arruinado, quasi cahotico, por tres invasões francezas, pela retirada da Côrte e do governo para o Brasil, pela independencia consequente d'este, e por trinta annos de agitação e dissensões politicas, longas e crueis guerras civis; recebendo-o dividido por odios profundos e irreductiveis conflictos de interêsses, aquelles notaveis homens publicos souberam levantar de entre tantos escombros um Portugal novo, onde era agradavel

viver, transformando assim em regime nacional o que até alli fôra apenas a victoria e a dominação de um partido.

A paz e a ordem, sua amigavel companheira, voltaram benevolas e sorridentes, e com ellas reappareceu a confiança publica. Como emanação d'essa formosa trindade, as finanças restauraram-se, e o credito interno e externo resuscitou e firmou-se. O paiz pôde assim entrar no caminho do fomento e desenvolvimento economico, ao lado das outras nações, construindo-se então os caminhos de ferro, a rede telegraphica, a viação ordinaria; realizando-se os melhoramentos sociaes com que na ultima metade do seculo passado o homem soube transformar intensamente para melhor a sua situação sobre a terra.

A par d'isso modernizou-se a instrucção e diffundiu-se crescentemente; as colonias foram conservadas, quando outros mais fortes as perderam; nas nossas o progresso e a civilização accentuaram-se; refez-se a legislação civil, em harmonia com o direito moderno; e pôde acabar-se com a pena de morte, tanta era a brandura dos costumes que as relações pacificas e benevolas entre os homens haviam creado, após tantos annos de luctas, de odios, de incertezas. Reinou

então um d'estes invejaveis periodos sem historia, e Portugal teve no mundo uma situação de estima e respeito, uma atmosphera de confiança, que levava o velho Imperador Guilherme I da Allemanha, *O Victorioso,* a aconselhar a capitalização nos nossos fundos, como de nação tranquilla e bem governada, com um rico emporio colonial, e livre das contingencias e formidaveis despesas militares que ameaçavam devorar os povos do centro da Europa. Portugal, se não foi então um paiz rico, disfructava largamente aquella *aurea mediocritas,* que o Poeta achava sufficiente lugar ao sol.

E tudo isso se fez e alcançou com o Parlamento aberto e a funccionar regularmente, n'um sincero jogo de instituições representativas, cortado apenas uma vez pelo pronunciamento de 19 de Maio de 1870, ephemero embora victorioso, e logo asphyxiado pelo isolamento a que o condemnaram os outros elementos politicos, dominantes e então animados por um espirito de verdadeira liberdade.

Mas os homens que tal realizaram, Rodrigo, Fontes, o duque de Loulé, Sá da Bandeira, Casal Ribeiro, Ávila, Corvo, Valbom e outros, foram desapparecendo; e como a obra politica por elles effectuada era antes

producto do sentimento e da vontade d'esses homens, que resultado de um esforço consciente e collectivo da Nação, com o seu desapparecimento coincidiu uma decadencia.

A' educação da gente nova que os substituiu faltara porventura o espectaculo grosseiro e degradante das continuas invectivas injuriosas, das agitações tumultuosas da rua, das violencias e indisciplinas da caserna, espectaculo que acabara por fatigar e nausear os politicos da geração anterior. O ataque jornalistico retomou ardencia quasi revolucionaria; a Coroa, como em 1834 e 46, voltou a ser o alvo preferido dos politicos ambiciosos, despeitados ou insoffridos; e, ignaramente enfraquecida na auctoridade e no prestigio essa unica força viva do liberalismo (que outra nunca elle soube ou pôde crear entre nós), de tombo em tombo, passando por successivos transes, da fallencia ao regicidio, viemos parar todos, *mas todos,* á situação pouco venturosa em que nos encontramos.

Clama-se então que — «Isto é um paiz perdido»; que — «Isto já não tem remedio» — com a mesma inconsciencia e versatilidade politicas de sempre.

Nada está perdido, nem morre, porque o caracter nacional — e é o que importa — o

conjuncto de qualidades que gravam funda e indelevelmente a physionomia historica d'este pequeno mas esforçado povo, e constituem o segredo da sua rara, prodigiosa fortuna no passado, — o caracter nacional conserva-se intacto, nas suas linhas e virtudes fundamentaes.

Da França escreveu Vandal que a Revolução a anarchizara, mas só parcialmente a mudara. A Portugal, as vicissitudes politicas dos ultimos tempos trazem-no perturbado e parcialmente desorganizado: mas n'elle a familia, base segura das sociedades, continua a ser boa e sã; os ideaes religiosos e patrioticos, firmes e levantados; e nunca se trabalhou e lidou com mais iniciativa e denodo maior. E' ver como, formigueiro immenso, o portuguez se estende e alastra por essa Africa e Americas fora, em busca de riquezas que possa acarretar, para as encelleirar n'esta «ditosa Patria minha amada!»

Morrer! Não se cogita sequer quanto, individuos ou collectividades, lhes custa a morrer. A natureza e a sociedade teem reservas de forças desconhecidas e imprevistas, que deixam por mentirosas tantas vezes as, na apparencia, mais bem fundadas previsões.

Para mais, só morre quem não soube

viver. O que importa na vida é o seu lado moral. Tudo o mais, prazeres ou dôres, o que se appellida «sorte» ou «infortunio», alterna-se constantemente, e por felizes se devem dar aquelles em quem esses factores se equilibram pela vida fora. Ora, por modesta e obscura que haja sido a existencia de alguem na terra, se amou sinceramente e foi sinceramente amado, a morte nada tem que fazer com elle. Continuará perdurando no convivio espiritual e na intima ternura dos que o amaram, e a gozar por sua parte a delicia incomparavel de sentimentos extremosos correspondidos.

Ton âme est immortelle, et va s'en souvenir.

E, no que toca ás nações, por maioria de razão. O amor da patria, quando capaz de sacrificio — e sem isso não é amor — resuscita os mortos, ou os que teem a apparencia de o ser. O nosso tempo é cheio d'estas resurreições consoladoras.

Mas, porventura, peor ainda que a morte (sabe Deus do que ella tambem nos livra) é um viver de incertezas, de sobresaltos, desconfortos e miserias, em que o trabalho, a previsão, o bem estar de muitos, são a cada passo comprommettidos ou inutiliza-

dos pela má orientação, pelos erros, pelo egoismo de alguns.

O momento historico que atravessamos, torna o governo dos povos mais difficil, mais complexo e grave do que nunca. Parecemos chegados ao estado agudo de um problema sobre todos interessante, mas perigoso para a harmonia e estabilidade das sociedades actuaes, o da egualdade economica, tanto quanto as proprias desigualdades fataes da natureza creadora a permittam, mas, ainda n'essa relatividade, horizonte supremo de ventura terrestre para que a humanidade caminha. A grande Revolução foi o ponto de partida para a egualdade politica. Mas de 1789 a 1848, que rios de sangue, que tremendos e inenarraveis soffrimentos ella não custou ao mundo! Felizes os povos que souberem e puderem atravessar esta segunda phase da mais formidavel e fecunda transformação social, com o minimo de perturbações, de dôres e de ruinas!

Todo o resultado demanda, porém, esforço, e este exige a cooperação consciente, seguida, dedicada até aos sacrificios necessarios, da Nação inteira. Deixar tudo á acção do tempo, ou confiar mais uma vez em messianismos de pessoas ou de fór-

mulas, será correr a novos arrependimentos e desastres.

Longe e perdidos vão os tempos em que podia dizer-se que «um fraco Rei faz fraca a forte gente». Os super-homens que conduziam os povos, através de desertos e sustentados por manás celestiaes, á terra da Promissão, não são d'esta época. A roda andou, ou desandou, e hoje quem é Rei, quem tudo pode, quando o quer e sabe querer, é a «forte gente», na Inglaterra monarchica, como na França republicana. A monarchia deixou de ser a victima, tantas vezes expiatoria, das fraquezas e faltas da collectividade.

Quem hoje quiser ser bem governado, não pode continuar egoista e commodamente no remanso da sua inercia e indifferença habituaes, nem trocar a cada passo, pelo prato de lentilhas de um negocio ou de um favor recebido do governo, o seu direito á verdadeira liberdade, e as suas prerogativas, que são tambem deveres, de cidadão.

Evidentemente o talento e a força de vontade são elementos valiosos, e para contar, na governação dos povos. Mas não ha homem sem ter homens, e na maioridade politica a que a humanidade chegou,

sobretudo no presente momento de perturbação social, nada de bom e efficaz se alcançará, sem um movimento extenso, resoluto e pratico da opinião publica. A comedia, drama ou tragedia collectiva (que de tudo se compõe a vida dos povos), põe hoje em scena muito mais pessoal que no passado; e não bastam ao poder a repressão, a corrupção, ou ambas juntas, para lhe desembaraçar o caminho.

Mais do que tudo isso vale uma atmosphera social tornada, pelo consenso e cooperação do grande numero, irrespiravel aos agitadores, especuladores e politicantes de todo o feitio. As mesmas empresas singulares ou pessoaes, a que se chama dictaduras, são de sua natureza rapidas e transitorias. Todos os dictadores logo de-começo o proclamam, e todos tambem acabam por ir aos senados e ás assembleias representativas, ás urnas, ao suffragio da Nação, ao *jube domine,* emfim, do verdadeiro e unico César Imperial dos dias de hoje.

Paraphraseando uma epigraphe celebre, pode dizer-se: Que tem sido entre nós, politicamente, a Nação? Nada. — E que precisa e deve ella ser? Tudo.

Que uma vez por todas se resolva a sê-lo,

nas urnas, pelas suas associações de Classe, pela juventude das Escolas, por todos os meios de analyse e de propaganda, dos mais complexos e bem organizados aos mais simples e rudimentares, desde o classico «cavaco» á noite, em volta do gamão da botica (se é que ainda existe esse clubismo patriarchal) até á conferencia instructiva e educadora, a que todos os competentes estão moralmente obrigados. Tudo isso, feito com sincero e desinteressado patriotismo, sem receios nem cobiças que desacreditem e desmoralizem.

E ver-se-ha então que os homens providenciaes não faltam; porque, educados e exercitados assim na cousa publica, homens providenciaes, acabaremos por o ser todos, cada um na sua esfera, a exemplo da Suissa ou da Inglaterra. E não mais da vida de um só homem, por eminente que seja, dependerão a tranquillidade e o bem-estar de uma Nação inteira.

E aqui se encerra esta homenagem, em que a verdade nada teve que ceder ao affecto.

Já hoje os capazes de juizo imparcial e illustrado fazem justiça a El-Rei D. Carlos.

E a posteridade, que tantas vezes se surprehende, ri, ou indigna com as estranhas perversões de critério de certos contemporaneos, e distribue com mão firme e justiceira premios e castigos, quando o rumor humano dos que viveram de ha muito cessou, — a posteridade saberá fazer serenamente o parallelo entre D. Carlos e os que o serviram ou combateram; entre elle e os que o acompanharam ou se lhe seguiram.

A sorte, a que muitas vezes não falta tambem ironia, fez succederem-se no poder, adquirirem influencia e ingerencia poderosas e decisivas nas cousas do Estado, os principaes inimigos e detractores do *Rei Martyrizado*. Todos ahi ficam a plena luz, na sequencia dos mesmos acontecimentos, e no alto relevo que lhes dão os factos. Sobejam elementos á Historia para conhecer e fallar do merito, do patriotismo, desinterêsse e sinceridade de todos, e dar em conclusão a cada um o que fôr seu. E não é essa certeza a menor consolação das almas altivas, e que com os rumores do seu tempo se não contentam.

Singular destino o d'esse homem, tão combatido, tão calumniado, deturpados os

seus actos, fementidas as suas intenções, posto como inimigo e desprezador da Nação, e no emtanto tão portuguez nos ossos, tanto da sua grei e do seu torrão!

Intelligente e bondoso; firme e confiado; sóbrio no seu viver; honesto de intenções e de vontade; com mais gosto porém pelos seus estudos e trabalhos d'arte do que pela politica, fora das occasiões em que se impunha resolver e decidir; sem fugir á pecha nacional do «amanhã, se Deus quiser» e de «só nos lembrarmos de Santa Barbara quando fazem trovões»; com um pouco d'espirito de aventura tambem: — D. Carlos I encarnou, como talvez nenhum outro do seu tempo, o caracter e o feitio portuguez, nas suas qualidades, como nos seus defeitos.

Por outro lado, ninguem possuiu mais do que elle este amor entranhado da nossa terra, uma saudade quasi doentia do solo, da casa, do lugar que nos viu nascer e onde passámos os primeiros annos, sentimento profundo e vivaz, que é uma das grandes forças nacionaes, e que a Musa popular d'estas aldeias define em versos ingenuos e ingenuamente rimados:

Passarinho da serra d'Estrella,
Onde se cria, ahi se deseja.

Era encontrá-lo e vê-lo, no regresso das suas viagens politicas lá fora! Como elle se encantava de tornar a ver o sol, a côr, a luz da nossa terra, que a sua alma d'artista adorava! como sabia dar valor á bonhomia incomparavel, á sinceridade affectiva da nossa gente! como se sentia feliz na simplicidade, socego e desprendimento do seu viver! E não falo já nas gratas fugidas até o *seu* Alemtejo, onde se deliciava n'um á vontade pittoresco e regional, pintando, caçando, conversando familiarmente com os seus dependentes, de mão a mão com os vizinhos do campo, com quem se ia encontrando, num abençoado esquecimento de cuidados e preocupações, na contemplação e no encanto d'essa mãe apaziguadora e carinhosa, que é a terra. Terra de Portugal! Boa e santa terra da Patria, que elle tanto amou e procurou servir; terra que, se lhe foi lugar de martyrio, o está sendo já hoje de redempção para a sua memoria.

Alcaide, 1924.

NOTAS

Notas

I

Não obstante o espaço de 16 annos haver já varrido, como pé de vento em céu nebuloso, muitas das falsidades, embustes e invencionices que a intriga politica, a maldade, e até a cuscovilhice pretensiosa e tola crearam e bordaram em volta dos tragicos acontecimentos do Terreiro do Paço, importa deixar aqui consignadas informações, não de todos conhecidas, e cuja authenticidade não pode ser contestada.

O regicidio fulminou a todos de surpresa, embora depois d'elle não faltassem prophetas do dia seguinte, tão videntes ou informados do que ia succeder, que a ninguem deram parte dos seus receios, desconfianças ou apprehensões, a tempo de poderem ser prevenidos e evitados os casos que previam. «Só o governo é que mostrara nada saber», e disso lhe iam fazendo tremenda carga, de que aliás se não carecia para o ver morrer, que morto tambem ficara elle logo alli.

A verdade é, porém, que **nunca** a qualquer membro do governo (e vivos estão ainda todos elles) passou pela mente a possibilidade de um attentado contra El-Rei; **nunca** a algum elemento

policial ou administrativo, e nem todos serão já desapparecidos, a amigos do governo ou pessoas das relações dos Ministros, e tantos, felizmente ainda vivem, ouvimos fallar ou sequer alludir, de longe ou de perto, a tal possibilidade; em **nenhuma** das duzias de cartas anonymas, então recebidas, tal eventualidade era encarada. D'um perigo para a pessoa do Rei **nunca** ninguem nos fallou. Todas as informações, todas as ameaças, prevenções e avisos d'essa natureza se referiam, sempre e exclusivamente, a outra pessoa: ao chefe do governo. Mais se haviam amiudado essas ameaças e avisos nos ultimos tempos, e de modo especial se lhes referira um dos officiaes da policia, na occasião de ser ouvido pelo Conselho de Ministros, reunido em 29 de Janeiro no Minísterio do Reino; nada elle dissera, porém, ácerca d'El-Rei e do seu proximo regresso á Capital. O mesmo já acontecera com outra pessoa, tres ou quatro dias antes do 28 de Janeiro. Um intimo amigo meu, e valioso amigo politico tambem, fôra procurado por uma figura republicana de suas antigas relações de estima, a fim de o prevenir de que devia instar commigo para eu sahir por alguns dias de Lisboa sob qualquer pretexto, pois a minha vida corria grande e imminente risco. Mas, n'essa conversa, nem por sombras se fizera a menor allusão á pessoa do Rei.

E nenhuma consideração levava a pensar-se em tal. O attentado politico não tinha tradição nem precedentes na historia longa das nossas luctas liberaes e guerras civis de 30 annos, e bem ardentes e ensanguentadas foram ellas. De 1820 a 1852 não se regista nenhum acto criminoso d'essa categoria; e a propria morte do Agostinho José

Freire, em Alcantara, no Setembrismo, foi um episodio da revolução, e não obedecera a intenção pessoal e odienta. Por outro lado a lucta que ia travada, lucta restrictamente politica, não estava semeada dc perseguições e violencias pessoaes da parte do poder, que fizessem lembrar e aconselhassem a prevenir mais alguma cousa do que revoltas ou movimentos com o mesmo caracter e effeitos politicos.

E que não era só o governo que assim cuidava, mostram-no circumstancias que por então se deram, em Lisboa como em Villa-Viçosa. Sem consulta ou audiencia do governo, que com isso aliás se teria mostrado conforme, foi perguntado do Paço para aquela Villa que espécie de carruagens deveriam ir á estação, para serviço da Familia Real: se os automoveis, se os *landaus* abertos. De lá se respondeu que os ultimos. Tão longe se encontrava de apprehensões ou receios quem perguntava, como quem respondia. E de facto nenhuns existiam.

Increpou-se depois o Governo por não ter enchido de tropas o Terreiro do Paço, sem se quererem lembrar de que Carnot foi apunhalado no meio do esquadrão de couraceiros, que lhe rodeava a carruagem; e de que D. Affonso XIII escapou ao terceiro attentado, commettido quando passava em revista toda ou parte da guarnição militar de Madrid. Se alguma suspeita ou desconfiança houvesse, que nenhuma havia, o remedio bem simples e efficaz teria sido outro. Nenhum motivo urgente de politica ou administração demandava, mais que nos dias anteriores, a vinda da Familia Real para Lisboa. A revolta de 28 de Janeiro morrera à nascença; irrealizavel era qualquer retorno of-

fensivo d'esse genero. As assignaturas e as conferencias com El-Rei podiam continuar, pelos dias que fôssem julgados necessarios, a effectuar-se com a mesma facil regularidade em Villa-Viçosa. Bastaria, pois, demorar, sem que isso pudesse dar sequer nas vistas, o regresso da Familia Real, por mais uma semana ou dias; e aproveitar esses dias para confirmar ou desfazer as apprehensões que por ventura houvesse.

Talvez por um phenomeno de auto-suggestão, nascido do próprio horror dos acontecimentos depois occorridos, parece ter apparecido, mais tarde, quem julgasse haver notado na physionomia e porte de El-Rei e de outros membros da Familia Real, ao partirem de Villa-Viçosa, signaes de fatidica e inquieta preoccupação. Estranho fôra que assim houvesse acontecido, pois ao chegarem as pessoas reaes a Lisboa e nas conversas que com os Ministros ainda tiveram, estes não lhes acharam, nas physionomias ou nas palavras, nada que com isto se parecesse. Era comtudo natural que a elles, Ministros, mais do que a ninguem, essas preoccupações, se existissem, não houvessem sido occultadas.

El-Rei D. Carlos não destoava da sua habitual tranquillidade; a Rainha fallou com o Presidente do Conselho sobre a eventualidade de apparecerem essa noite em S. Carlos. E entre o crescido numero de pessoas alli reunidas para esperar e cumprimentar a Familia Real, nenhuma nos manifestou indicios de sobresalto ou apprehensão.

Confiadamente vimos, todos, partir a carruagem real. Confiadamente, pouco antes, acompanhado do meu chefe de gabinete, Pedro Gaivão, descera eu a escadaria do Ministerio do Reino, atravessara

com elle a pé toda a Arcada occidental e recanto do Terreiro do Paço proximo á estação de desembarque. seguira sem cautelas nem resguardos por entre quem por alli se conservava, e passara de certo lado a lado, ou muito proximo, dos assassinos. E sem ser mais valente nem mais poltrão que outro qualquer, não o haveria feito, se no meu espirito existisse a mais leve suspeita de que a morte podia, de tão perto, adejar sobre nós.

Depois do governo, foi sobre a policia que se cahiu a fundo, e chegou tempos depois a recorrer-se a profissionaes estrangeiros para a virem transformar. Não era ella excellente instrumento de investigação, e os factos o tinham vindo a demonstrar. Os casos anteriores das bombas da Estrella e do Carreão tinham ficado sempre nebulosos e indecifraveis, nas suas cumplicidades, caracter, e fins politicos. Agora, a falta de informações e de previsão por parte da policia não podia ter sido maior, nem mais graves e irremediaveis as suas consequencias. Mas era de todo falso que a policia se não encontrasse numerosa e em força, entre fardada e á paisana, no Terreiro do Paço e por todo o percurso. E foi pela sua immediata intervenção que os dois assassinos principaes na consummação do attentado pagaram imediatamente com a vida, e que os outros foram postos em debandada. Eram provadas e seguras a disciplina e lealdade d'essa corporação, que mostrou não perder a acção e a firmeza no meio do espanto fulminador causado pelo duplo regicidio, e do terror louco que se lhe seguiu.

E não é fora de proposito recordar o que de parecido se tem observado nos nossos dias.

O presidende Carnot, chefe de Estado na França,

foi apunhalado no pateo do proprio Palacio da Prefeitura de Lyon, encontrando-se a sua carruagem cercada por um forte pelotão de cavalleiros.

Quando o actual Rei de Hespanha fez a sua visita official a Paris, soube-se terem sido introduzidas em França bombas de dinamite, para se empregarem contra elle. Nem por a policia estar de sobreaviso deixou de se commetter o attentado; e se a carruagem dos dois chefes de Estado não foi attingida pela explosão, e ambos escaparam illesos, fortuna egual não tiveram alguns dos que n'essa noite os acompanharam.

Mais tarde, no casamento do mesmo Rei, a policia, prevenida ou receosa, revistou e vigiou as casas das ruas onde o cortejo devia passar. Mas, na volta da Atocha, da janela de um dos predios, a bomba potente e formidavel partiu; e, se o Rei mais uma vez se salvou, quarenta ou cinquenta pessoas ficaram mortas ou feridas pela explosão.

Em 1898, no Quirinal, tive a honra de ouvir da propria bocca do Rei de Italia, Humberto I, a narração dos tres attentados que já soffrera. Em seguida, com a desataviada e tranquilla firmeza do antigo e bravo soldado de Custozza, o Rei disse-me a convicção em que estava de a outros attentados andar ainda exposto. E não se enganava, que annos depois cahia morto e varado por balas assassinas, em Monza, apesar de todos os cuidados da policia.

Não estão tambem ainda esquecidos os assassinios dos Presidentes Mac-Kinley e Sidonio Paes, os dos Principes Herdeiros d'Austria; os de Canovas, Canalejas e Dato; os de Erzberger e Rathenau; a terceira tentativa contra o Rei D. Affonso XIII; os

attentados contra Maura e Clemenceau, que no peito guarda ainda uma bala como lembrança; todo esse longo martyrologio de chefes de Estado e de homens publicos, que em nossos dias torna a nobre missão de governar povos mais do que nunca gloriosa, pela offerta voluntaria, ao destino, do sacrificio da propria vida.

A vontade humana alcançou grande poder. Mas sobre ella continua pairando essa Fatalidade dos antigos, força mysteriosa que pesa sobre o destino dos homens e põe termo n'um momento á sua vida; força contra a qual nada se pode, e com que é preciso contar-se, sem empallidecer nem recuar.

II

O ultimo chefe regenerador, em seguida á sua eleição, no outomno de 1907, foi muito correctamente á Cidadella de Cascaes, apresentar os seus cumprimentos a El-Rei D. Carlos.

Narrando esse facto, conta elle no seu livro *Antes da Republica,* a pag. 369, do volume I:

«N'um ponto da nossa conversa disse-me (El-Rei):

— Vi n'um jornal que tencionavas ir á Anadia, falar com o José Luciano. Não vás. O José Luciano está infelizmente inutilizado e só pode hoje complicar os acontecimentos».

E a pag. 370, continua: «Terminada a conferencia com El-Rei, quis a Rainha conversar commigo. Achei-a em aberta opposição á dictadura. Fallou indignada contra o decreto dos adeantamentos, mostrando-se solidaria com os adversarios de João Franco, e incitou-me a reclamar a convocação das Côrtes».

Pena foi que o chefe regenerador se não inspirasse na clara e politica indicação de D. Carlos. Mas poderia elle fazer-se acompanhar por todos os seus grandes eleitores? O seguimento das cousas permitte a duvida.

III

Em Biarritz, creio que em 1911 ou 1912, contaram-me pessoas vindas de estar, em Bruxellas, com S. A. R. o duque de Orléans, que, tendo-se falado no meu nome, a proposito dos estrangeiros então residentes na linda praia basca, S. A. lhes referira que se achava em Nice por occasião do regicidio, e que, vendo logo em seguida ao telegramma com essa noticia, outro com a da demissão do Ministério, dissera para as pessoas que o cercavam:

— «*Ma soeur et mon neveu sont perdus*».

IV

Que isto não pareça o talento facil e antipathico de «*prévoir le passé*», na phrase espirituosa e mordente de Clemenceau:

Quando, em 1908, pouco depois da chegada a Italia, me encontrei, em Pisa, com Mathias de Carvalho, nosso Ministro em Roma, inteiramente dedicado á Familia Real e meu particular amigo, por estes motivos e pelo seu cargo obrigado á discrição, perguntou-me elle:

— «E que se vae passar em Portugal?»

— «Por ora uma anarchia; depois a Republica», respondi.

E a Luigi Civinini, que tendo estado mezes antes em Lisboa, tão favoravel se mostrara ao governo nas suas correspondencias para o «*Corriere della Sera*» de Milão, e depois em Genova mais affeiçoado, nobremente, ainda se me mostrou, quando insistia pela necessidade de que eu me defendesse e explicasse a minha brusca e incomprehensivel demissão, — respondi: — «Não fallo. Não digo nada. Os factos fallarão, e não ha de tardar muito, por mim».

Tenazmente me recusei, por toda a parte, a entrevistas para a Imprensa, sendo apocrypho e de pura invenção até o pouco que os jornaes deram como escripto ou declarado por mim. Não o podia fazer sem consequentemente deixar advinhar o erro grave praticado com a demissão do ministerio e a

forma da sua substituição, e assim aggravar ainda mais o fraco conceito e a pouca confiança que nos paizes estrangeiros tinha merecido tal solução. Não era esse o papel do ultimo Presidente do Conselho d'El-Rei D. Carlos, nem a vontade de um monarchico, se bem que ferido, sincero e leal. Só uma vez, mas um anno mais tarde, dirigi uma carta ao jornal «*Le Temps*», carta pelos periodicos portugueses traduzida, e na qual eu explicava que a «*fuite de Franco*», a que o diario francês tinha aludido, nunca existira, pois eu havia sahido de Portugal a convite do Presidente do Conselho que me succedera.

Por fallecimento de meu Pae, em fins de Junho de 1909, regressei a Portugal com a minha familia; e, resolvido a vivermos retirados no Alcaide, na casa que fôra dos meus, pensei em a modificar e alargar, incumbindo-se da planta e da direcção do trabalho o distincto architecto, sr. Alvaro Machado. Quando este teve de tratar da redacção do caderno d'encargos, para a construcção se fazer por empreitada geral, pedi-lhe que uma das condições daquelle me permittisse, em qualquer altura, rescindir o contrato mediante o pagamento do trabalho feito, de todo o material empregado na obra ou para ella já adquirido, e de uma indemnização de 10 % sobre a importancia total do Orçamento. E expliquei: — «E' minha convicção que antes da obra acabar se dará uma mudança de regime em Portugal; e que, com vontade ou sem ella, terei de sahir de novo do paiz, sabe Deus por quanto tempo. Ora não me convém obras, em casa para eu residir, estando ausente em taes condições». A facil previsão realizou-se no seu duplo aspecto, e até antes da obra começar.

V

E' disso caracteristico o seguinte episodio, a que não falta sabor.

Em fins de Junho de 1909 adoeceu meu Pae com um ataque de *grippe,* em casa de minha cunhada, condessa de Carnide. Fiquei desde logo inquieto com a noticia, por motivo dos seus 80 annos, e pela queda que sofrera o seu rijo organismo com os tragicos acontecimentos de Fevereiro e a nossa sahida para fora do paiz. E quando, dias depois, soube por telegramma haver-se manifestado uma broncho-pneumonia, telegraphei immediatamente a minha Cunhada: — «Parto esta noite pelo «sud-express». Previna Governo». Sabia que nas regiões oficiaes eu continuava sendo «indesejavel», e d'ahi o querer que o Governo soubesse o motivo que me levava a Portugal.

A condessa de Carnide pediu a um dos meus antigos collegas, o das Obras Publicas, para a ir ver, e mostrou-lhe o meu telegramma. Este sahiu a procurar o Presidente do Conselho, que então servia, passando-se entre os dois o seguinte dialogo:

— «Venho dizer-lhe que o pae de João Franco está gravemente doente, e que elle vem ahi para o ver, e telegraphou para disso ser prevenido o Governo.

— Oh! diabo... Oh! diabo... no estado de confusão em que tudo isto ainda está... Não ha-

veria maneira de lhe telegraphar e impedir que elle viesse?

— Mas repare V. que o Pae está a morrer, e provavelmente nem elle já o encontrará vivo. O João Franco partiu de lá hontem á noite, vem já a caminho. E, de mais a mais, elle largou inteiramente a politica.

— Largou a politica... largou a politica... V. não sabe que os politicos são como os peixes? Deitados na areia parecem mortos; mas lançados de novo á agua começam logo a nadar.»

N'isto entretinham os seus cuidados os governantes monarchicos, a quasi anno e meio já do regicidio, e a outro tanto tempo apenas da Republica.

VI

Seria longo, e hoje creio que ocioso, por o tempo a muitos ter já feito justiça, referir aqui todas as atoardas e falsidades que nessa época se puseram a correr contra o Governo e contra mim. Só de tres fallarei.

Espalhou-se, e com resultado, ter o Governo uma lista de proscripção, para Timor, dos principaes vultos e influentes de todas as opposições, monarchicas e republicanas. E isto se ia segredando pelo paiz fora, a todos e a cada um, para captar a sua indignação e má vontade contra o governo derrubado. Alguns parece que não deixavam de secretamente se lisonjear da sua elevação a pessoas de importancia, mas para logo se juntarem todos n'um côro de maldições, quiçá de odios contra os dictadores.

Não menos phantasista e ainda mais repugnante, foi a publicação de certa gravura, dada como reprodução de uma pseudo-photographia, e a que até *Illustrações* do tempo concederam guarida e curso. Via-se n'esse desenho, rodeada de cavallaria, a carruagem do Ministro da Justiça, chegado de Villa-Viçosa, ao anoitecer de 31 de Janeiro. Intrigando mentirosamente, mas com exito, pretendia-se fazer assim contraste com a falta de protecção militar, em que se dizia terem sido, no dia seguinte, deixadas as carruagens Reaes.

Não para pleitear energias, o que hoje seria

ridiculo, e que, no meu viver obscuro e retirado de agora, não importa fazer crer ou estimar de ninguem; mas para que se não possa julgar ter eu faltado ao meu dever official, cuidando de mim e da minha segurança propria, no preciso momento em que os Reis estavam sendo assassinados, — quero mais uma vez desmentir a desprezivel invenção, segundo a qual penetrei no Arsenal, passando pelo interior do Ministerio da Marinha.

A minha carruagem era a quarta da fila, logo atrás do automovel do Infante D. Affonso. Surprehendido e inquieto pelo ruido de um tiro de revólver ou de *browning*, que manifestamente vinha do lado da estatua equestre, quando a minha carruagem passava em frente á porta do Ministerio da Guerra, e para logo sentindo apertar-se-me o coração, por áquelle tiro, evidentemente um signal, se ter immediatamente seguido um nutrido e rapido tiroteio para as bandas do Ministerio das Obras Publicas, que as equipagens iam defrontando, — saltei do meu carro e corri para o lado de onde o tiroteio partira. N'essa occasião ia passando tambem, a correr no mesmo sentido, o par do reino Antonio Costa, e ambos seguimos envolvidos na espessa onda de povo que fugia para as ruas do Ouro e do Arsenal. Quasi ao dobrar a esquina para esta ultima rua, viu-me o Director do Banco de Portugal, meu velho e dedicado amigo Gomes Netto, que, levantando os braços, exclamou: «Oh! João Franco, mataram o Rei!...» Ao que um policia, ao nosso lado, accrescentou — «E mataram tambem o Principe Real!.... Mas matámos já os que os mataram». E outro policia ainda, com uma carabina na mão, e mostrando-m'a, disse: — «Foi com esta que mataram o Principe. Vou levá-la ao

meu commandante». Perguntei para onde haviam seguido as carruagens Reaes, e ouvindo que para o Arsenal, lá me dirigi pela rua d'esse nome, a pé como viera até alli, sempre envolvido com populares que, apressados e inquietos, procuravam afastar-se, receando o mais que pudesse haver.

CARTA D'EL-REI D. CARLOS A HINTZE RIBEIRO

16 de Maio de 1906

Meu querido Hintze

Procuraste-me hontem de tarde para me expôr qual o pensamento do governo da tua Presidencia, sobre o modo de proceder nas actuaes circumstancias.

Achando eu grave o alvitre proposto, e sem a execução do qual declaravas em teu nome e no de teus collegas, não poder proseguir no governo, disse-te que desejava pensar maduramente, antes de te dar qualquer resposta.

Pensei toda a noite, e demorei a resposta até agora, porque a não desejava dar sem me considerar absolutamente habilitado, por algumas informações de que carecia, a responder-te como a minha consciencia entende que o devo fazer.

Entendes tu e o governo da tua Presidencia, não poder proseguir na presente situação, sem que eu te conceda o adiamento das Côrtes, que devem abrir ao começar o proximo mez, e que este adiamento seja feito por um simples decreto, não sendo ouvido préviamente o Conselho d'Estado.

Juntaste ainda que, feito isto, tomavas a responsabilidade de restabelecer a normalidade em Lisboa, pois que nas provincias não estava ella

alterada. Não me parece conveniente o adiamento das Côrtes, que além de trazer muitos outros inconvenientes, promoveria uma immediata sublevação do espirito publico; não digo já dos republicanos, essa era logica, mas de muitos senão de todos os monarchicos, que não te acompanham n'esta ocasião. Esta era certa, e é necessario não nos fazermos illusões a tal respeito, seria lançar para o numero dos descontentes, já não pequeno por motivos e erros que de longe vem, com a massa dos que ainda lá não estão. Não me parece o momento proprio para uma aventura d'estas, e a responsabilidade do decreto ainda que, apparentemente, só acto do poder executivo, recahiria mais uma vez sobre o Rei, a quem todos pediriam a responsabilidade da sua assignatura e apenas serviria para o desprestigio da instituição monarchica em vez de servir para a sua consolidação. Fazendo-o o governo, depois só se poderia conservar pela violencia e pelo terror, e mal está para aquelles que só d'esta maneira se podem sustentar.

Creio que ha outros meios a tentar para chegarmos ao unico resultado a que devemos tender todos, que é o bem do paiz. A repressão violenta pode e deve ser empregada quando seja absolutamente necessaria para a salvação publica; nunca quando haja outros meios a empregar, e esses, creio-o, ainda os ha.

Vês bem, que por estes motivos, em minha consciencia, vejo-me obrigado a recusar ao governo da tua Presidencia o addiamento que elle me pede.

Não demonstra este meu modo de proceder, falta de confiança pessoal, quer em ti quer em qualquer dos teus collegas, mostra apenas differença, essencial, no modo de pensar sobre a maneira de

proceder nas actuaes conjuncturas. O Hintze e os seus collegas pensam por uma forma; eu por outra que em consciencia julgo ser a melhor.

Sempre teu amigo verdadeiro

Carlos R.

P. S. Se assim o entenderes conveniente podes ler esta carta em Conselho de Ministros.

FAC-SIMILES

—(I)—

6-5-906 (noite)

eu Querido João Franco

Tendo o Presidente do

nselho, Cons.º Hintze

ibeiro, acabado n'es-

e momento, por carta

ue acabo de receber

por motivos... que

e viva voz te exporei,

e depôr nas minhas

nações a demissão
do Ministerio, e dese-
jando eu que n'este
momento, se encarre-
gue da formação
de novo ministerio,
desejo que aqui ve-
nhas falar-me, logo
possas, e quanto

mais cedo melhor.
Ha muito a fazer
e temos, para bem
do Paiz, que seguir
por caminho differen-
te d'aquelle trilhado
até hoje; para isso
conto comtigo e com
a tua lealdade e
dedicação. Como tu

Podes contar com
o meu auxilio e com
toda a força que te
devo dar.

Sempre teu
Amigo verdadeiro
Carlos R.

6-VIII-906 Caldas

Meu Q.do João

Quando tive noticia dos acontecimentos d'Alcantara e te telegraphei estive para te escrever, mas preferi fazel-o só depois de ler os jornaes e agóra só depois de ler a tua carta. Com a leitura da tua carta tão simples e desapaixonada tão... tu mesmo, não mudei em nada a opinião que já formára. Desde que felizmente tu nada soffreste pessoal-

mente, e nenhum feri-
mento houve de gravidade,
a minha opinião é
que cousa alguma de
maior sorte, poderia
ter succedido ao governo
em prol das ideias que
desejámos levar ávante,
e que cada vez me con-
venço mais que são
as unicas que conse-
guirão fazer alguma
cousa deste nosso tão
bom, mas até hoje
(Desculpe-me) tão mal
tratado paiz. Pelo meu
telegramma. Em que

me conhecer perceberte
o que eu entendia. Deram
um optimo pretexto ao
governo para accabar de
vez com historias nas
ruas, e tiveram a habi-
lidade de pôr contra ti
toda a gente honesta;
e esta felizmente para
nós ainda é a maioria
Quanto a eleições sou
da tua opinião por com-
pleto. Tudo depende da
gente *seria* e *pacata* se
quizer *incommodar*;
se assim fôr, terá o
governo uma mani-
festação que bem util
será, ao nosso bom pro-

seguir, mas, seja como
fôr e succeda o que succe-
der, temos que caminhar
para deante. Ainda que
a lucta seja rude e aspe-
ra (e espero-a), porque a-
qui mais do que nunca
parar é morrer, e eu
não quero morrer assim
.... sem ti!
Como chegarei na segun-
da ás 9 da manhã á Cin-
tra, a nossa assignatura
póde ter na terça feira
em Lisboa á hora do
costume, para eu poder
descançar segunda um
poucochinho.

De saúde felizmente opti-
mo. Teu amigo
verdadeiro

Luiz R.

O J. Saraiva tem feito optimo
serviço, dar lhe hei a Gr. Cruz
da Conceição pois já se tem
dado a outros Gov. Civis com menos razão

— (III) —

21-8-906 Y. Amelia
Cascaes

Meu Q.do João.

Recebi o teu telegramma hontem ao chegar a bordo e logo t'o agradeci, mas não quero deixar de t'o agradecer por carta para te poder melhor dizer o que penso.

Fiquei verdadeiramente satisfeito com o re-

sultado das eleições e
tenho a certeza de que
foi um grande passo
dado no caminho que
queremos seguir. Fi-
zeram-se com uma
ordem e uma liber-
dade a que estamos
deshabituados, ordem
e liberdade em que
é absolutamente ne-

cessario não só entrar
como agora, mas pro-
seguir. Claro está que
por liberdade eu não
entendo licença, ella
em nome da liberdade
geral deve ser severa-
mente reprimida.
As eleições tanto de
Lisboa como do Porto
dão uma grande for-
ça ao Governo, força
que tenho a certeza

irá sempre em aug-
mento, se seguirmos
sem hesitações nem
delongas pelo caminho
que nos traçámos.
Deves te sentir deveras
contente e posso dizer-
te que estás satisfeitissimo
eu o teu amº ser

Carlos R.

Amanhã de manhã vou
para Mafra e na Quinta
antes das 2½ estarei nas
necessidades. L.

— (IV) —

21-11-906 · 1 noite

Meu G.do João

Juntos os telegrammas
que de facto provam o
que tu dizes, mas tam-
bem nada que ignor-
tassemos depois das pas-
sadas eleições. Teem
de facto *picado* um
pouco por toda a parte

mas essa propaganda
tenho a firme certeza
de que não resistirá, a
uma maior do que
essa, que é a de uma
administração séria
e regrada; essa é a
maior e melhor arma
que podemos empregar
contra elles e .... contra
todos aquelles que, com

os mesmos ou diversos
fins, se querem oppôr
à marcha do governo.
A administração
e a marcha geral do
governo à qual tenho
dado e darei a minha
inteira completa adhe-
são, e todo o meu appoio,
já lhe tem ganho ter-
na opinião publica.
E continuarmos pois

no mesmo caminho,
sem provocações nem
arrojos, para termos
sempre a razão pelo
nosso lado, mas com
a mesma firmeza e
lealdade para com o
Paiz, que temos tido até
agora. Firmeza e
coragem não faltam
nem a ti nem aos
teus collegas, o meu

appoio sincero e leal,
para seguir n'este ca-
minho, é e será com-
pleto e absoluto
Já t'o disse e repito-o,
podemos ter todos mo-
mentos desagradaveis,
e já os temos tido e
provavelmente ainda
os teremos, mas sem
elles a nossa tarefa
seria inglória e quan-

do chegarmos ao
nosso almejado resul-
tado, bendiremos en-
tão esses momentos de
momentanea amar-
gura, que retemperá-
ram e augmentaram
as nossas forças.
Sem lucta não ha
prazer em vencer.
e a victoria, sem

Combate e combate
serio, nunca é uma
victoria duradoura,
e nós o que ambicio-
namos tanto tu e os
teus collegas como eu
é fazer obra que fique.
Se lá chegarmos e assim
o espero e creio firme-
mente, poderemos
dizer, pondo de parte

a modestia que:
"benemerecemos do
nosso Paiz"
Perdoa esta tão com-
prida e recebe um
abraço do teu amigo

Carlos R.

P. S. = Pódes cá vir quando
quizeres. Diz sempre pelo
telefone para ter a certeza
de cá estar. Se tudo continuar
como espero darei as ordens
para Domingo às 10. 30 da man.

— (V) —

6-12-906

Meu Q.do João

Salvo melhor opinião e
depois do que falámos hoje
cada vez mais me con-
venço, que para o Gover-
no e para o Paiz seria
melhor não se encerrar
a sessão, e portanto não
haver nova sessão d'aber-
tura e novo discurso da

Coroa. Nós queixamo-
nos, e se isso não somos
senão o echo da opinião
geral, de que as Camaras
e sobretudo a Camara
dos Pares teem gasto
immenso tempo e pouco
teem produzido. Ora
se a isto vamos juntar
uma nova discussão de
discurso da Coroa, porque

será de a haver, a vez
e meio de distancia d'esta
que acabou agora, não
será isto contraproducen-
te e não virá isto ajun-
tar elementos ao despres-
tigio do parlamento e
tirar força á nossa obra,
que é querer governar
na legalidade e com o
Parlamento? A legalmen-
te se pode fazer com

Que a Sessão continue
a mesma, parece-me
isso ter indiscutiveis
vantagens. Disseste-me
que falarias ao José Lu-
ciano e ao Hintze se assim
o julgares conveniente pó-
des mostrar-lhe esta mi-
nha opinião, que como
vês é só baseada no dese-
jo de que se continue
no caminho que encetá-
mos

Governe-se como o par-
lamento, é esse o meu
maior desejo, mas para
isso é necessario que
elle tambem faça algu-
ma cousa. É preciso
obras e não palavras.
De palavras bem o sabe-
mos nós está o Paiz farto.
Não quer discussões poli-
ticas das quaes pouco
ou nenhum bem lhe

virá, o que quer é
que se discuta admi-
nistração, que se discu-
tam medidas que lhe
sejam uteis. Assim
poderá o Paiz interessar
se pelo Parlamento; com
discussões de mera poli-
tica, interessará os a-
madores de escandalos
varios, esses sim, mas

fará com que a parte
sensata e trabalhadora
do Paiz se desinteresse
por completo d'aquella
que para nada lhe servi
rá. Por estes motivos
é que eu acho inutil
para não dizer... perni-
ciosa, uma nova abertu
ra do Parlamento.
Claro está que se não
houver outro remedio.
dentro da legalidade, te

receios de o fazer, mas
... como peça da minha
parte. Perdôa a
maçada, mas como esta
é a minha opinião
não quiz deixar de t'a
expor francamente
como sempre.

teu am.º ver.do

Carlos R.

— (VI) —

18-12-906

Meu S.r João

Ex.mo Obrigado pelos teus
telegrammas. Tinha
a quasi certeza de que
hontem tudo se passa-
ria assim, até mes-
mo na concorren-
cia algo maior no

Concelho de Lisboa o
que está de accordo
com o que eu já te
dissera que ultimamen-
te, tinham trabalhado
bastante nas camadas
mais inferiores.
Em todo caso é preci-
so a isto não lhe dar

terão uma impor-
tancia relativa, pois
em toda a parte do
mundo succede o mes-
mo nas capitaes.

Cada vez mais me
convenço de que vamos
no bom caminho, e
que com perseveran-
ça e fazendo todo o

possivel; para, perdoe-se a expressão, não darmos nenhuma em falso, chegaremos ao fim que desejamos para bem de todos.

A minha confiança no resultado final é cada dia maior, e cada vez mais tu,

e os teus collegas podem
contar com o meu
completo e mais de-
cidido appoio. Como
me disseste desejavas
irei d'aqui na quarta
feira á noite para
chegar lá na quinta
de manhã regressan-
do ás 6½ para voltar

jantar aqui.
Correu aqui que o
A.º Costa, e o Braga viriam
a Elvas, e a Barbacena
e talvez por aqui, não
seria mau eu sabel-
o a tempo se tal se der
para evitar qualquer
sensaboria, porque
aqui ha gente para

tudo e era facil darem-
lhes por ahi algum tirão
e nós é que depois carre-
garemos com as culpas.
O mais felizmente
temos tido um tempo
esplendido. minha sogra
e minha cunhada che-
garam perfeitamente
e tiveram aqui uma
recepção linda.

até quinta feira e
já sabes que se por
acaso te convier almo-
çar commigo tens sem-
pre o teu logar promp-
to.

teu amigo verdadeiro

Carlos R.

— (VII) —

24-1-907

Meu Q.do João

Muito obrigado pela
tua Carta e pelas boas
noticias que me dás
da tua saude que eu
tanto estimo

Felizmente vejo

Que as cousas vão
correndo à medida
dos nossos desejos.
Que brilhante discur-
so debaixo de todos os
pontos de vista, o do
Inolco e Sousa!
Fazes favor de ter
m.to juizo e de se

não arriscares, com
este tempo, a uma
recahida.

Tive hoje uma lar-
ga conversa com o
Porto e estou cada vez
mais satisfeito com
elle. Combinei tam-
bem com o Ayres
definitivamente as

collocações de marinha,
Capello, majoria geral;
Castilho, direcção geral;
Gusmam, Arsenal. É
por muito a melhor
solução.

Desejando ainda
as tuas completas
melhoras sempre
teu am.° ved.°

Ant.° R.

— (VIII) —

Sabbado noite
Meu q.do João

Obrigado pela tua Carta
não posso dizer que folgo
com as noticias, porque
estimaria que de começo
não tivesse havido nada;
mas dadas as circums-
tancias em que nos en-
contramos acho m.to
bom que a Universi-
dade proceda por essa

forma que me parece
a mais correcta.
Terá outras consequen-
cias? não as terá?
veremos: O que não
podemos por certo
é seguir outra norma
nem deixar decahir
o principio de autori-
dade que cada vez mais
devemos conservar

bem alto. Dar-te-hei
para isso toda a força
de que careças e isto
com o maior sangue
frio e a maxima cal-
ma. Sou absolutamen-
te contrario, como sabes,
a violencias e a abusos
de força, mas tão con-
trario sou d'esses processos
como sou partidario

do emprego da força
quando, fôr necessaria
para manter as idéias
que advogamos, e ten-
do como temos a razão
pelo nosso lado.
Segunda estarei de volta
para jantar e terça
aqui te espero á hora
indicada. Teu am.º verd.º

Carlos R.

Quando receberei a com-
missão se assim o julg.es util.

9-4-907 Noute

PAÇO DAS NECESSIDADES

Meu G.do João

Quanto mais penso mais me parece não só util mas até necessa-rio proseguir no cami-nho que encetámos

O que me disseste hoje depois das lessões, e algumas informações que posteriormente tive, ainda mais

vem radicar a minha
opinião. Soube, e
não sei se d'isto tam-
bem terias tido in-
formado, que depois
dos Republicanos, tali-
tando-se em discussão
o Alex.de Braga, combi-
naram o fazer-se ex-
pulsar outra vez pela
força armada, porque

dizem elles que assim
expulsos por causa dos
rapazes, os terão logo
todos do seu lado. Não
creio que os tivessem
todos mas teriam bas-
tantes, e parece me
que se lhes deve es-
tar o gostinho
Pensei tambem, que
terás tu que eu tem-
de dizer alguma cou-
sa ao Hintze, claro

que não pedindo nada
para o Governo, mas
dizendo-lhe que como
eu entendo que este
governo <u>não póde cahir</u>
<u>e</u> que <u>eu farei tudo</u>
<u>o necessario para o</u>
<u>conservar</u>, que veja
elle, que me disse que
podia contar com elle,
em que situação me
colloca! Será facil
fazer lhe dizer isto,
só se sabe não haver

PAÇO DAS NECESSIDADES

escripto, mas por u-
ma terceira pessoa.
Talvez assim se evitasse
mais desordens na
camara o que me pa-
rece seria bom.
É uma simples alvitre
te o achares bom man-
da-me o dizer para eu
o poder empregar ante
da sessão. Quanto
ao mais siga o Governo

firme na sua missão
de bem governar, que
me encontrará sem-
pre firme e prompto
a coadjuval-o e a
dar-lhe força em
tudo quanto seja
necessario.

Ha muitas cousas
a fazer e creio que
se póde e deve fazer

e temos que seguir
o nosso caminho doa
a quem doer.
As difficuldades que
encontrarmos no
nosso caminho não
devem ser para nos
assustar ou fazer re-
cuar, mas sim pa-
ra as encarar com
calma e firmeza.
Com calma, firmeza

e boa vontade, e estas
qualidades creio que
as temos, vencer-se-
ha esta Campanha
e se o fizermos como
confiadamente acredi-
to, poderemos então
descansar um pouco
com a consciencia
de termos feito algu-
ma cousa util e
de termos bem ser-

PAÇO DAS NECESSIDADES

vido o nosso Paiz.

Eu bem sei que
seria mais facil,
e menos perigoso para
nós, o tratar de agradar
a todos, mas espero
tambem que um
dia a opinião publica,
que felizmente não
é sempre a opinião que
se publica, saberá

fazer-nos justiça.
Veremos o que ha
amanhã, esperan-
do que não haja
novidade. Ee
diz-me te achas con-
veniente que faça
o que te indiquei.
Respito é um simples
alvitre, mas ás vezes
pode dar resultado.

Dirás e eu farei o
que mais conveniente
te pareça.

Um abraço
do teu [illegible]

Luiz R

— (X) —

Meu S.r João

Lá mandei as recom-
mendações ao S.r Lu-
ciano, mas sei de fon-
te segura que os verda-
deiramente receitan-
tes são os outros.
Sei tambem que o
S.r Luciano quer pro-
pôr e outros todos

entre elles Poças Falcão
e Tavares Festas. Tal-
vez seja melhor fala-
res com elle antes
da Conferencia com
os outros. Eu tenho
feito quanto tenho
podido n'este sentí-
do, mas em todo
o caso seja qual

fôr o resultado a
que chegues, a não
ser que seja absoluta-
mente affirmativo
no sentido da entra-
da d'elles, não tomes
nem tomei conhe-
cida nenhuma
resolução definitiva.
Já quanto ao segui-

mento da questão
em geral sem
primeiro falarmos
e discutirmos todas
as hypotheses que
ainda poderá haver
tem ameaçado

Carlos R.

— (XI) —

9-5-907

Meu S.r João

Depois da nossa conversa
tive varias outras noticias
de differentes origens que
todas confirmavam a
maneira de ver e de
proceder em que hon-
tem ficamos d'accordo.
Vamos por certo ter
uma campanha so-
bretudo contra nós dois

Mas para isso é que lá estamos. Campanha baseada na minha carta ao Quintze, e nas tuas antecedentes afirmações. Mas a minha carta ao Quintze não condemna em absoluto as dictaduras. Digia que se áquelle momento as não achava convenientes o que não queríamos

dizer que as outras e esta
é uma d'ellas eu não as
aceito e que o é mais
até as acho convenien=
tes e necessarias. E ain-
da que eu tivesse decla-
rado absolutamente o
contrario, diria que nem
é homem de estado nem
sabe servir o seu Paiz
aquelle que julgando ter
affirmado um erro, se
não penitenciasse d'elle

e não esteja prompto,
reconhecendo-o, a seguir
caminho diverso que julg[ue]
que mais opportuno
e conveniente. Quan-
to ás tuas affirmações..
... provaste á sociedade
que as quizeste seguir
neste uma sessão parla-
mentar, nunca vista,
mas chegaste ao fim,
como chegaram todos
aquelles que estão de [illegible]

frio e não leva-
dos, por mesquinhas
considerações pessoaes
ou partidarias, convencidos
que não era d'alli que
poderia vir, o restabeleci-
mento da disciplina
social, nem o renasci-
mento do nosso Paiz.
E' este sentimento acom-
panha-te, acompanha-
nos, por certo grande par-
te do Paiz, deixemos pois
falar quem fala e com

tínhamos serenamente
com calma, mas com
firmeza a nossa obra.
N'este carinho en-
contrarás tu e os teus
collegas todo o meu affeição
o mais rasgado e o mais
franco, porque consid-
ro que só assim, dadas
as circumstancias em

que nos encontramos
podermos, fazer alguma
cousa boa e util para
o nosso Paiz.
Disculpa esta massada
mas tive receio que da
nossa conversa d'hontem
tivesse ficado alguma
duvida sobre a minha
a minha maneira
de pensar. Sempre teu
am.o e cr.o

Carlos R.

23-6-907

Meu Querido João

Obrigado pela tua carta que recebo á chegada de Lisboa aonde fui como te disse aos concursos de esgrima e hippico.

A nossa campanha está principiada e parece-me que bastante bem, n'esta

phrase mais seria,
que lhe deramos, sem
que nós a provocasse-
mos. Precisamos
muita calma e mui-
to sangue frio, mas
sem nunca afrouxar
da nossa firmeza.
desde que a questão
entrou na forma

lamentavel d'alteração
d'ordem publica.
Desde que tenhamos
a razão do nosso lado,
poderemos ir até aon-
de o nosso dever o in-
dicar, porque feliz-
mente o numero
dos que teem a per-
der ainda é maior
e a esses damos e

daremos garantias
de bem servir o Paiz.
Devemos proseguir no
nosso caminho, dôa
a quem doer, e n'esse
caminho sempre me
encontrarás ao teu la-
do e ao dos teus Colle-
gas, por maiores que
sejam os sacrificios
que eu tenha que

fazer. Devo-os ao meu
Paiz, devo-o aquelles que
com tanta dedicação
o quizeram servir.
Amanhã falaremos
largamente sobre estes
assumptos, mas desde
já deixa me dizer-te
que te me offereceram
as mais sérias duvidas
sobre a opportunidade
da lançarmos a este

momento a questão
da Casa Real. Estamos
deante d'uma foguei-
ra que desejamos apa-
gar, e não se apaga
fogo lançando-lhe le-
nha, e é o que agóra
succederia. Ha uma
vez achava eu rela-
tivamente facil o pôr
a questão, mesmo em

dictadura. Agóra os
factos mudaram. Por
nossa culpa, decerto que
não; mas o facto é
que as circumstancias
são bem outras. Houve
repressões violentas, jus-
tificadissimas, mas
houve-as. Tivemos de
suspender jornaes, com
carradas de razão, mas
suspenderam-se. Se

agóra, logo a seguir
viessemos lançar a pu-
blico, a questão dos a-
diantamentos, haveria
por certo, quem mal-
sinasse este facto e
com as facilidades de
desvairamento da nossa
opinião publica, seria
este um campo bem
facil de explorar con-
tra o governo. Poder-

se hia talvez esperar
um pouco, até deixar-
mos accalmar um
pouco mais as paixões
que tão accesas estão
nos politicos, e accalma-
das ellas então apresen-
tariamos o caso na
sua simplicidade e
por forma, a não
se poderem tomar
n'outro sentido os actos

de energia tão uteis
e tão justificaveis que
o Governo tem pratica-
do n'estes ultimos dias.
Amanhã, em todo
caso falaremos, mas
comprehendes bem que
offerecendo-se-me esta
duvida que me parece
fundada, e dada
não só a amisade
sincera que te con-

sagrado, mas o desejo
vehemente que tenho
de que o Governo possa
proseguir no seu cami-
nho, o melhor que pos-
sivel seja, não podia
deixar de t'o dizer
logo, como faço e farei
sempre, porque consi-
dero do meu dever
dizer-te sempre o que
penso, franca e leal-

mente, e sei que
assim desejas que sem-
pre seja.

Até amanhã às duas
e meia

um abraço do teu
amigo verdadeiro

Carlos J. R.

—— (XIII) ——

8-8-957 P.as N.das

Meu Q.do João

Recebo agora o teu tele-
gramma e respondo
a correr para não per-
der o Correio:

Quanto aos anarchistas.... Não me admira que n'estes momentos turvos alguns appareçam e alguma cousa tambem, mas para isso é que nós cá estamos e por certo nem a ti nem

a mim, será o meio que nos fará mudar de caminho.
Cada vez mais me convenço que o caminho que nos traçam é o bom, para não dizer o unico e portanto já sabes que me encontras no teu lado e no do

Governo, por pensa-
mentos, palavras
e obras! Manda
me dizer com certeza
o dia chegada japone-
zes para eu regular
a minha chegada a
Cintra. Estou optimo.
Trata de ti. Recados
a tua mulher. Sempre
teu Amigo dedicado

Carlos R.

3-12-907

Meu Q.do João

Já tive noticias tuas
pelo A. Porto que me
disse que estavas m.to
melhor o que m.to es-
timo. A visita
feita manhã foi
m.to interessante e
mostrou me bem
mais uma vez quan

te têm trabalhado
e se trabalha hoje
no nosso exercito.
O Porto é um gran-
de homem.
Falei ha pouco
com o Sabugosa, que
nada sabia de espe-
cial, mas já têm
andado por ahi e
disse me que por

todos as conversas
achavam já numa nota-
vel acalmação.
Logo de tarde saio
o meu bocado e
á noite fico com os
meus pequenos. Amanhã, se houver
coisa que valha a
pena, irei á noite
ao Gymnasio, pare-
ce-me isto bem para
não vejas inconve-

niente.

Tua tua & vero

Carlo J R.

ÍNDICE